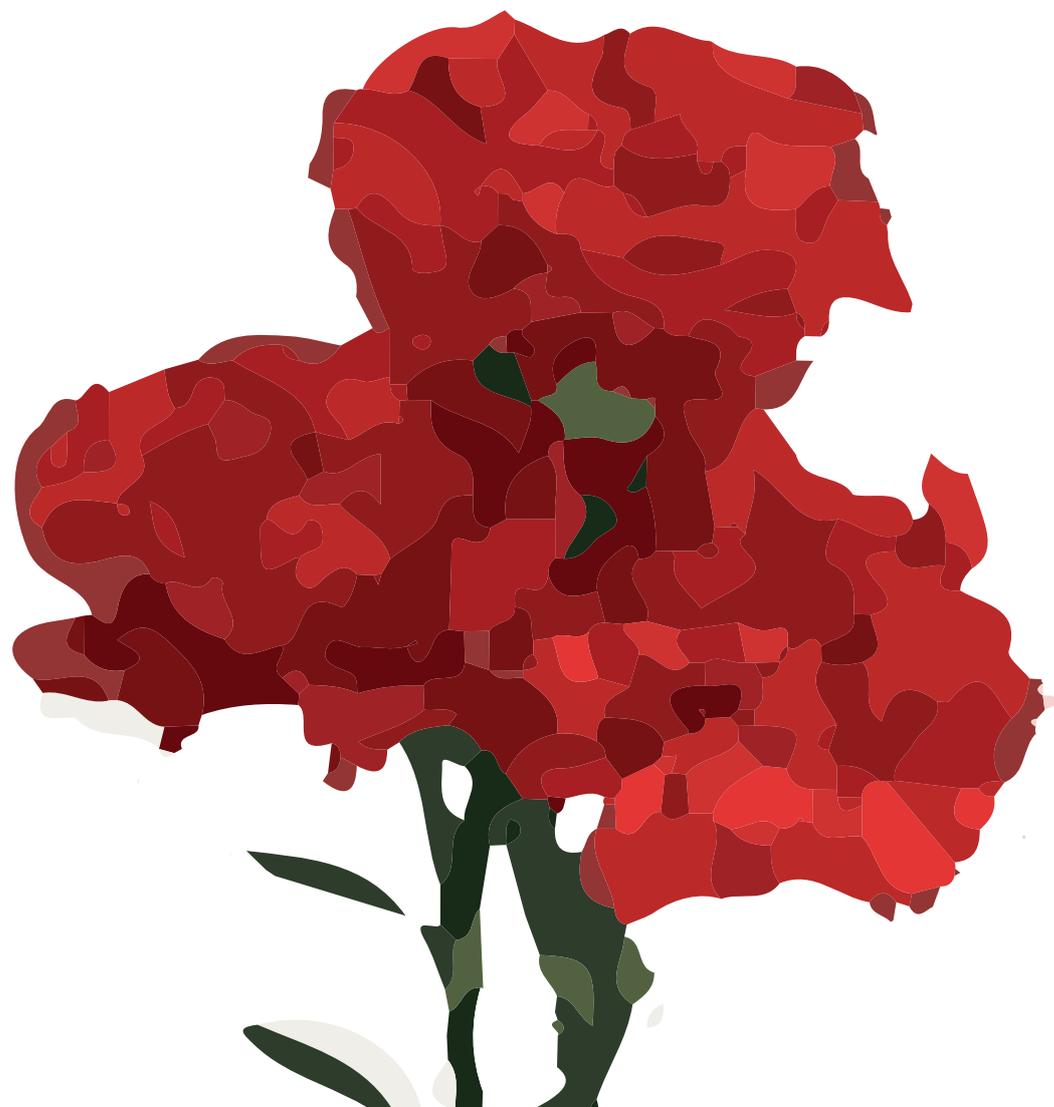


PAS.QUINA.GEM

16 ABRIL

n. 16 / 2021

ISSN 2675-7974
revistapasquinagem.com/



“Pasquinagem” é uma revista de cultura que iniciamos em meio à crise civilizacional em curso, reagindo a contornos assumidos em nosso País, em especial no local de trabalho dos fundadores, professores da PUC-SP. Procurando ficar à altura das melhores tradições desta Instituição vanguardista, busca-se expressar através de seus textos e para além das palavras, com imagens e gestos nela contidos, bem como nas mídias a ela associadas, a perplexidade, os impasses e achados em meio ao turbilhão do momento histórico dificilmente ora atravessado, atentos a indicativos como aqueles oswalddeandradianos de que “o humor é a prova dos nove” e “humor = amor”, sem esquecer, certamente, a velha e boa antropofagia nossa de recuada memória.

A revista está aberta, totalmente aberta, a contribuições provenientes das mais diversas áreas e nos mais diversos formatos: científicos, filosóficos, literários e artísticos de um modo geral. Tem também caráter informativo, noticioso, a fim de se constituir igualmente em repositório não só de divulgação como de registro de atividades consideradas como merecedoras pela editoria. A ela se associam filmagens metadiscursivas em relação ao seu conteúdo, bem como de debates em contexto de engajamento político no combate aos ataques autoritários e mesmo fascistóides que tem se intensificado nos últimos tempos, havendo ainda a conexão com

iniciativas culturais associadas à PUC-SP, em razão do vínculo a ela de seus proponentes, como é o caso da Escola Livre de Filosofia, Direito e Arte (ELDFA). Aos intelectuais, críticos, artistas, que pensam de forma criativa, inventiva e ética.

A periodicidade da revista é mensal, em formato eletrônico, com a previsão de uma edição impressa semestralmente com uma seleção das publicações do período.

Quanto ao Conselho Editorial

Executivo
Urbano Nobre Nojosa
Willis Santiago G.Filho
Paola Cantarini
Vito Antico Wirgues

Conselheiros:
Lúcia Santaella (PUC-SP)
Belmiro Patto (UEM)
Maria Cristina Vidotti (UFG)
Amalio Pinheiro (PUC-SP)
Manoel Fernandes de Sousa Neto (USP) Fabio Sobral (UFC)
Chris McGowan (Billboard, EUA)
Ordep Serra (UFBA) Glenda Andrade (PARIS 8) Paulo Ferreira da Cunha (Universidade do Porto E Juiz-Conselheiro do Tribunal Constitucional)
Maria da Guia Silva Lima (UFC) - primeira professora Emérita da nossa alma mater, leitora assídua da revista, minha querida Tia(Willis)

A revista pasquinagem é

um projeto coletivo de intelectuais, acadêmicos, artistas que tem distribuição gratuita pelo site revistapasquinagem.com.

Os artigos, ensaios, crônicas, análises políticas, econômicas e filosóficas são de responsabilidades de seus respectivos autores.

A revista pasquinagem conta com o apoio solidário da Editora Nojosa na editoração e diagramação dessa publicação editorial.

Editora Nojosa
Av. Dr Altino Arantes 120,
casa 1 Fundo CEP 04042-000
Vila Clementino, São Paulo-SP

Equipe técnica:
projeto gráfico, editoração e diagramação
Urbano Nobre Nojosa

Revisão editorial
Urbano Nobre Nojosa
Vito Antico Wirgues
Willis Santiago Guerra Filho

N O R M A S P A R A PUBLICAÇÃO

A Revista PASQUINAGEM aceita para publicação trabalhos inéditos, de autoria individual ou coletiva de pesquisadores, intelectuais, ensaístas, poeta, fotógrafos vinculados a instituições de ensino superior,

coletivos de artistas, coletivos políticos, grupos de estudos, ateliers, jornalistas, sob a forma de artigos ou resenhas, ensaio, poesia, portfólio de criação de autores nacionais e estrangeiros.

Os textos são publicados na língua original dos seus respectivos autores, de preferência em português, espanhol, francês e inglês entre 8 e 40 páginas. Quanto às resenhas o texto deverá ter dimensão variável entre 2 a 5 páginas, contendo o registro e a crítica de livros, teses e dissertações publicados nos últimos anos. Os ensaios fotográficos, poesias e crônicas podem serem individuais e coletivos.

A publicação de artigos está condicionada a pareceres de membros do Conselho editorial ou de colaboradores ad hoc. A seleção de artigos para publicação toma como critérios básicos sua contribuição à comunicação FILOSÓFICA, ESTÉTICA E POLÍTICA à linha editorial da PASQUINAGEM, a DIVERSIDADE TEMÁTICA. Eventuais modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos pareceristas ou pela Comissão Científica, só serão incorporadas mediante concordância dos autores. Os revisores dos originais poderão ajustá-los aos padrões da convenção escrita de modo a contribuir para a adequação do texto ao periódico.

O autor deve também fornecer dados relativos à sua maior titulação, instituição e área em que atua, bem como indicar o endereço eletrônico e o endereço

completo, para correspondência.

Orientações para formatação e normalização

O texto deve ser digitado em fonte Times New Roman, corpo 12, com 1,5. O recurso itálico, no corpo do texto, deve ser utilizado somente para palavras estrangeiras. Para apresentação dos elementos que constituem o artigo utilizar as normas da ABNT em vigor. Sugerimos não acrescentar destaques, grifos e etc. em citações diretas, pois são informações ou detalhes que podem desaparecer após a normalização e/ou diagramação final.

- Normas da ABNT
NBR 6022, 2003 - Informação e documentação. Artigo em publicação periódica científica impressa. Apresentação;
NBR 6023, 2002 - Informação e documentação - Referências - Elaboração;
NBR 6024, 2003 - Informação e documentação - Numeração progressiva das seções de um documento escrito - Apresentação;
NBR 6028, 2003 - Informação e documentação - Resumos - Apresentação;
NBR 10520, 2002 - Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação;
IBGE. Normas de apresentação tabular. 3.ed. Rio de Janeiro, 1993.

• Responsabilidades
É de responsabilidade do autor a correção ortográfica,

sintática e a revisão de digitação do texto que será publicado conforme original recebido pela editoração, após as alterações recomendadas pelos avaliadores, se houver.

• Direitos autorais
Ao ter o texto aprovado e aceito para publicação, entende-se como automática a cessão dos direitos autorais para a publicação na Revista PASQUINAGEM em CREATIVE COMMONS, com menção obrigatória da autoria (BY) e atribuição Não Comercial (NC) para ACESSO LIVRE E IRRESTRITO, sendo vedada a derivação (reescrita) dos trabalhos publicados por terceiros (ND).

ISSN 2675-7974
URL:<https://revistapasquinagem.com/>

Sumário

| | |
|--|-----|
| A CRIAÇÃO | 08 |
| SIMONDON E OS OBJETOS TÉCNICOS: INTRODUZINDO UMA ONTOLOGIA DE TROPOS OU “ONTROPOLOGIA” | 14 |
| BALNEARIO EN INVIERNO | 29 |
| TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E O TERRENO DO DIREITO EM MARX E ENGELS | 36 |
| 1871-MARZO-2021: 150 AÑOS DE LA COMUNA DE PARÍS | 66 |
| SOLIDARITÉ INTERNATIONALE AVEC LES CHERCHEURS/ CHERCHEUSES ET SCIENTIFIQUES AU BRÉSIL ET AU PEUPLE BRÉSILIEN | 90 |
| OPARÁ OU OS CAMINHOS DO POVO DO RIO | 124 |
| DIREITO À VIDA E À LIBERDADE | 150 |
| JIM CROW, QUASE UM SÉCULO E MEIO DE RACISMO NOS ESTADOS UNIDOS | 156 |
| DIZER SIM À HISTÓRIA: MARGARETH RAGO E AS MARCAS DA PANTERA | 162 |
| DE MÁSCARA | 170 |
| ALTERNÂNCIA, ANTENA PINEAL, UM DIÁLOGO SOBRE A EDUCAÇÃO PEDAGÓGICA ENTRE MOTIVOS COTIDIANOS | 188 |
| GÊNESE DO CAPITALISMO EDITORIAL: INTERSEÇÕES ENTRE AS TRADIÇÕES DA ORALIDADE E DA ESCRITA | 192 |



GILMAR DE CARVALHO

A CRIAÇÃO

POEMA DE CARLOS EMÍLIO CORRÊA LIMA

De que fazer alguma coisa, perguntou deus
antes de fazer o universo.
Não foi num momento de tédio em que ele o
criou
Foi num momento de completa solidão ,aban-
dono e desconforto
Não havia nuvens, qualquer coisa.
Deus era um corpo imenso a viver sozinho no
espaço, enorme como tudo
Não havia sequer um travesseiro de pedra para
sua cabeça
Nenhuma matéria, que deus apenas conseguiu
após os seus desejos realizar.
Não havia absolutamente nada quando ele
começou a desenhar os universos com sua res-
piração cifrada e matemática
Deus criou os universos em sucessivos sopros,
sopros bem quentes, sopros atômicos.
Pequenas explosões de sentido recém-sopradas,
flores de investigação infinito adentro desaro-
máticas
Faltavam-lhe confidencias, faltavam-lhe sus-
surros, faltavam-lhe caricias, aquele imenso e
eterno abraço que teria engendrado um uni-
verso perfeito, completamente diferente daquele
que foi criado.
Faltava-lhe um companheiro ou uma compa-
nheira tão deuses quanto ele, deusa que lhe
fosse a pétala do beijo
Não havia como criar desse modo quase imóvel,
uns universos em cima de si, amplidente
Tudo faltava a deus, deus era o nada completa-
mente em si.
Nenhuma forma, nenhuma determinação.

Faltavam-lhe todos os sentidos, todos os mun-
dos.
Era um angustia estar infinitamente só como
uma cordilheira inexistente, sem nenhum calor
a transmitir seu futuro possível infinito
Quando deus criou o universo não amava nin-
guém
E não havia outro deus ou deusa que o amasse
Foi por isso que ele começou a cria-lo, profun-
damente, inventando seus eternos pulmões
luminosos no oriente.
Foi pela falta completa se si mesmo, e de outro
completamente diferente de si, que ele criou
tudo de ali em diante.
Foi para ter uma amante gigantesca e galáctica
que ele criou um ser igual a ele como o céu
Onde pudesse copular com ele com seus relâm-
pagos e suas chuvas desenfreadas de diluvio
Assim ele se encontrou a si mesmo
E pode descansar abraçado ao seu imenso
amante, a que chamamos natureza.
Em seus intermináveis abraços e afagos de
tempestade, terremotos, devastações, onde os
dois amantes se buscam interminavelmente em
busca de uma nova criação,
orgasmo-universo, desta vez perfeito em tudo.
porque nascido do amor.



SIMONDON E OS OBJETOS TÉCNICOS: INTRODUZINDO UMA ONTOLOGIA DE TROPOS OU “ONTROPOLOGIA”

Willis Santiago Guerra Filho

Professor Titular do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor Permanente no Programas de Estudos Pós-Graduados em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito e Livre Docente em Filosofia do Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em Direito pela Universidade de Bielefeld (Alemanha). Doutor e Pós-Doutor em Filosofia pelo IFCS-UFRJ. Mestre em Direito, Doutor em Semiótica e Comunicação, Doutor em Psicologia Social/Política pela PUC-SP.

Gilbert Simondon inicia sua tese de Doutorado de Estado, a principal¹, referindo na “Introdução” – parte sobre a qual nos debruçamos no presente estudo – a dois modos usuais de abordar a “realidade do ser como indivíduo”, sendo uma monista e substancialista, como é tipicamente o “atomismo”, em que o ser aparece concebido como uma unidade, e outra, ao contrário, dualista, tradicionalmente caracterizada, na esteira de Aristóteles, como sendo o “hilemorfismo”, palavra resultante da conjugação de suas outras, gregas, que são hylé, a qual adquire o sentido técnico-filosófico de “matéria”, significando, na linguagem comum, “madeira”, e morphé, “forma”. Ambas, porém, compartilham um pressuposto

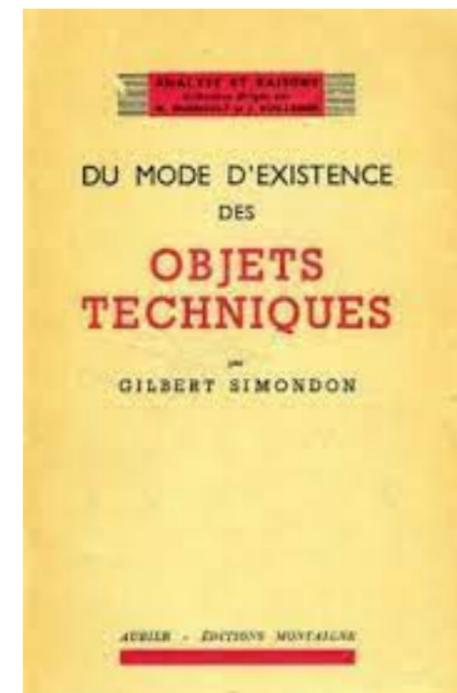
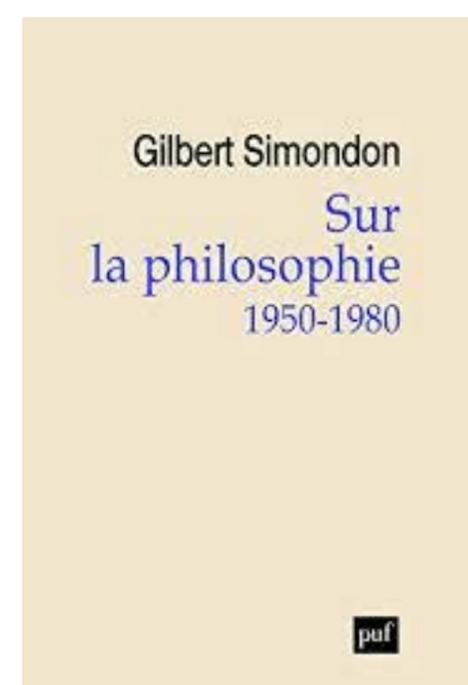
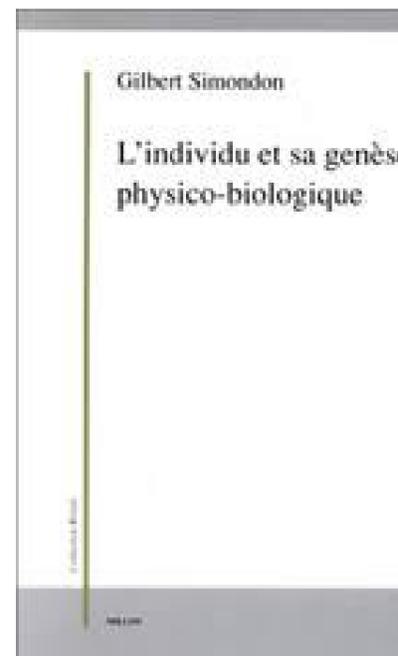
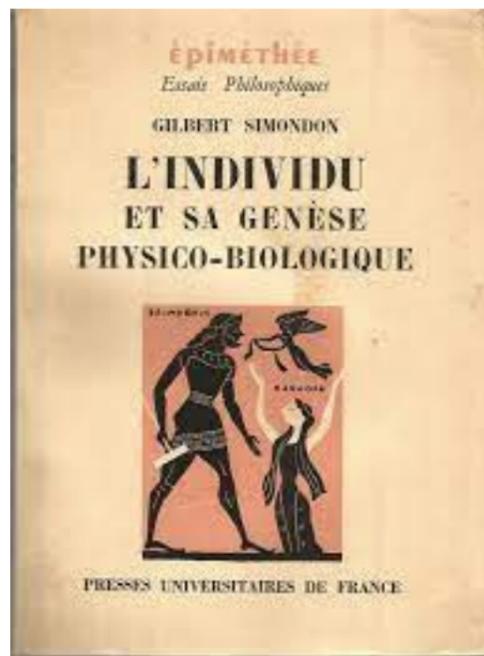
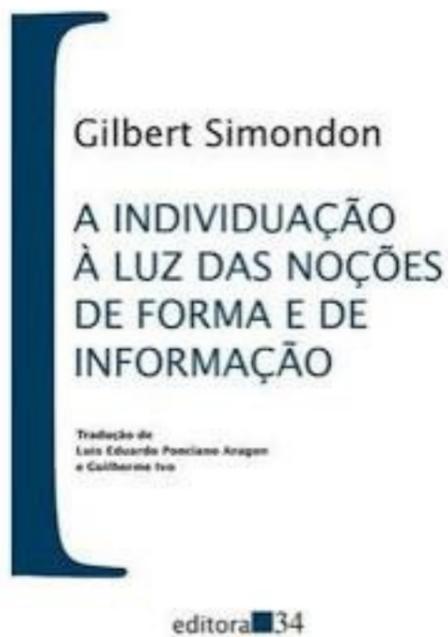
que Simondon irá contestar – no que se alinha com os estudos já então desenvolvidos no campo da física, aludidos inicialmente aqui –, de acordo com o qual a realidade última de seja lá o que for, os entes, seu ser (e o ser) é individual ou individualizada já, um “átomo” primordial, sendo este dado que se toma como ponto de partida para explicar a formação, surgimento e transformação do que quer que seja objeto dessa explicação: a realidade que interessa explicar, é a do indivíduo já constituído. Ora, Simondon opta por um entendimento do principium individuationis flexionado no gerúndio, ao invés de no participio passado, negando o “privilégio ontológico” do resultado da individuação, o indivíduo constituído, para favorecer o processo em que ela (e ele) se faz (e desfaz). Com isso, não mais hipostasia-se o

princípio de individuação, considerando-o anterior à própria individuação, para com ele explicá-la, em sua origem e desenvolvimento, sem que ele mesmo seja explicado, ou seja, considerando-o já como o princípio gerador e ordenador, a exemplo do que, na época pré-socrática – logo, ainda constitutiva – da filosofia, entre os pensadores a que Aristóteles se refere, na “Metafísica”, como “fisiólogos”, por terem a physis como tema central de seu discurso (logos), se denominava, com termo oriundo do campo político-religioso, que é arkhé. É assim que, dessa maneira “regressiva”, toda ontologia parte de um ontos, de um ente já individualizado, logo, bem definidamente caracterizado, para reportar, retrospectivamente, até ao princípio ou termo ad quo, que se não é já um indivíduo, estaria dotado da propriedade de

individualizar-se, tornando-se este que se distingue de todos os outros, graças a sua “estidade”, a haecceitas ou hecceidade de Scotus², referida por Simondon.

Ora, esta pressuposição “monocrática” – para empregar termo oriundo da política, ou “molar”, se preferirmos aludir à química –, de que há um princípio individualizado e, portanto, individualizável, para explicar tudo quanto se individualiza e encontra-se já individualizado, não passa de um quiproquó (do lat. quid pro quod), que se presta a ocultar, na ontologia, a ontogênese, que é a individualização mesma, a qual precisamos conhecer, para então conhecer os indivíduos ou “individuos”, ao invés de, ao contrário, conhecer a individuação partindo já dos indivíduos, do que assim consideramos como tais.

Para Simondon, a ontogênese, se a quisermos explicar empregando uma contraposição cunhada por Heidegger, correlata àquela que denominou de “diferença ontológica”, entre ser e ente, seria de se referir ao ontológico, ao ser, e não ao ôntico, ao ente, pois com ela pretende indicar antes um processo que se dá com o ser, no ser, do que aquele que se orienta para a constituição de entes individualizados. É neste último sentido que ela apareceria tanto da perspectiva atomista, substancialista, em que tudo o que é e também deixa de ser resulta de um conjunto de elementos previamente constituídos, os átomos, ou as mônadas leibnizianas, como também daquela perspectiva aristotélica, do hilemorfismo, na qual tanto as formas como o substrato em que elas se imprimirão para dele destacar uma porção de



matéria do que derivarão os diversos entes, já se encontram também previamente constituídos. Somente em face de tais posições aparece a contraposição entre o ser e o devir, a ser superada pela concepção do ser em devir, logo, do devir como uma dimensão do ser, correspondendo a “uma capacidade que tem o ser de defasar-se em relação consigo mesmo”. Para tanto, há de surgir uma tensão no ser ou, nos termos de nosso A., “uma tensão entre duas ordens extremas de magnitude que o indivíduo mediatiza quando chega a ser” (ou chega ao ser, poderíamos também, talvez mais propriamente, referir), donde “o próprio devir ontogenético pode(r) ser considerado em um certo sentido como mediação”.³

Por isso que a individuação pode ser concebida como um processo de resolução de tensões, e que como todo processo é composto por fases, fases de que resultam a defasagem do ser, que assim sai de um estado anterior à individuação, “pré-individual”, em que é potencialmente tudo, mas não é efetivamente nada, pois não se individualizou, distinguindo-se em um meio

como um outro sistema, repartindo-se o ser em fases e, assim, produzindo-se o tempo. Pode-se, assim, referir ao ser de três modos fundamentais, a saber, o ser em estado de pré-individuação, o ser em processo de individuação e o ser individualizado. E também a cada um desses modos fundamentais de ser corresponde um modo fundamental de temporalização: futuro, presente e passado, respectivamente. Entende-se, assim, por exemplo, o conceito simondoniano de invenção como o que realiza no presente uma ação que está no futuro, quando concretiza, individualizando, algo do que se encontra em estado, abstrato, de pré-individuação.⁴

Uma sobressaturação do ser homogêneo originário é que produzirá operações para resolver as tensões primevas, que no entanto não desaparecem, mas perduram, estruturadas, como estruturas, enlaces, relações, que por sua vez perdurarão mesmo quando desaparecerem os elementos aglutinados em sua composição. Tal circunstância já nos permite suscitar a hipótese de que as relações não surgem só quando aquilo ou aqueles que se

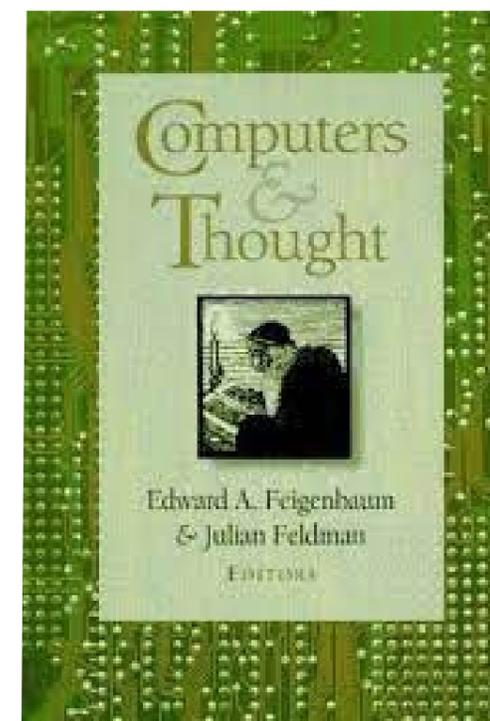
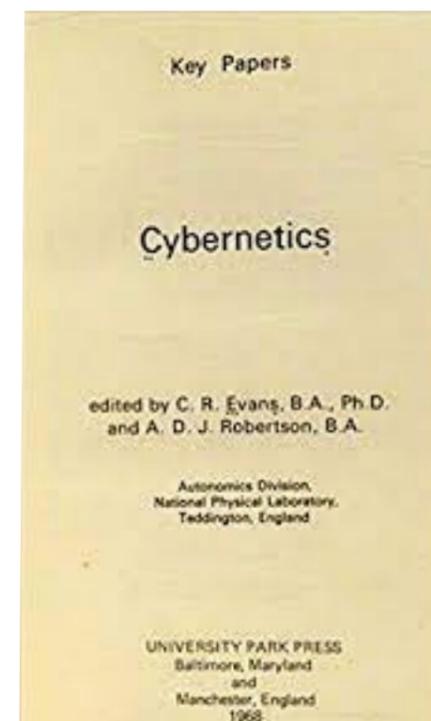
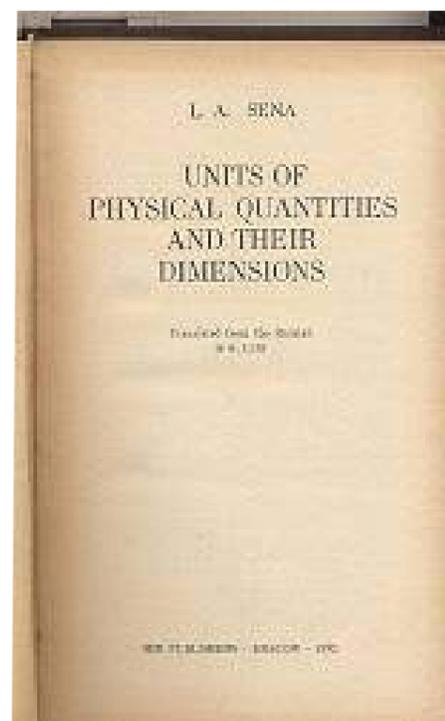
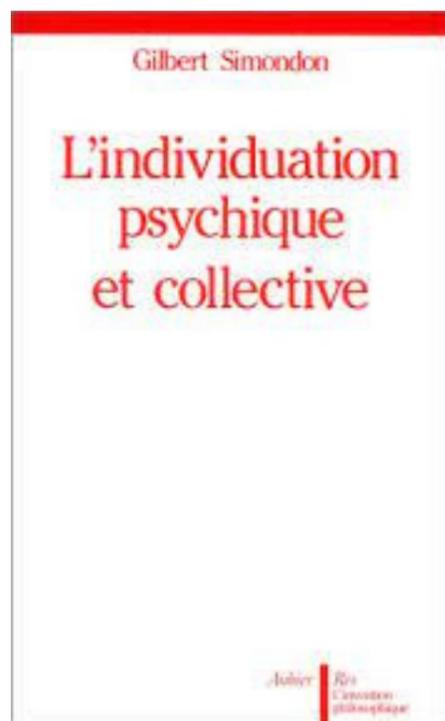
relacionam já estão constituídos, individualizados, mas sim que elas tenham uma prioridade ontológica, isto é, tenham estatura de ser, participando de um estado do sistema, enquanto “aspecto da ressonância interna de um sistema de individuação”, capaz de se expandir impulsionado pela contínua resolução das tensões que o habitam, assim informando-se. Forma, informação, energia, matéria e muito mais que permanece para nós ainda, literalmente, obscuro, preexistem em estado de latência e tensão, em um estado do sistema que, se não é estável, tampouco seria “inestável”, mas sim “metaestável”, apto a transformar-se, por dispor da força que na estabilidade não mais encontramos, e concentrada de modo que a dispersão da instabilidade não permite. A energia potencial de um sistema metaestável permite o aparecimento da estabilidade de uma ordem que resiste à entropia pela informação que produz, e se reproduz, possibilitando que um certo nível de potencial se conserve, ao mesmo tempo em que algo dele se realiza e também seguidamente se desrealize. Na individuação se

estabelece uma comunicação entre ordens de grandeza díspares, em estado de disparidade - em francês, *disparation*, também com o significado de “desaparecimento” e que nosso A. entende ainda no sentido da “teoria da visão”, ou seja, como a imagem díspar, que aparece e desaparece no espelho, deslocando-se, quando variamos o olho com que a olhamos - as quais, uma vez relacionadas e graças a essa relação, tornam possível que advenha o que identificamos como indivíduo, por uma operação de individualização que na metafísica substancialista oculta neste indivíduo a relação que lhe é constitutiva. E este ocultamento se opera também pelo correlato gnosiológico e epistemológico que são os construtos mentais correspondentes a tal metafísica, assunto da parte seguinte. Continuaremos sem detalhar onde se encontram as passagens citadas, pretendendo assim instigar a leitura do texto de onde foram extraídas, insubstituível pelos comentários que sobre ele se faz.

O estudo da individuação exige uma reforma conceitual e metodológica para se efetuar, sendo descrito por Simondon, ao final do

trecho de sua obra aqui enfocada, nomeadamente, no último parágrafo da “Introdução” da referida tese principal no doutoramento (em sua edição original) como um modo de individuação: “não podemos, no sentido habitual do termo, ‘conhecer a individuação’; podemos somente individuar, individuar-nos e individuar em nós; esta compreensão é, portanto, a margem do conhecimento propriamente dito, uma analogia entre duas operações, que é um certo modo de comunicação”.⁵ Para caracterizar tal modo de comunicação e a operação lógica correspondente, adequados à “individuação do conhecimento”, que entendemos como transformação da gnosiologia (logo, também da epistemologia) em “genesologia”, Simondon cunha um termo: “transdução”. Ele corresponde ao modo de conceber o ser como diverso do que é único e idêntico a si mesmo, ou seja, como polaridade metaestável que se transforma, defasando-se, pelas relações díspares que o constituem como sistema, “informando-o”, isto é, orientando-o em certo sentido e dando-lhe significação (física, química, biológica,

psíquica, social e as diversas variações que comportam, no trânsito entre essas diversas ordens com suas mediações, quando, exemplificadamente, um vegetal, graças à fotossíntese, seria uma mediação entre constituintes químicos da ordem cósmica, celeste, e daquela inframolecular situada no solo), lembrando que informação é definida por Simondon, na altura da nota 8 do texto em apreço, como “o sentido segundo o qual um sistema se individua” ou, mais adiante, ao diferenciá-la da concepção tradicional de “forma”, como “a significação que surge de uma disparidade”, logo, de uma relação tensa, diversa de qualquer unidade.⁶ Compreender o ser como mais que unidade e mais que identidade requer uma lógica diversa daquela que se baseia nos princípios do terceiro excluído e de identidade,⁷ bem como uma operação diversa tanto daquelas igualmente da lógica formal, que são a indução e a dedução, pelas quais, de modos diversos, objetiva-se conhecer o diferente a partir do que já se conhece, como também da lógica dialética, com sua temporalidade pré-constituída em relação ao



ser, entendido como o que se afirma ao ser negado para se reconfigurar como unidade superior em graus sucessivos. Simondon preconiza a adoção de uma pluralidade de lógicas que seja correspondente ao - e fundada no - pluralismo das individuações. A transdução se prestaria a esse “descobrimento de dimensões cujo sistema permite comunicar as que pertencem a cada um (de seus - WSGF) diversos termos”,⁸ evitando assim o ocultamento do que têm de singular seja pela imposição de uma forma comum a outros, por dedução, seja pela exclusão do que os diferencia, por indução. E se, em contraposição, tal como na dialética, se conserva e integra, pela transdução, os opostos, tal não se dá para obter a síntese superadora da tensão, ainda que seja conservando algo de cada posição antagônica, pela “suprassunção” (tradução mais consagrada para a *Aufhebung* hegeliana). Se assim fora, haveria também perda ou empobrecimento da informação, tal como na indução e dedução, pois ela só se mantém e amplia na medida em que também se mantém a disparidade, a assimetria, a desigualdade e, logo,

a potencialidade, caracterizadora do pré-individual, com sua indefinida e tendencialmente infinita divisibilidade. É aí que se evidencia como é importante notar que o conceito de transdução não caracteriza apenas um novo juízo lógico, passível de ser associado, como de fato tem sido, àquele peirceano de abdução, uma vez que sintetiza “tanto o sentido relacional de homem, natureza e objeto técnico, quanto do processo no qual cada qual se torna indivíduo”.⁹

Simondon preocupa-se ainda em distinguir a noção que assim se apresenta fundamental, de “informação”, do que qualifica como “teoria tecnológica”, de se entender como a teoria (físico-matemática) da comunicação (e da informação) desenvolvida por Claude Shannon e W. Weaver, bem como aquela coetânea e convergente, proposta na Cibernética de Norbert Wiener, reverberando no trabalho seminal (e final) de von Neumann “O Computador e o Cérebro”.¹⁰ É que ao invés de pressupor uma inerência da informação no ser (como também ocorre no realismo hilemórfico aristotélico), tanto que ela pode ser

mensurável ao considerá-la o que se transmite de um emissor a um receptor, humanos ou não, Simondon opta por “descobrir essa inerência na operação de individuação”.¹¹ Para investigá-la, um locus privilegiado, que tem a individuação como seu *modus operandi*, é o que Simondon, em texto postumamente publicado, denomina “mentalidade técnica”, sobre a qual em seguida nos debruçaremos, amparados neste texto,¹² tendo como pano de fundo sua “tese suplementar de doutoramento”, sobre o modo de existência dos objetos técnicos.

O objeto declarado da exposição sobre a “mentalidade técnica” se desloca da ontologia, entendida como ontognosiologia (Miguel Reale), “genesiológica”, para a axiologia, embora se tenha a primeira como pressuposta, na concepção externada por Simondon é com o que podemos referir, numa alusão ao célebre texto de M. Heidegger sobre a técnica, “Die Frage nach der Technik”, como a nossa relação com ela. Aqui, como ali, não se trata de um trabalho que vise definir a técnica, o modo de ser da própria

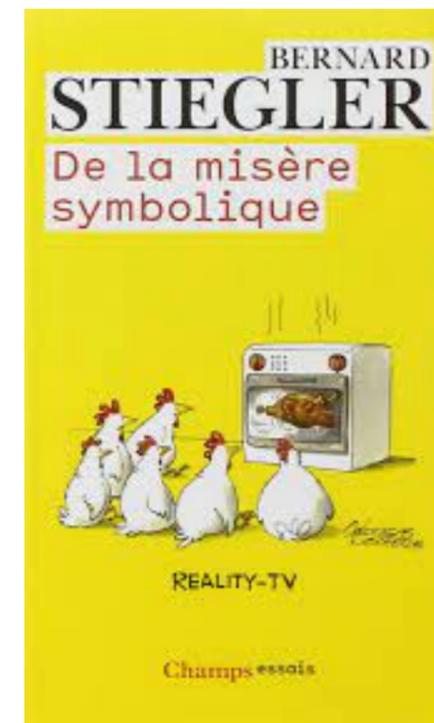
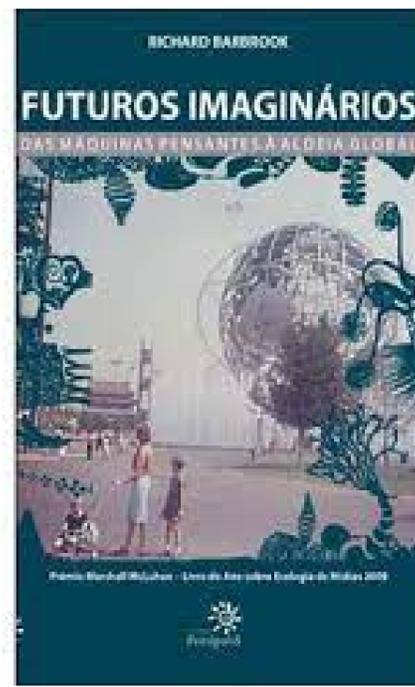
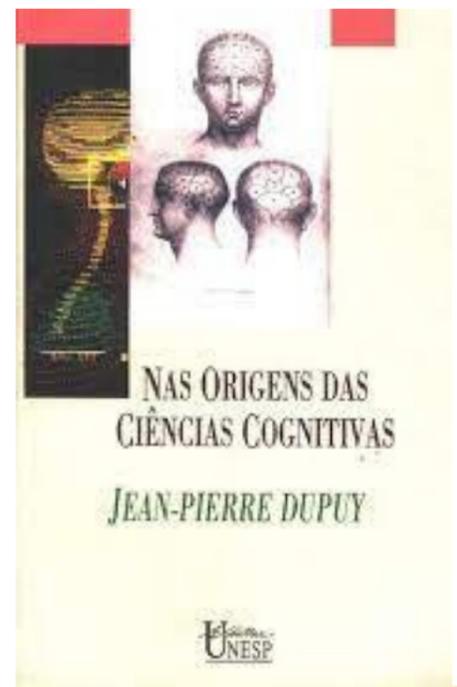
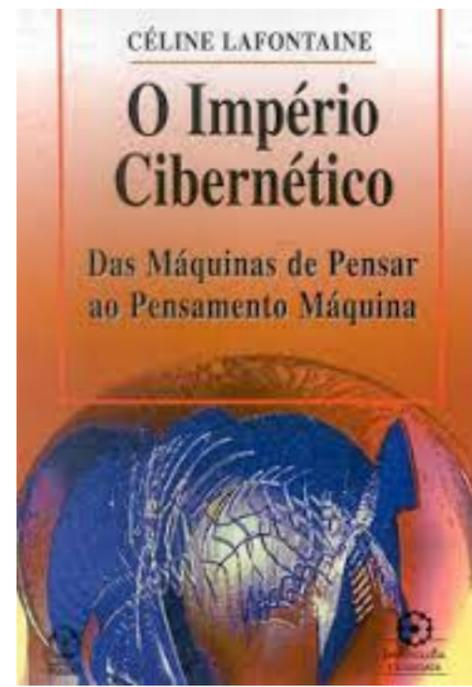
técnica, e sim de “preparar um relacionamento livre com a técnica”, apto a favorecer o entendimento da essência da técnica, no caso de Heidegger, a partir do modo como ela nos afeta, em Simondon. É essa preocupação com a dimensão afetiva, inserida numa zona de intersecção entre os campos da ontologia, da antropologia, da psicologia, da ética e da estética, que vem de último sendo muito destacada, por autores como Brian Massumi, filiados ao pensamento pós-estruturalista francês, ao ponto de já se referir a uma “virada afetiva” (*affective turn*) na filosofia.¹³

No objeto técnico, artificial, é possível se divisar, melhor do que naqueles naturais, que se trata de uma composição – e aqui, novamente, vem-nos à lembrança o termo adotado por Heidegger para caracterizar a essência da técnica, *Gestell*, que dentre muitas possibilidades de tradução está aquela, adotada por seu aluno Emmanuel Carneiro Leão, ao verter o referido texto sobre a técnica para nossa língua: composição. Esta composição é resultante da mediação que fazem entre os humanos e a natureza,

onde a eles, claramente, não se pode aplicar as categorias de sujeito e objeto, pois seriam uma composição de ambos. No objeto técnico é possível distinguir-se elementos técnicos, objetos técnicos infra-individuais, que formam um indivíduo técnico quando um entorno a ele se associa para o seu funcionamento, do que resulta um sistema, podendo ainda formar um conjunto técnico quando associado a outro sistema, compartilhando os entornos, que, embora permaneçam independentes, assim como os (sub-)sistemas mantém sua autonomia, criam a possibilidade de uma causalidade mútua e recorrente, circular.¹⁴

Como se dá com todos os entes, também aqueles técnicos, e de modo ainda mais evidente, estão envolvidos com a transformação da informação, que se encontra abstrata e potencialmente no estado pré-individual do ser, na energia, que se concretiza quando ele se individualiza, ou seja, encontram-se comprometidos com o que se pode denominar “informatização”, constituindo-se, assim, em pontos de resistência à tendência do cosmos a retornar ao caos, a chamada

entropia. Observar a gênese da individualização técnica permite-nos divisar um primeiro momento, o artesanal, em que objetos são empregados como utensílios, seguido por um outro, em que predomina o mecânico, que é o industrial, até chegarmos ao da atualidade, que Simondon, de maneira independente do sociólogo norte-americano Daniel Bell, mas na mesma época (a data provável de elaboração do texto sobre a mentalidade técnica é 1968), denomina “pós-industrial”.¹⁵ A cada uma dessas fases se associa uma daquelas três dimensões dos objetos técnicos, na medida em que o utensílio é uma mera extensão da fonte de energia que dele se vale para ampliar seu potencial, sendo a mesma também a fonte de informação, não sendo eventualmente sequer compreendido o utensílio quando separado dela, às vezes sequer como um utensílio, objeto religioso, artístico ou meramente lúdico, a exemplo do dodecaedron vetero-romano.¹⁶ Na fase seguinte, aparecem as máquinas junto com o modo mecanicista de pensar, da modernidade, ou seja, o esquema cognitivo que tem em Descartes o



seu mais distinto elaborador – sua proposta de desenvolver “longas cadeias de raciocínio” a partir de um fundamento certo e inconcusso, para assim operar um “transporte de evidência” (logo, de informação, sem que ela se perca) é comparado por Simondon a uma máquina como o guindaste, capaz de ampliar a força pelo transporte de energia a partir de um ponto firme de apoio e um encadeamento de roldanas. Já a fase atual, acompanhada pelo surgimento de esquemas cognitivos como o da cibernética, teoria da informação, teoria dos jogos, teoria da decisão etc., é caracterizada por ele, de maneira bastante clarividente, como aquela em que se destacam os conjuntos técnicos formando redes de comunicação, de transporte e distribuição de energia convertida (ou conversível, como no caso mencionado pelo A. da energia elétrica) em informação, sendo a eletrônica e as telecomunicações os exemplos mais patentes, explicitamente referidos por Simondon.¹⁷

Nesses últimos, os objetos técnicos mostram-se cada vez mais “concretizados”, assemelhando-se cada vez mais aos seres vivos,

sem que nunca possam adquirir o mesmo estado destes, que desde sempre já têm existência concretizada, sendo autotélicos, enquanto objetos técnicos servem à realização de algum objetivo (telos, em grego) abstratamente projetado pelos que o inventam e que sempre permanecerá como a sua razão de ser, neles incorporado, donde serem caracterizados por Simondon como “hipertélicos”¹⁸ Na sua evolução, desde a condição de mero utensílio até aquela pós-industrial, o que se verifica nos objetos técnicos é sua progressiva abertura, “podendo ser completados, melhorados, mantidos em estado de perpétua atualidade”,¹⁹ sendo esta uma característica que já os assemelha mais aos seres humanos do que aos demais seres vivos, mais prontos e acabados, logo, menos adaptáveis.

Aqui se vislumbra uma perspectiva de nos reconciliarmos com os objetos técnicos, adquirindo uma modalidade afetiva que cria uma atmosfera ética e estética mais favorável a inclui-los em nossas vidas, sem nos posicionarmos diante deles seja com uma nostalgia de quando eram apenas – ou em geral – meras

extensões de nós mesmos, como são os utensílios, seja rejeitando-os ludicamente, por serem máquinas, em que, além de se distinguirem as fontes de energia e de informação, de pronto alheando-nos, alienando-nos da primeira, também seguidas vezes se reparte a segunda, em sucessivas alienações: uma primeira vez na invenção da máquina, que pode exigir o concurso de diversos especialistas; depois uma segunda vez na construção da máquina, onde novamente muitíssimos podem ser – e normalmente são – os envolvidos, segundo o mesmo princípio de divisão de trabalho; por fim, numa terceira e quarta vez na aprendizagem de como utilizar a máquina e na sua utilização efetiva.²⁰ Na produção das máquinas puramente abstratas que são os softwares, a serem associados a um hardware para resultar no efeito computacional, novamente se reúnem, na figura do programador, as funções que foram separadas na era de imposição tecnocrática dos objetos técnicos industrializados.²¹

Numa breve síntese,²² a ser desenvolvida em contexto mais próprio, que seria um trabalho

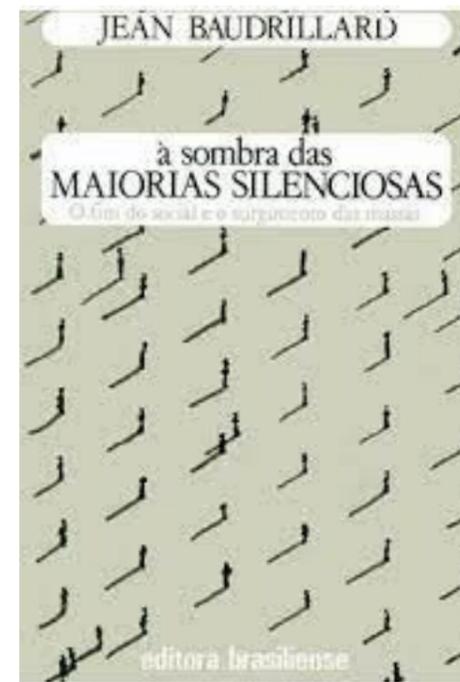
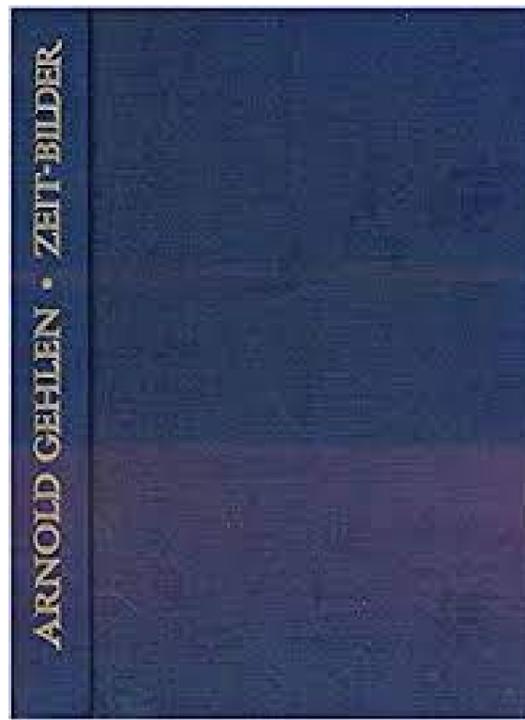
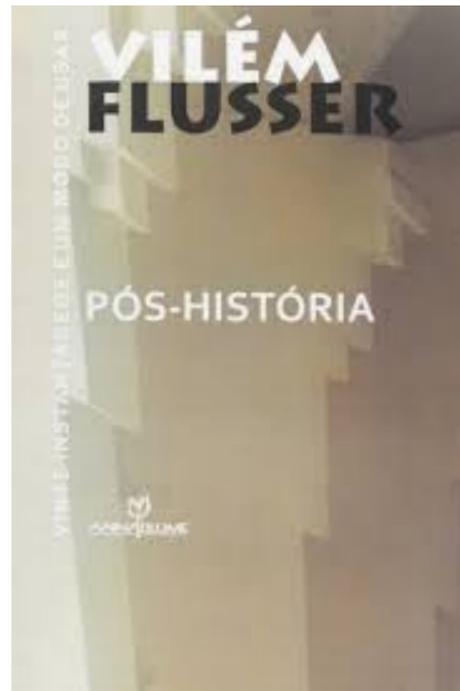
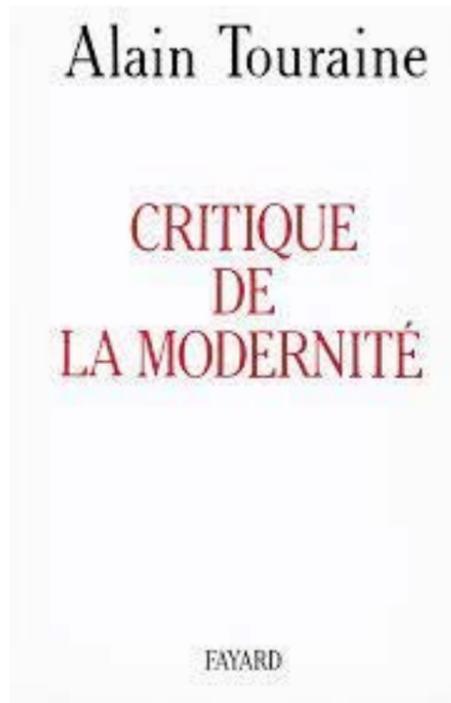
no âmbito da psicologia,²³ poder-se dizer, a partir do que propôs Simondon, que a angústia revela o estado de um psiquismo inconformado com a percepção de que não é completamente individuado, podendo ser diverso do que é, tanto para mais como para menos, apesar de não ser esta a imagem que a ele se transmite em sociedades, sobretudo aquelas modernizadas, nas quais, já por não mais se encontrarem no modo transindividual primevo de organização (= individualização) social, aquele comunitário, seus membros são tidos como plena e definitivamente, quando normais – ou normalizados –, individualizados, indivíduos, quando são/somos “divíduos”, para empregar o termo proposto por Deleuze, de inspiração simondoniana.²⁴ É que o pré-individual sempre permanece associado ao ser individuado, sendo este um estado permanentemente provisório, metaestável, movido pelo dinamismo da contínua transformação a que se sujeitam, mesmo sem querer ou perceber, em escala crescente, assim os entes físicos, químicos, biológicos, como os psíquicos, sociais e técnicos. A estes

entes passaremos doravante a tratar como sistemas, no sentido originário do termo, que refere a uma composição (greg. syn) que se sustenta (statis), graças à presença de propriedades compartilhadas por seus elementos entrelaçados assim em relações que entendemos serem o que lhes constituem, dando-lhes consistência e alguma forma ou modo de existência.

Há, portanto, distintos planos a serem diferenciados, em que habitam os sistemas psíquicos, a saber, fundamentalmente, planos de consistência e de existência, além de um terceiro, intermediário – sem que com isso se pretenda situá-lo entre eles, numa estrutura hierárquica, com patamares ou andares, inferior, intermediário e superior, quando aqui se tratam de planos que se dobram ao modo barroco, tal como desenvolvido em “A Dobra: Leibniz e o Barroco” por Deleuze –, sendo naquele do primeiro tipo em que se pode situar o que na filosofia medieval muito se discutiu sob a rubrica de “transcendentais”, entes universais, como a beleza, a justiça, a verdade e aquele em que todos se reuniram, Deus.

A elaboração do conceito de “plano de consistência”, tomada aqui de Bernard Stiegler, seria, segundo este A., oriunda de Deleuze, especialmente na ob. cit. e na sua obra em geral, sendo neste plano que permaneceriam tais “coisas” que não existiriam, tal como acertadamente, já na época escolástica, apontaria a tradição dita nominalista, sem com isso deixarem de serem importantes e, mesmo, para Stiegler, as mais importantes.²⁵

Já do plano da existência, se ali situarmos a chamada realidade ou o real, que Lacan muito bem qualifica como impossível,²⁶ sendo onde se dão os acontecimentos, o que acontece, o atual, temos de distinguir, com Deleuze,²⁷ um outro, o virtual, que ele exemplifica com os objetos matemáticos e, mais especificamente, aqueles resultantes do cálculo diferencial. Aqui, nos parece que uma excelente ilustração é fornecida pelo antiquíssimo “paradoxo de Zeno (Zenão de Eléia)”, da corrida entre Aquiles e uma tartaruga, no qual se encontra in nuce a noção matemática de infinitésimo. Como sabemos, pelo referido paradoxo, elaborado para ilustrar a aporia da



ilusão do movimento, se a tartaruga largar na frente de Aquiles ele jamais a alcançará, pois para chegar até onde ela se encontra deve primeiro percorrer a metade do trecho que os separa, bem como a metade desta metade e assim ad infinitum. Ora, o paradoxo só se produz se situarmos os competidores em planos diferentes, sendo Aquiles, o virtual vencedor, derrotado pela tartaruga não por ter largado depois dela, mas por correr neste outro plano, diverso daquele em que o real acontece, que é um plano acessível apenas aos sistemas psíquicos, em sua função fabuladora, ficcional. É nele que podemos situar, sem precisar recorrer ao discurso do método alternativo (e complementar) àquele cartesiano, que foi o de Giambattista Vico,²⁸ para destacar a epistemologia contemporânea de um pioneiro da proposta de um programa de unificação das ciências, a partir da física tal como matematizada na modernidade, como foi Ernst Mach, quando em sua agora centenária obra *Erkenntnis und Irrtum*, anuncia posição a ser posteriormente desenvolvida à saciedade por Gaston Bachelard, ao

considerar o devaneio poético não apenas a origem de todo desenvolvimento mental, mas a própria fonte de configuração e modificação da experiência, nomeadamente, do que existe como fatos que subsumimos a leis.²⁹

Ainda uma observação é oportuna, quanto ao que se situa no plano da virtualidade, da co-existência, como propomos que se designe este nível da imanência, a se diferenciar daqueles da existência e da consistência, sendo neste em que a transcendência se manifesta na imanência como “Existencializante”, na expressão colhida em Leibniz e desenvolvida por Deleuze, como o que “é, de um lado, Atualizante, e é, por outro, Realizante”.³⁰ A observação é aquela feita por Pierre Lévy, quanto ao virtual, de que comporta tanto uma subjetivação, pela “implicação de dispositivos tecnológicos, semióticos e sociais no funcionamento psíquico e somático individual”, como também uma objetivação, quando da “implicação de atos subjetivos na construção de um mundo comum”.³¹ Avancemos ao modo estratégico recomendado em célebre panfleto por V. I. Lenin,

quer dizer, dando um passo para trás, antes de darmos os demais adiante, no sentido de uma reconstrução ontológica da constituição de domínios cognitivos.³²

Justifica-se, assim, que da obra deste autor se extraia importantes consequências, atingindo novos conhecimentos almejados, por meio do que se pode denominar uma “recursividade heurística”,³³ na medida em que pretendemos nos alinhar com os que apostam numa renovação da perspectiva ontológica geral, incorporando resultados oriundos do avanço das ontologias regionais, elaboradas pelas ciências (como também pelas artes ou outras “formas simbólicas”, para valer-nos da expressão consagrada por Cassirer,³⁴ dando assim ensejo a desenvolvimentos inovadores nesses campos regionais, em verdadeiro círculo virtuoso. Descortina-se, assim, uma perspectiva que propomos denominar “ontico-ontropológica”. É que a esse tipo de posição se vem referindo ora como uma forma de realismo, dito estrutural ontico,³⁵ advogando a prioridade e consistência ontológica das estruturas, ora como um nominalismo, que nega

o caráter universal das propriedades, por serem o que constituem os indivíduos em sua singularidade, ao se unirem de certa maneira, nominalismo este dito “trope” ou “ontologia de tropos”³⁶ “ontropologia”, portanto.

NOTAS:

1. Como era usual na época, em França, ou seja, meados do século XX, havia uma segunda tese que o candidato apresentava, que nos caso de nosso A. foi aquela que o deu a princípio maior notoriedade, *Du mode d'existence des objets techniques* (“Do Modo de Existência dos Objetos Técnicos”, doravante referida pela abrev. MEOT), 2ª. ed., Paris: Aubier, 1989, enquanto a tese principal, intitulada “A Individuação à luz das noções de forma e de informação” - *L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information*, Paris: Édition Jérôme Millon, 1958 - teve a primeira parte publicada em editora de grande circulação sob o título *L'individu et sa genèse physico-biologique*, Paris: PUF, 1964, enquanto a segunda parte só veio a lume posterior e postumamente, com o título *L'individuation psychique et collective à la lumière des notions de Forme, Information, Potentiel et Métastabilité* (abrev.: *L'individuation*), Paris: Aubier, 1989.

2. Sobre o princípio de individuação, por Duns Scot, cf. o

texto da *Ordinatio*, Distinção III, 1ª. parte, questão 1, in: Cesar Ribas Cezar, *O Conhecimento Abstrativo em Duns Escoto*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 85 – 96.

3. G. Simondon, *L'individuation*, notas 1 e 2, p. 66.

4. Cf. MEOT, cap. 2, II, “Invenção Técnica: Forma e Conteúdo na Vida e no Pensamento Inventivo”.

5. *L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information*, cit., p. 36.

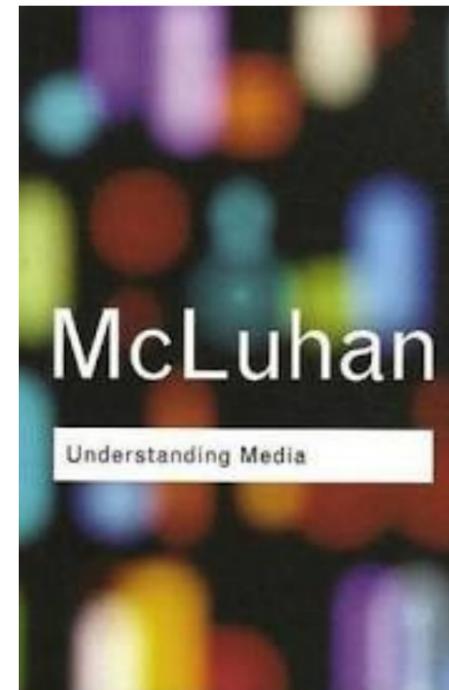
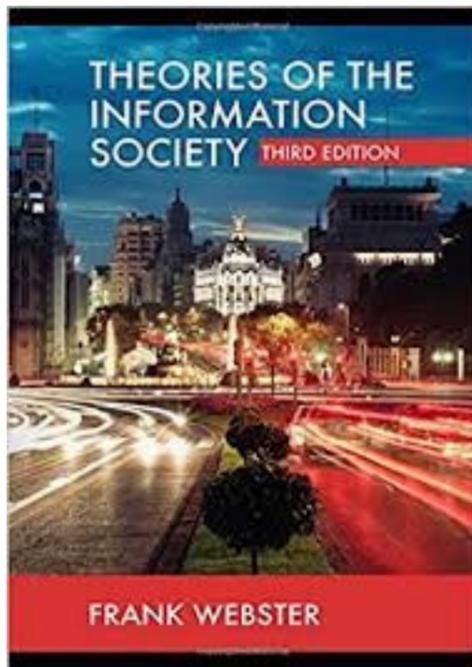
6. Id. ib., p. 31.

7. A este apelo responderam diversos desenvolvimentos da lógica contemporânea, como aquele associado ao brasileiro de maior destaque na área, Newton C. A. da Costa. Cf., v.g., Id., *O Conhecimento Científico*, 2ª. ed., São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

8. Id. ib., p. 32.

9. José Fernandes Weber, “As relações entre objeto técnico, mediação e ensino refletido da técnica em Simondon”, in: IX ANPED Sul – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012, p. 7.

10. Do mesmo ano, 1948, é o texto fundamental de Alan



Turing, “Intelligent Machinery”, agora em Christopher R. Evans; Anthony D. J. Robertson, *Cybernetics: Key Papers*, London: Butterworths, 1948, pp. 47 – 52. V. tb. Id., “Computing Machinery, in: Edward A. Feigenbaum e Julien Seldman (orgs.), *Computers and Thought*, New York: McGraw-Hill, 1963 (trad. bras. “Computadores e Inteligência”, in: Isaac Epstein (org.), *Cibernética e Comunicação*, trad. Marcia Epstein, São Paulo: Cultrix, 1973, p. 45 – 82. Sobre o livro de von Neumann, uma notícia encontra-se em http://en.wikipedia.org/wiki/The_Computer_and_the_Brain.

11. Ob. loc. ult. cit., p. 35.

12. Cf. G. Simondon, “Mentalité Technique”, in: *Revue philosophique de la France et de l'étranger*, tome 131, n. 3, 2006, pp. 343- 357; trad. ing. por Arne de Bover, *Parrhesia*, n. 7, 2009, pp. 17 - 27 – ambos se encontram disponíveis na rede mundial de computadores, nos seguintes endereços, respectivamente: <http://www.cairn.info/revue-philosophique-2006-3-page-343.htm> e <http://www.parrhesiajournal.org>, sendo este último um número especial

dedicado a Simondon, que inclui a tradução, por Gregory Flanders, da “Introdução” da tese principal de doutoramento de nosso A., pp. 4 - 16

13. V., do A. de último referido, a entrevista concedida no n. 7 da revista eletrônica *Parrhesia*, cit., em que se ocupa sobretudo de discutir o artigo ora sob comento de Simondon.

14. Cf. MEOT, “Introdução” e cap. 2, III, “Individualização Técnica”.

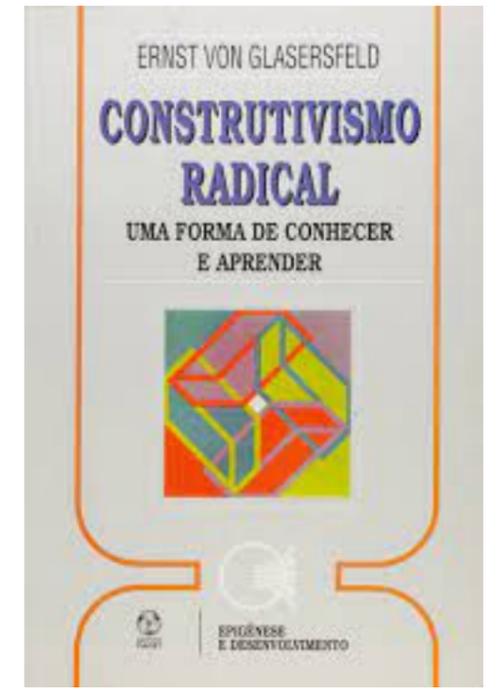
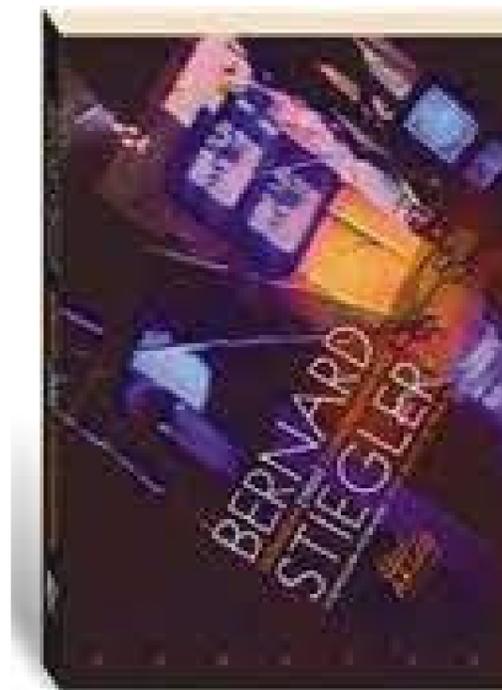
15. Daniel Bell, *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*, New York: Basic Books, 1973; Id., *O advento da sociedade pós-industrial. Uma tentativa de previsão social*, São Paulo: Civilização Brasileira, 1977. Vale lembrar que este livro, tido por muitos como “icônico”, é o principal resultado da “Comissão para o ano 2000”, constituída e coordenada por Bell, por incumbência da Academia Estadunidense de Artes e Ciências, em 1964, a partir de um grande aporte financeiro do governo do país. O trabalho desta Comissão, também chamada “Comissão Bell”,

representou uma retomada do que representou, duas décadas antes, as “Conferências Macy”, berço do “movimento cibernético” e, logo, do que hoje chamaríamos de informática – cf. George Dyson, *Turing’s Cathedral*, New York: Pantheon Books, 2012, p. 114; Céline Lafontaine, *O Império Cibernético. Das Máquinas de Pensar ao Pensamento Máquina*, Pedro Filipe Henriques, Lisboa: Instituto Piaget, 2007, cap. 2, p. 55 ss., passim, e, especificamente, Jean-Pierre Dupuy, *Nas Origens das Ciências Cognitivas*, trad. Roberto Leal Ferreira, São Paulo: EDUNESP, 1996 - assim como o livro de Bell vislumbra a sociedade da informação atual, planetariamente conectada, no que há quem veja uma versão “neo con” de proposta mcluhianas – cf. Richard Barbrook, *Futuros Imaginários. Das máquinas pensantes à aldeia global*, trad. Adriana Veloso et al, São Paulo: Peirópolis, 2009, p. 201 ss. passim. Não nos parece que, ao contrário daquela de Bell, a proposta simondoniana de pensarmos a atual época, caracterizada como “pós-industrial”, pela ultrapassagem da centralidade que teve

a industrialização, especialmente no século XIX, sujeite-se às restrições apresentadas por Bernard Stiegler – de resto, um entusiasta e seguidor declarado do pensamento de Simondon, tendo prefaciado a reedição da sua tese principal de doutoramento, *L’individuation -*, ao propor como alternativa “hiperindustrialização”. Cf. B. Stiegler, *De la misère symbolique*, vol. I – *L’époque hyperindustrielle*, Paris: Galilée, 2004. Isso desde que a noção de pós-industrial” se dissocie de outras, elaboradas com o prefixo “pós”, especialmente a de filosofia “pós-moderna”, de molde a não impedir a compreensão de que historicamente são muitas as modernidades e que aquela contemporânea é caracterizada pelo predomínio de um “capitalismo cultural” (Jeremy Rifkin), logo, de uma “terciarização” (a “condição pós-moderna” a que se refere David Harvey), em que o setor de serviços assume a proeminência, frente àquele secundário, industrial. Também Alain Touraine recusa a qualificação “pós-industrial”, por entender que ela leva a uma conceituação que toma como referencial a forma anterior, baseada

na indústria, quando as sociedades contemporâneas mais “avançadas”, por ele qualificada como “programadas”, são inteiramente diversas, quando a produção e difusão de bens culturais ocupam o lugar central que era aquele dos bens materiais, na sociedade industrial. Da mesma forma, o controle social passa a depender fundamentalmente do domínio dos meios de produzir novos valores, que modelam a personalidade dos indivíduos, e não mais da apropriação dos meios de produção de utilitários. Cf. A. Touraine, *Critique de la Modernité*, Paris: Fayard, 1992, p. 283 ss. Já Jean Baudrillard, considera que em tais sociedades se desenvolve um verdadeiro quarto setor, que a revoluciona como em poucos momentos de sua evolução, desde a pré-história, ao ponto de se falar em seu ingresso na “pós-história”, como o fez, dentre outros, Vilém Flusser, sendo o precursor, segundo Hans Belting, um autor alemão, estigmatizado como conservador – quem sabe por ainda na primeira metade do século passado ter sido um dos raros a ousar pensar a técnica positivamente -, sem que, como ocorreu

com tantos desta cultura, no século XX, tenha por isso deixado de ser revolucionário: Arnold Gehlen, em seu livro de 1960, *Zeitbilder, “Imagens do Tempo”*. Cf. J. Baudrillard, *A l’ombre des majorités silencieuses ou la fin du social*, Paris: Denoël, 1978; Id., *À Sombra das Maiorias Silenciosas: O fim do social e o surgimento das massas*, 4ª. ed., trad. Suely Bastos, São Paulo: Brasiliense, 1994; H. Belting, *O Fim da História da Arte: uma revisão dez anos depois*, trad. Rodnei Nascimento, São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 271; V. Flusser, *Pós-História: vinte instantâneos e um modo de usar*, São Paulo: Annablume, 2011; A. Gehlen, *A alma na era da técnica. Problemas de psicologia social na sociedade industrializada*, Lisboa: Livros do Brasil, s.d.; David Harvey, *A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, trad. Adail Ubi-jajara Sobral; Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Loyola, 1992. Por fim, para uma discussão de teorias sobre a sociedade contemporânea a partir do predomínio da informação e comunicação cf. Frank Webster, *Theories of the Information*



Society, 3ª. ed., London/New York: Routledge, 2006.

16. A respeito, além do que se encontra na rede mundial de computadores (como sempre, “ça va sans dire”, mas mesmo assim não custa às vezes lembrar), cf. David Link, “Enigma rebus. Prolegomena to an Archaeology of Algorithmic Artefacts”, in: Siegfried Zielinski; Eckhard Furlus (eds.), *Variantology*, vol. V (Neapolitan Affairs), cit., p. 345.

17. Cf. “Mentalité technique”, cit., p. 353. Nesse contexto, vale lembrar a definição da luz elétrica como “informação pura” e o “meio sem uma mensagem”, devida, notoriamente, a Marshall McLuhan – cf., deste A., o clássico *Understanding Media. The Extensions of Man*, New York: McGraw-Hill, 1964, p. 8.

18. Cf. MEOT, cap. II, 1.

19. “Mentalité technique”, cit., p. 356.

20. Cf. Simondon, loc. ult. cit., p. 350.

21. Convergente nos parece o modo como Vilém Flusser vislumbra o designer de “produtos pós-industriais (‘pós-modernos?’)”. Uma *Filosofia do Design. A Forma das*

Coisas, trad. Sandra Escobar, Lisboa: Relógio D’Água, 2010, p. 78 (destaques pelo A.).

22. Cf., mais amplamente, Simondon, *L’individuation*, cap. II, esp. n. 5; Igor Krtolica, “The Question of Anxiety in Gilbert Simondon”, trad. Jon Rolle, *Parrhesia*, n. 7, cit., p. 68 – 80.

23. Como já aludimos, apesar de ainda incipiente a recepção, assim entre nós, como em geral, do pensamento de Simondon, e ainda mais no “campo psi”, há dissertação defendida no programa de estudos pós-graduados em psicologia clínica da PUC-SP, na qual a ênfase é dada a este pensamento, como denota o próprio título – cf. Liliana da Escócia Melo, *A Relação Homem/Técnica como Processo de Individuação do Coletivo*, São Paulo: Diss./PUC-SP, 1997.

24. É Gilles Deleuze quem fornece o seguinte, excelente, resumo da posição de Simondon sobre o indivíduo, como necessariamente “reunido a uma metade pré-individual, que não é o impessoal, mas antes o reservatório de suas singularidades”. *Diferença e Repetição*, cit., p. 346. Uma aproximação desta

concepção com aquela considerada por Deleuze como a grande descoberta nietzschiana da “vontade de potência ou mundo dionisíaco” é feita ib., p. 361.

25. Cf. Bernard Stiegler, *Reflexões (não) Contemporâneas*, cit., p. 18.

26. Completando, então, a tríade aqui proposta, relacionando-a àquela lacaniana, ambas em evidente correlação com as categorias fundamentais propostas por C.S. Peirce, a saber, primeiridade, secundidade e terceiridade, teríamos, na sequência, após o real, o imaginário e o simbólico.

27. Cf. ob. cit., p. 294. V. tb. Id., *A dobra: Leibniz e o barroco*, 5ª. ed., trad. Luiz Orlandi, Campinas: Papyrus, 1991, p. 174 ss.

28. De resto, considerado por Ernst von Glasersfeld o fundador desconhecido da epistemologia construtivista – cf. “Introducción al constructivismo radical”, in: P. Watzlawick et al., *La Realidad inventada. Como sabemos lo que creemos saber?*, trad. Nélide M. de Machain et al., Barcelona: Gedisa, 2000, p. 28 ss., e, mais amplamente, Id., *Construtivismo Radical*, trad.

Fernanda Oliveira, Lisboa: Instituto Piaget, 1995. Já o paradigma da complexidade Sérgio Paulo Rouanet atribui a Blaise Pascal a primazia em vislumbrá-lo, quando escreve: “Todas as coisas sendo causadas e causantes e todas elas se comunicando por um laço natural e insensível que liga as mais afastadas e as mais diversas, considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, ou conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes”. Cf. “Por um saber sem fronteira”, in: Aduato Novaes (org.), *Mutações. Ensaio sobre as novas configurações do mundo*, cit., p. 370. E é por complexificação que se dá a transmutação, a reduplicação mutacional, na atualidade, donde ser por um paradigma com características afins que se haveria de melhor compreendê-la – cf. Id. ib. e tb. Luiz Alberto Oliveira, “Sobre o caos e novos paradigmas”, in: ib., p. 78.

29. Cf. Rudolf Haller, “Poetic Imagination and Economy: Ernst Mach as Theorist of Science”, in: J. Agassi; Robert S. Cohen (eds.), *Scientific Philosophy Today. Essays in Honor of Mario Bunge*,

Dordrecht: D. Reidel, 1982, p. 80. Bachelard, de quem é muito conhecida a distinção, de cunho junguiano, entre o labor diurno da ciência e aquele noturno da poética, tendo ele praticado a ambos de modo em que não pareciam misturar-se, de acordo com a exposição acurada de uma estudiosa de seu pensamento entre nós, considerava os objetos matemáticos, imprescindíveis ao desenvolvimento científico, comparáveis apenas àqueles estéticos, “pois as imagens da arte também evocam possibilidades sem limites”, assim como nossa imaginação. Cf., a respeito, v.g., da lavra do próprio Bachelard, *La poétique de la rêverie*, Paris: PUF, 1960 e, na literatura secundária, entre nós, Elyana Barbosa; Marly Bulcão, *Bachelard. Pedagogia da razão, pedagogia da imaginação*, Petrópolis: Vozes, 2004; Marly Bulcão, *O Racionalismo da Ciência Contemporânea. Introdução ao Pensamento de Gaston Bachelard*, Aparecida: Idéias & Letras, 2009, p. 105. Daí que ele vai saudar a introdução crescente da matemática no seu campo mais profissional de estudos, a química, onde as substâncias, “compreendidas

num pluralismo coerente e harmônico, sugerem possibilidades de construção. Chega-se, a propósito do real, a um estudo sistemático do possível”. O pluralismo coerente da química moderna, trad. Estela dos Santos Abreu, Rio de Janeiro: Contraponto, 2009, p. 203 – 204.

30. *A Dobra*, cit., p. 175. Não estaria mal-aplicado o epíteto de “pós-moderno” a quem assim se posiciona, se levarmos em conta que não se sujeita à reprimenda de Peirce, dirigida aos “filósofos modernos”, por só reconhecerem “um modo de ser, o ser de uma coisa ou fato individual, o ser que consiste em um objeto forçar para encontrar um lugar para si no universo, por assim dizer, e reagir pela força bruta dos fatos contra todas as coisas” (*Collected Papers*, 1.21).

31. *O que é o virtual?*, trad. Paulo Neves, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996, p. 135.

32. Cf., a respeito, H. Maturana, *Cognição, ciência e vida cotidiana*, org. e trad. Cristina Magro e Victor Paredes, Belo Horizonte: EdUFMG, 2001.

33. A uma “epistemologia recursiva”, de modo congenial,

BALNEARIO EN INVIERNO

GONZALO FRASCA

refere-se Franca D'Agostini, *Lógica do Nihilismo. Dialética, diferença, recursividade*, trad. Marcelo Perine, São Leopoldo: EDUNISINOS, 2002, pp. 195 ss.

34. A respeito, cf. Jorge de Albuquerque Vieira, *Ontologia Sistemática e Complexidade. Formas de Conhecimento - Arte e ciência: uma visão a partir da complexidade*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008, p. 22 ss.

35. Cf., v. g., J. Ladyman, "What is structural realism?", *Studies in History and Philosophy of Science*, n. 29, 1998, p. 409 - 424 (tb. in: GoogleScholar).

36. Cf., v. g., M. Morganti, "Tropes and physics", *Grazer Philosophische Studien*, n. 78, 2009, p. 185 - 205 (tb. in: GoogleScholar).

Más uruguayo que el tango es un balneario en invierno. Siempre me pareció un despropósito el concepto mismo de una casa en la playa que sólo se usa un par de meses o de semanas al año. Pero la casa de balneario en invierno era (al menos hasta hace poco) nuestro infierno tan temido, el refugio para deprimirse como es debido, el plan inmediato para sobrellevar separaciones y divorcios.

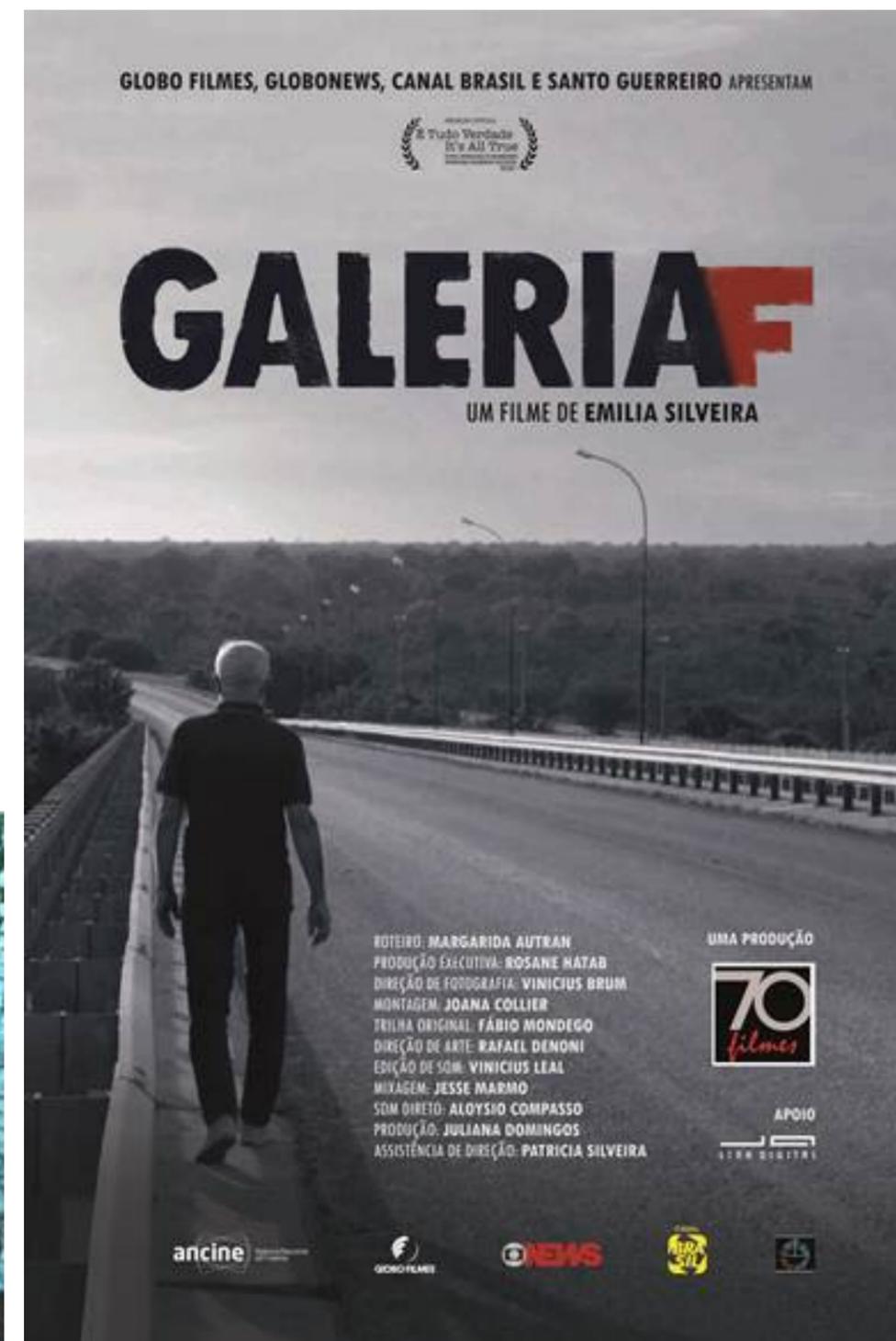
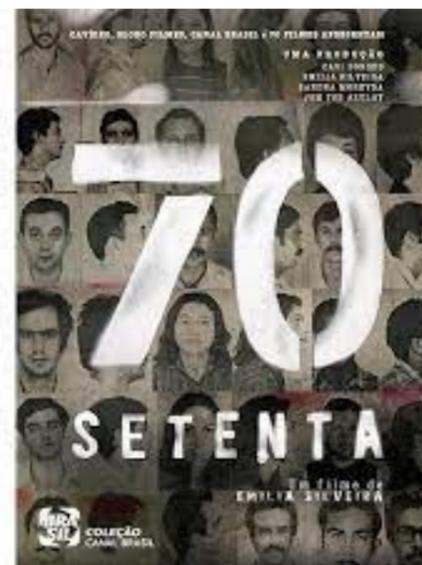
Al menos para mí y mi familia la pandemia cambió eso. Hemos vivido una buena parte del año en una playa en Maldonado. A veces mitad y mitad, a veces tirones largos como el de ahora. El principal obstáculo para vivir en la playa fuera de temporada (no hay nadie ni nada que hacer) fue desactivado en buena parte por la pandemia (en la capital tampoco veo a nadie ni hago nada afuera).

Acá en el jardín hay sol y muchísimos pájaros (fuera de temporada recuperan lo que les robamos) y me siento parte de aquel cuento de Bradbury en el que un

labrador ve acercarse un auto a todo lo que da y varios ciudadanos se bajan desesperados a pedirle agua. Los viajeros no pueden creer que el campesino no se enteró que "se acaba el mundo" y se montan a su coche y continúan escapando. El cuento (que estoy masacrando en tres líneas, espero sepas perdonarme San Ray) termina con el labrador que vuelve a su arado preguntándose "¿a qué le llamarán ellos 'el mundo'?"

Cuando miro el jardín por la ventana me siento como el campesino, cuando miro las noticias en la pantalla me siento como quienes escapan en su coche. Tampoco yo tengo para nada claro qué será eso a lo que me empecino a llamar "el mundo".

12 de abril de 2021



Emília Silveira responsável por títulos como “Setenta”, “Galeria F”, “Silêncio no Estúdio”, além de obras para a televisão

EMÍLIA SILVEIRA



#DITADURANUNCAMAIS

**ESTADOS
GERAIS
DA
CULTURA**

COM ARTE, CIÊNCIA E
PACIÊNCIA
MUDAREMOS O MUNDO

ASSISTA NO YOUTUBE OU
FACEBOOK DO ESTADOS
GERAIS DA CULTURA.
PODCAST NO SPOTIFY.

35º ENCONTRO

18/04
DOMINGO/17H



A GENTE COMBINAMOS DE NÃO MORRER

CONCEIÇÃO EVARISTO

FOTO: Aline Macedo

Abertura Musical
MONIQUE ACES



Acesse nossos **canais**.
Curta nossa página no **facebook** e
siga nossos perfis no **instagram**,
twitter e **Youtube**. **Escute o**
PODCAST no **SPOTIFY**.

www.estadosgeraisdacultura.art.br/
contato@estadosgeraisdacultura.art.br

DE MÃE

O cuidado de minha poesia
aprendi foi de mãe,
mulher de pôr reparo nas coisas,
e de assuntar a vida.

A brandura de minha fala
na violência de meus ditos
ganhei de mãe,
mulher prenhe de dizeres,
fecundados na boca do mundo.

Foi de mãe todo o meu tesouro
veio dela todo o meu ganho
mulher sapiência, yabá,
do fogo tirava água
do pranto criava consolo.

Foi de mãe esse meio riso
dado para esconder
alegria inteira

e essa fé desconfiada,
pois, quando se anda descalço,
cada dedo olha a estrada.

Foi mãe que me descegou
para os cantos milagreiros da vida
apontando-me o fogo disfarçado
em cinzas e a agulha do
tempo movendo no palheiro.

Foi mãe que me fez sentir as flores
amassadas debaixo das pedras;
os corpos vazios rente às calçadas
e me ensinou, insisto, foi ela,
a fazer da palavra artifício
arte e ofício do meu canto,
da minha fala.

Conceição Evaristo

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E O TERRENO DO DIREITO EM MARX E ENGELS

VITOR BARTOLETTI SARTORI

1. Hoje, não é incomum que encontremos abordagens acerca da esfera jurídica que, de um modo ou de outro, procuram dialogar com o marxismo. Isto se dá, em grande parte, na medida em que profissionais, docentes, e mesmo militantes sociais próximos da área jurídica, sentem-se sensibilizados pelas vicissitudes que marcam a efetividade (Wirklichkeit) da sociedade capitalista. Com isso, subáreas no campo do Direito que tendem a se aproximar de abordagens mais críticas são, por exemplo, aquelas voltadas ao Direito do trabalho, às políticas públicas e aos direitos humanos. Vendo as coisas por este lado, não raro, aquilo que Marx chamou de “terreno do Direito” (Rechtssboden) aparece àqueles envolvidos na práxis jurídica como um campo ideal para que, com o auxílio do marxismo, dê-se ensejo à real e efetiva mudança social. No entanto, caso se queira partir efetivamente do autor de O capital - como, acreditamos, qualquer marxista digno de tal nome deve fazer - a relação existente entre a possibilidade de

transformação social e o papel da mediação jurídica talvez não seja sequer compatível com a valorização de um “diálogo” entre a posição (Standpunkt) marxiana (que, no século XX, não raro, fora vista de modo equivocado) e a “concepção jurídica de mundo” (juristische Weltanschauung), criticada por Engels em seu O socialismo jurídico.

Para que possamos albergar o tema, em um primeiro momento, há dois pontos que devem ser levantados: 1) a relação de Marx com as ciências parcelares; 2) a posição do Direito na teoria de Marx. Com base nos textos de Marx e de Engels, abordaremos estes dois aspectos para, então, procurarmos brevemente tecer apontamentos sobre a relação entre a esfera jurídica, a esfera política e a possibilidade de supressão (Aufhebung) das bases da sociedade civil-burguesa (bürgerliche Gesellschaft). Com isso, procuraremos tratar de questões que, na vida cotidiana do jurista, por vezes, parecem óbvias somente na medida em que não são. (Cf. SARTORI, 2010)

2. Marx e Engels, em A

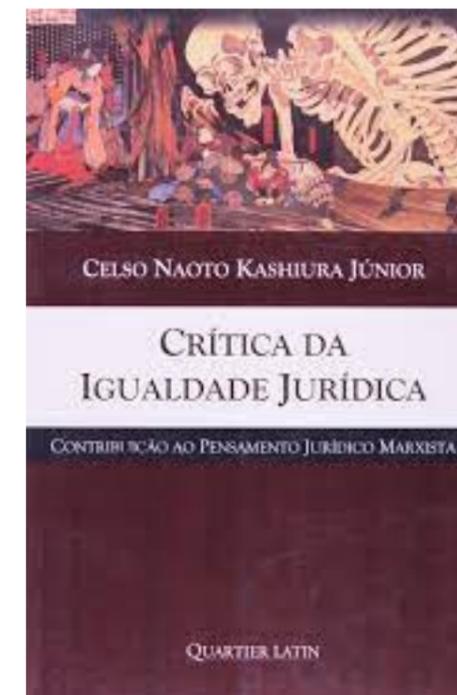
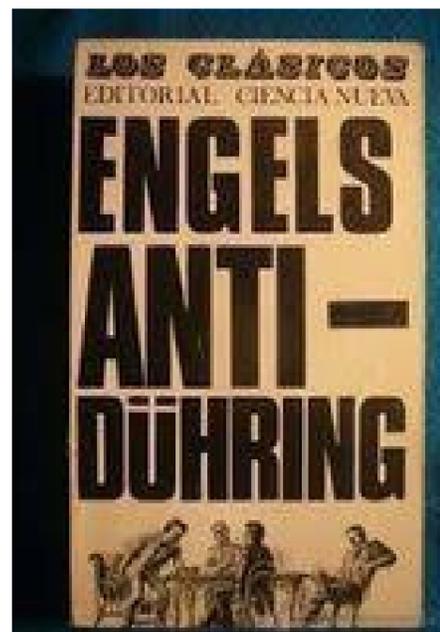
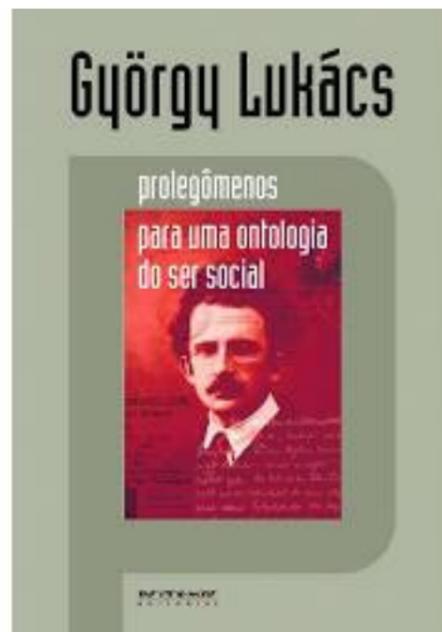
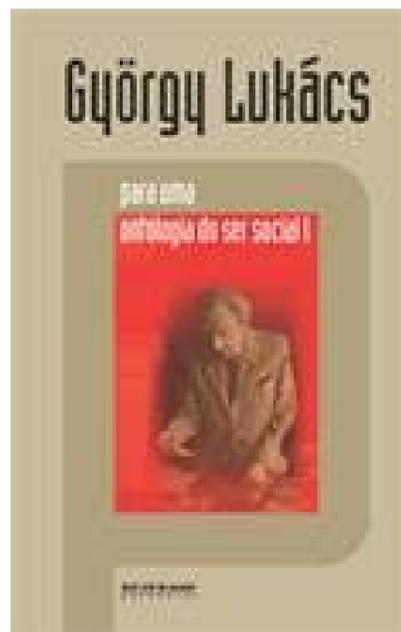
ideologia alemã, disseram: “conhecemos apenas uma ciência, a ciência da história”. (MARX; ENGELS, 2002, p. 107) (Wir kennen nur eine einzige Wissenschaft, die Wissenschaft der Geschichte.) Disseram também que “não se pode esquecer que o direito, tal como a religião, não tem uma história própria” (MARX; ENGELS, 2007, p. 76) (Nicht zu vergessen, daß das Recht ebensowenig eine eigene Geschichte hat wie die Religion.) Neste sentido específico, de modo algum, está-se autorizado, caso se queira ser fiel aos textos de Marx e de Engels, a dar autonomia ao Direito, e mesmo à “ciência do Direito” - o modo pelo qual os autores alemães tratam da realidade efetiva (Wirklichkeit) tem o “terreno do Direito” por essencial somente na medida em que este se concatena real e efetivamente com o real (Reale) dando ensejo à conformação da sociedade civil-burguesa (bürgerliche Gesellschaft) enquanto efetividade. Assim, para os autores, não pode ser possível qualquer “recorte” teórico subjacente ao tratamento científico conformado de maneira explícita ou implicitamente positivista (Cf.

LUKÁCS, 2010) ; o tratamento marxiano da realidade efetiva busca o processo unitário que tem a concretude, não como algo “dado”, mas na medida em que o concreto também é um produto social: “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade.” (MARX, 2011, p. 77)

Para Marx e Engels, somente se pode conceber um tratamento ao Direito que enfoque que este “não tem história própria”, não podendo ser o “objeto” Direito “epistemologicamente” apartado da historicidade que marca o ser social (gesellschaftlichen Seins): assim, nesta linha de raciocínio, há somente “uma ciência, a ciência da história”, não tanto na medida em que seria o historiador aquele a tratar da esfera jurídica - quando Marx trata do tema, não se coloca como tal -, mas ao passo que a história mesma é considerada enquanto um processo objetivo e unitário, o qual pode ser apreendido cientificamente ao respeitar a concretude da objetividade (Gegenständlichkeit) mesma, tem-se o modo de pesquisa (Forschungsweise). Segundo Marx, isso

é central: “um ser não objetivo é um não-ser.” (MARX, 2004 a, p. 127) (Ein ungegenständliches Wesen ist ein Unwesen), sendo o ser (Sein), a ser apreendido em uma abordagem materialista, sempre histórico e objetivo. (Cf. LUKÁCS, 2010)

Percebe-se, assim, que - sempre de acordo com Marx - não se pode, sem mais, trazer um “diálogo” entre a “a ciência da história” e a as subáreas da “ciência do Direito”. Pode-se mesmo notar que esta última, pelo que vemos, sequer pode ser considerada uma ciência (no sentido marxiano) na medida em que ela corre o risco de autonomizar a esfera jurídica, tratando dela como se ele tivesse uma “história própria” e um “objeto próprio”; neste ponto específico, caso se parta da posição do jurista - que aceita a autonomia de seu “objeto” - ao ser fiel ao legado do autor de O capital, não há como abordar o Direito de modo efetivamente crítico. Assim, não bastaria algo como uma “teoria crítica do Direito”: é necessário que se aborde o Direito em meio ao processo unitário que se conforma de modo objetivo na história mesma; sobre este tema, é interessante



notar que sequer Marx tratara do “objeto” “economia” em sua obra magna, cujo subtítulo é justamente crítica da economia política; assim, neste sentido específico, não basta um Direito crítico, ou uma teoria crítica do Direito: é necessária uma verdadeira crítica à teoria do Direito e, como veremos depois, ao Direito mesmo.

Não basta, por conseguinte, relacionar um aspecto da teoria marxista, como a questão da luta de classes, por exemplo, com as políticas públicas e com os movimentos sociais; não basta, a partir da luta por direitos, questionar o campo dos direitos humanos; não basta simplesmente enxergar o Direito do trabalho como a expressão do conflito entre trabalho e capital. Não se pode, cirurgicamente, separar um tema tratado por Marx e, sem mais, acatar à problematização já consolidada em uma ciência parcelar, como a jurídica. Caso se proceda assim, tem-se, de acordo com a posição marxiana, o seguinte equívoco: primeiramente se dá autonomia para aquilo que de modo algum tem uma “história própria” para, somente então, questionar esta

autonomia mesma (anteriormente aceita de modo acrítico) buscando um “diálogo” em que possa haver uma espécie de “complementariedade” entre Marx e, por exemplo, Fabio Konder Comparato. Ao se proceder deste modo, tem-se, “não apenas uma ciência, a ciência da história”, mas um sistema essencial e inelutavelmente eclético – talvez, possa-se mesmo dizer, com Marx, tratar-se de um “sincretismo desprovido de espírito” (MARX, 1996, p. 136) – o qual é incompatível tanto com a conformação objetiva do Direito quanto com a posição concreta de Marx, esta última a qual não procura conciliar o inconciliável: para o tema que tratamos aqui, pode-se dizer que, em suma, busca superar (aufheben) a própria concepção jurídica de mundo; também neste sentido, tem-se, para o autor alemão, uma posição que “não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência (Wesen), crítica e revolucionária (kritisch und revolutionär)”. (MARX, 1988, p. 20-21)

A tarefa científica defendida por Marx não pode aceitar um parcelamento arbitrário (a delimitação epistemológica de um “objeto”) da

realidade efetiva, a qual constitui um todo contraditório e unitário. Assim, em verdade, abordar o Direito de modo cuidadoso e condizente com o espírito marxiano não é possível caso aceitemos a delimitação traçada pela “ciência do Direito”; é necessária uma empreitada muito mais abrangente e radical que aquela propiciada pelo “ensino jurídico” o qual, não raro, adquire contornos notadamente marcados por um tom manipulatório típico do positivismo e do neopositivismo (Cf. LUKÁCS, 2012) – metodologias estas essencialmente distintas daquela afim ao autor de O capital. (Cf. SARTORI, 2014) Neste sentido, pode-se concordar com Lukács quando o marxista húngaro diz que “para o marxismo, em última análise, não há, portanto, uma ciência jurídica, uma economia política e uma história, etc. autônomas, mas somente uma ciência histórico-dialética, única e unitária, do desenvolvimento da sociedade como totalidade.” (LUKÁCS, 2003, pp. 106-107) Este aspecto é essencial, porém, claro, não torna a pesquisa séria fácil, nem traz a tranquilidade dos

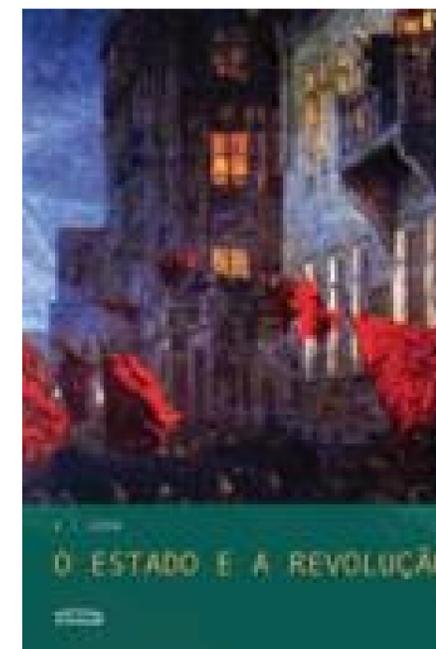
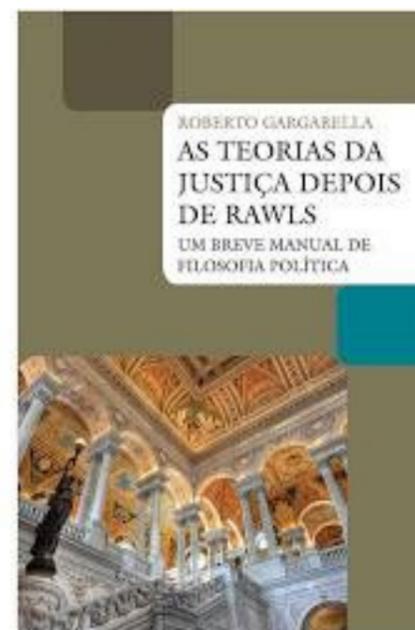
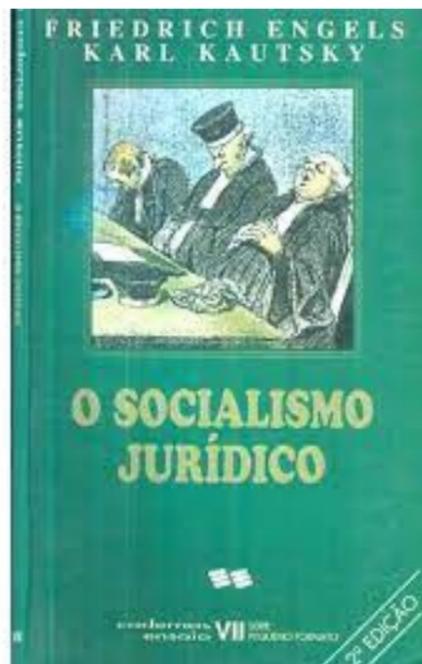
modelos apriorísticos. No entanto, e isto não é pouco, previne muitas arbitrariedades e não deixa que se delimite de modo essencialmente manipulatório um “objeto” de uma “ciência”. Para Marx, afinal, “não há entrada já aberta para a ciência e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos.” (MARX, 1996, p. 143)

Vê-se, pois, que, em verdade e a rigor, “não há história da política, do Direito, da ciência, etc., da arte, da religião etc.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 77) sendo preciso buscar o entendimento efetivo acerca do todo social caso se queira compreender realmente a esfera jurídica. Não basta, pois, uma abordagem que trata de elaborar, de modo mais ou menos consequente, uma “história do Direito”, uma “filosofia do Direito”, uma “sociologia do Direito” – de acordo com o autor de O capital, não se trata de inserir qualquer posição “marxista” em meio às subáreas da “ciência do Direito” com uma problemática já delineada previamente ; antes, trata-se de reconhecer que “não há entrada já aberta para a

ciência”, de tal feita que certamente é possível um aprimoramento do conhecimento por meio das ciências parcelares (como o Direito); no entanto, com Marx, é preciso que se perceba que estas estão em uma posição que não é outra que aquela “da sociedade civil-burguesa”; e, para o autor, trata-se de uma posição velha, a ser suprimida (aufgehoben), já que não correspondente mais à apreensão reta do real, já então, tendo-se a emergência de uma posição distinta e que é “crítica e revolucionária”, não se apegando à velha posição: “o ponto de vista (Standpunkt) do novo é a sociedade humana, ou a humanidade socializada.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 535) (ist die bürgerliche Gesellschaft, der Standpunkt des neuen die menschliche Gesellschaft oder die gesellschaftliche Menschheit) A “ciência da história” mencionada por Marx, pois, passa pela recusa decidida da autonomia das ciências parcelares, as quais definem seus objetos aprioristicamente, furtando-se de apreender o real e efetivo movimento da realidade efetiva.

O estudo cuidadoso do Direito passa pela compreensão da

especificidade deste. Esta, porém, não pode ser trazida à tona ao se isolar epistemologicamente o “fenômeno” jurídico; antes, trata-se de compreender a efetividade do mesmo em meio ao todo social para que, somente então, seja possível traçar suas particularidades. Estas últimas, não decorrem, em verdade, como demonstramos noutro lugar (Cf. SARTORI, 2010), senão da indissociabilidade da esfera jurídica frente às outras esferas do ser social. Não há, nem pode haver, uma antinomia entre o desenvolvimento do funcionamento especificamente jurídico e o desenvolvimento social como um todo; antes, só se pode compreender o primeiro tendo em mente o segundo. E, neste sentido específico, a posição marxiana, aquela da “sociedade humana, ou a humanidade socializada”, procura explicitar estes nexos objetivos para que, assim, seja possível um tratamento efetivamente científico ao Direito. Não se trata, pois, de partir de questões colocadas a partir da posição do Direito do trabalho, das políticas públicas, ou da luta por direitos amparada na noção de direitos humanos;



antes, é necessário enxergar como tais posições se concatenam real e efetivamente tendo em conta a base real (realen Basis), encontrada na relação entre forças produtivas e relações de produção, sendo que, “toda concepção histórica existente até então ou tem deixado completamente desconsiderada essa base real da história, ou a tem considerado apenas como algo acessório, fora de toda e qualquer conexão com o fluxo histórico.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 43) Neste sentido, tem-se a esfera jurídica em meio a um processo unitário em que as esferas do ser social são impensáveis separadamente, tratando-se de determinações reflexivas (Reflexionsbestimmungen), concatenadas em reciprocidade.

No entanto, há de se notar que, uma vez operando de modo interdependente, não há simplesmente um claro-escuro em que todos os gatos são pardos: é preciso perceber que a ciência da história de que fala Marx só faz sentido na medida em que a produção social é o momento preponderante (übergreifendes Moment) desta totalidade conformada real

e efetivamente. Assim, ao tratar do Direito, é sempre preciso ter em mente o processo social como um todo, de modo que as questões decisivas para o tratamento da esfera jurídica somente surgem neste meandro, e não ao se apoderar do legado marxiano buscando uma espécie de “complementariedade” entre as subáreas do Direito e aquela “única ciência” aceita pelo autor de O capital, “a ciência da história”.

3. Um segundo ponto importante quando se trata de compreender a relação entre o Direito, o marxismo e a transformação social diz respeito à posição que o estudo da esfera jurídica ocupou no pensamento marxiano. E, desde já é preciso dizer: Marx não se dedicou com afinco ao estudo desta esfera. Segundo Engels, tal estudo “ocupa posição muito secundária nas pesquisas teóricas de Marx.” (ENGELS; KAUTSKY, 2012, p. 34) Marx se dedica, sobretudo, à crítica da economia política e à compreensão do movimento político que se desenvolve em sua época, tratando do Direito somente na medida em que ele aparece relacionado a

estes momentos do efetivo e contraditório devir social. Marx tece uma crítica à sociedade civil-burguesa, cuja anatomia, diz, “deve ser procurada na economia política” (MARX, 2009, p. 47), voltando-se, assim, muito mais ao estudo de autores que se encontram nesta posição (como Smith, Ricardo, mas também os “economistas vulgares”) que a autores que tenham o Direito em alta conta (em grande parte, as referências de Marx a autores do campo jurídico são, inclusive, irônicas e muito negativas). É necessário mesmo que se aponte que quando Engels trata de alguém que tem a esfera jurídica como “objeto” essencial, o faz para criticar de modo decidido, apontando sempre que, em hipótese alguma, poder-se-ia “relegar o fato apenas ao jurídico ‘terreno do Direito’ (Rechtsboden)”. (ENGELS; KAUTSKY, 2012, p. 20). De acordo com ambos os autores, trata-se, pois, de criticar o próprio terreno do Direito, sendo a seriedade (explicitamente burguesa) dos clássicos da economia política muito mais levada a sério que o “socialismo jurídico” de um Menger.

Assim, é preciso que reste claro que, embora tenha tratado do Direito em diversas passagens (presentes principalmente em O capital), Marx somente o faz na medida em que a esfera jurídica aparece permeada, seja de aspectos socioeconômicos, seja de aspectos políticos; o que reforça o mencionado acima: “não se pode esquecer que o Direito, tal como a religião, não tem uma história própria”. Em uma conhecida, e extremamente mal interpretada passagem, diz o autor alemão que a esfera jurídica é somente um momento do processo de vida social; neste sentido, tendo em conta as relações materiais que se colocam como o fundamento da sociedade civil-burguesa, diz:

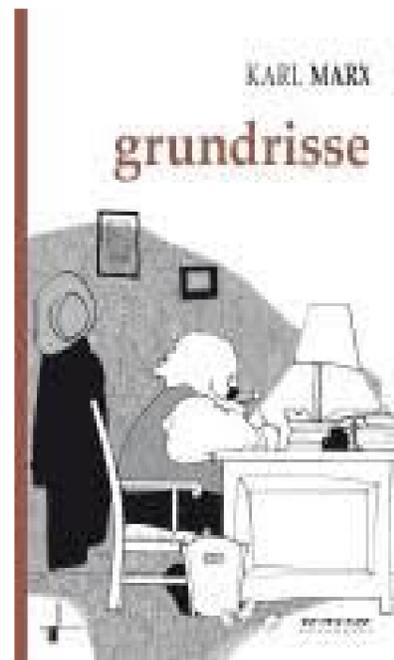
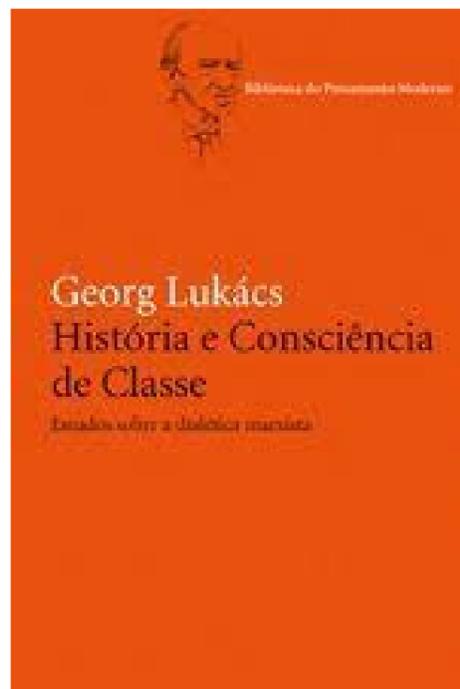
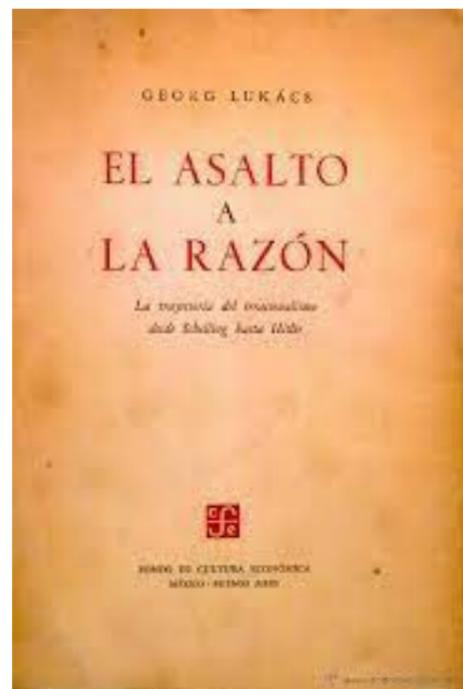
A totalidade destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida intelectual, político e social. (MARX, 2009, p. 47) (Die

Gesamtheit dieser Produktionsverhältnisse bildet die ökonomische Struktur der Gesellschaft, die reale Basis, worauf sich ein juristischer und politischer Überbau erhebt und welcher bestimmte gesellschaftliche Bewusstseinformen entsprechen. Die Produktionsweise des materiellen Lebens bedingt den sozialen, politischen und geistigen Lebensprozess überhaupt)

O momento preponderante da constituição da sociabilidade da sociedade civil-burguesa encontra-se, assim, no “modo de produção da vida material” (Produktionsweise des materiellen Lebens), que é a “base real” (reale Basis), a qual não pode ser desconsiderada em momento algum. Ela está presente de modo mais ou menos mediado sempre, dado que o concreto mesmo, que é “síntese de determinações, unidade do diverso”, para subsistir enquanto totalidade em que ser social e natural estão inter-relacionados (Cf. LUKÁCS, 2013), precisa passar pelo processo de trabalho; sem a “produção da vida material” não pode haver “processo de vida espiritual, intelectual”

(geistigen Lebensprozess) e, se há uma relação necessária entre o a consciência e o ser, isto se dá também na medida em que o último oferece o fundamento, a base da primeira: “não é a consciência (Bewusstsein) que determina a vida (Leben), mas a vida que determina a consciência.” (MARX e ENGELS, 2007, p. 94) (Nicht das Bewußtsein bestimmt das Leben, sondern das Leben bestimmt das Bewußtsein) E mais, em verdade, a consciência mesma não pode nunca se autonomizar do ser social na medida em que “a consciência (Bewusstsein) não pode ser jamais outra coisa que o Ser consciente (bewusste Sein), e o Ser dos homens é seu processo de vida real.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94) (Das Bewußtsein kann nie etwas Andres sein als das bewußte Sein, und das Sein der Menschen ist ihr wirklicher Lebensprozeß.)

A conformação mesma do homem enquanto ser (sua constituição ontológica), mesmo depois de um grande avanço no que diz respeito ao desenvolvimento social, passa sempre pelo “processo de vida real”; enquanto os homens subsistirem, isso será necessário. Com o



desenvolvimento social, porém, as mediações pelas quais isso se dá são consideravelmente incrementadas, tendo-se por centrais os conflitos que operam no campo produtivo, e aparecendo, de modo crescente, a importância das “formas ideológicas, sob as quais os homens adquirem consciência desses conflitos” (MARX, 2009, p. 46) (ideologischen Formen, worin sich die Menchen dieses Konflikts bewusst werden und inh ausfachten), entre elas, inclusive, as “formas jurídicas (juristischen), políticas, religiosas, artísticas e filosóficas” (MARX, 2009, p. 46). Ou seja, têm-se determinações da realidade efetiva as quais não podem ser dissociadas, certamente; não há qualquer causalidade linear entre as distintas esferas do ser social, até mesmo por elas somente serem pensáveis em relação ; o papel da política e do Direito, bem como das demais “formas ideológicas” delineadas por Marx, assim, não só é importante: ele pode mesmo ser considerado crescente. O papel que adquirem na conformação social, de modo algum, pode ser subestimado sob pena de uma aproximação perigosa

com uma concepção “economicista” - muito comum no autointitulado “marxismo” do século XX. Tem-se o processo social em que são indissociáveis a base real e a superestrutura política e jurídica (juristischer und polistischer Uberbau), havendo relação de reciprocidade ao mesmo tempo em que as formas ideológicas, mesmo que tenham um papel ativo na constituição da realidade efetiva, não podem ultrapassar a constituição objetiva desta. Neste sentido Marx não poderia ter sido mais claro acerca do Direito: “o Direito nunca pode ultrapassar a forma econômica e o desenvolvimento cultural, por ela condicionado, da sociedade.” (MARX, 2012, p. 31)

Como já mencionamos, o ponto de partida de Marx não é arbitrário e remete sempre à base real da sociedade e, neste sentido, é preciso que se tenha em conta uma distinção necessária ao autor de O capital: tem-se a importância, por vezes, decisiva das “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas, em resumo, formas ideológicas”; ao mesmo tempo, quanto a estas, diz o autor alemão: “convém

distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais”. (MARX, 2009, p. 46) Estas últimas trazem os nexos objetivos sobre os quais as “formas ideológicas” podem operar na efetividade – somente com base nas “condições econômicas de produção” é possível que as “formas jurídicas, políticas” atuem, havendo uma relação de dependência clara das últimas frente à primeira (a primeira constitui o “momento preponderante”, como mencionado). Assim, é preciso que se considere que somente por meio dessas “formas ideológicas” os homens adquirem consciência de seu ser real; ao mesmo tempo, há uma prioridade ontológica do ser material sobre as formas de consciência. (Cf. LUKÁCS, 2013 e SARTORI, 2014) Se se têm “formas ideológicas, sob as quais os homens adquirem consciência desses conflitos e o levam até o fim”, este “levar ao fim”, que é decisivo para a transformação social, somente opera com base em relações objetivas cuja existência, até certo ponto, independe da

consciência.

No que é necessário que se volte, novamente, à questão que deu ensejo a este item que abordamos no momento: a posição do Direito na obra de Marx. Ao tratar da economia política (uma forma ideológica) e da vida política de seu tempo (dedicando-se particularmente à história da França pós 1848), a esfera jurídica aparece somente na medida em que está – não só no texto, mas na realidade efetiva mesma – subordinada seja à política seja à economia. É preciso averiguar, pois, se isto decorre simplesmente do modo de exposição (Darstellungsweise) de Marx, ou se encontra base em sua posição mesma já que, destacou o próprio autor alemão, “é, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição, formalmente, do método de pesquisa.” (MARX, 1988, p. 26) Agora, ao abordar mais diretamente – embora somente de modo sumário - aquilo que diz o autor de O capital sobre o Direito procuraremos tratar desta questão, procurando explicitar até que ponto pode o terreno do Direito oferecer solo fértil para a transformação social, a qual advém também da

atividade do homem que tenha consigo o ímpeto de “levar os conflitos até o fim”.

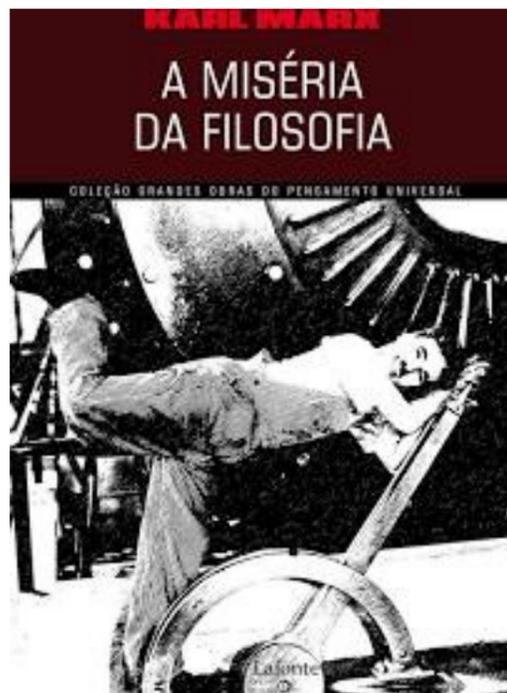
4. Tendo em conta a questão do Direito, é interessante notar que Marx diz que o “modo de produção da vida material condiciona o processo de vida intelectual, político e social”; já vimos esta passagem acima. No entanto, vale ressaltar um aspecto que não fora visto com cuidado então: mesmo tendo mencionado a superestrutura jurídica e política anteriormente, ao final do parágrafo, o autor alemão não fala de um “processo de vida jurídico”, não falando igualmente de um “processo de vida” religioso, artístico ou filosófico. Com isso, somos levados a crer que o potencial que Marx enxerga na política é distinto daquele que ele vê no Direito. Esta simples enumeração do texto marxiano, porém, não basta para que se possa afirmar isto. É necessário que se veja, rápida e, portanto, insuficientemente, como Marx vê a política e o Direito. Diz o autor:

O Direito, por sua natureza, só pode consistir na aplicação de

um padrão igual de medida; mas os indivíduos desiguais (e eles não seriam indivíduos diferentes se não fossem desiguais) só podem ser medidos segundo um padrão igual de medida quando observados do mesmo ponto de vista (Gesichtspunkt), quando tomados apenas por um aspecto [...] todos os outros aspectos são desconsiderados. (MARX, 2012, p. 31)

Na Crítica ao programa de Gotha, o autor alemão é de clareza diáfana ao apontar que a noção de igualdade aparece como central à esfera jurídica somente na medida em que ela se equaciona com um “igual padrão de medida”.

Neste sentido específico, desde já, fica claro que, segundo Marx, “por sua natureza”, e não por qualquer contingência, o Direito não é capaz de superar (aufheben) uma concepção formal de igualdade, a qual tem em conta, na esfera jurídica, um “igual padrão de medida” e, assim, não é capaz, “por sua natureza” mesma, de rumar em direção a qualquer espécie de “igualdade substantiva”. Haveria, deste modo, certa cegueira inata



que marca a esfera jurídica – ela seria capaz somente de conformar-se a partir de um “mesmo ponto de vista”, sendo levada a desconsiderar, em verdade, “todos os outros aspectos”. Ou seja, não seria o Direito capaz de albergar, por si, de um lado, a posição burguesa, doutro a posição dos trabalhadores; mesmo o Direito do trabalho, e os direitos humanos, ou a concepção jurídica acerca das políticas públicas, em verdade, não trariam qualquer “pluralismo”, ou campo neutro de disputa hegemônica, mas, segundo a letra de Marx, “um padrão igual de medida”, um “mesmo ponto de vista”.

Neste ponto, vale fazermos uma nota importante: mesmo juristas que passam longe de ser “progressistas” admitem a insuficiência do formalismo que marca o Direito. A busca por “tratar iguais de modo igual e os desiguais na medida de sua desigualdade” não é novidade no ensino jurídico; se este “princípio” é colocado em prática ou não, não podemos discutir aqui. No entanto, podemos averiguar, partindo de Marx, se, afinal de contas, tal procura de ultrapassar o

formalismo jurídico é, ela mesma, em si, jurídica. A questão pode ser essencial para que se compreenda a esfera jurídica a partir de uma posição como a marxiana. Vejamos, pois.

Rejeitando enquanto resolutivos o Direito, e a noção de “fruto integral do trabalho” (unverkürzten Arbeitsertrag), na Crítica ao programa de Goetha, o autor alemão defende a seguinte posição como essencial à superação do Direito, e do próprio domínio do capital: “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!” (MARX, 2012, p. 33) (Jeder nach seinen Fähigkeiten, jeden nach seinen Bedürfnissen!) Segundo Marx, pois, a busca por aquilo que podemos chamar de igualdade substantiva não está no “terreno do Direito”. Caso se queira permanecer fiel a Marx, há de se admitir que tal busca passa pelas “formas ideológicas”, certamente, no entanto, não têm por essencial a “superestrutura jurídica”. E, neste sentido específico, é importante apreender, com cuidado e rigor, a especificidade do terreno do Direito.

Para que possamos tratar com

mais cuidado da questão, em verdade, é preciso averiguar até que ponto a solução marxiana ela é uma solução que toma a politicidade como resolutive. Ora, se a questão não é, em si, “jurídica”, em um primeiro momento, se é levado a crer que se trata de algo, efetivamente, “político”.

Se esta suspeita se confirma, Marx seria, em verdade, um defensor da emancipação política, buscando, sobretudo, uma revolução política mais igualitária e, assim, bastaria que o Direito se subordinasse à posição política adequada para que, então, fosse possível a própria superação do terreno do Direito enquanto tal. Porém, de acordo com a letra do texto do próprio Marx, também não é isto o que ocorre. Para o autor, “a revolução política representa um enorme progresso. Porém, não constitui a forma final de emancipação humana, mas é a forma final desta emancipação dentro da ordem mundana até agora existente.” (MARX, 2001, p. 24) Da posição cuja conformação é “a sociedade civil-burguesa”, tem-se a revolução política como solução (para Marx, essencialmente,

ilusória), pois. Doutro lado, para a “humanidade social, ou sociedade humanizada”, ou seja, seguindo a posição marxiana, tem-se a emancipação humana. Neste sentido, a esfera política, bem como a emancipação política, sequer são capazes de trazer a supressão (Aufhebung) das vicissitudes da sociabilidade capitalista, que a posição marxiana denuncia. Antes, para que usemos a dicção de Livia Cotrim, no autor de O capital, “longe de ser resolutive, a politicidade é parte do problema a ser resolvido.” (COTRIM, 2010, p. 25) Ou seja, Marx não toma seja a política, seja a esfera jurídica, como as soluções para as vicissitudes da sociedade civil-burguesa; a “igual medida” do Direito traz consigo uma incapacidade de ir de encontro às reais e efetivas desigualdades sociais; a política, por seu turno, pressupõe, de modo mais ou menos mediado, o Estado, ao passo que, ao tratar da Comuna de Paris, diz o autor: “todas as revoluções, assim, apenas aperfeiçoaram a máquina estatal, em vez de se livrar desse pesadelo sufocante” (MARX, 2011 b, p. 126), sendo tarefa da revolução social (e não só política) justamente

suprimir o Estado e aquilo que o acompanha.

Para o tema que aqui tratamos, a questão é importante, até mesmo essencial. Isto se dá porque a dicção que permeia a relação entre o terreno do Direito e a política, muito comum ao se tratar de políticas públicas, enfoca a diminuição da desigualdade social e política, a prática cidadã, etc.; porém, é essencial apontar: ela é, segundo Engels, no mínimo, “duvidosa”: “eliminação (Beseitigung) de toda desigualdade social e política, em vez de ‘superação (Aufhebung) de toda distinção de classe’, é também uma expressão muito duvidosa.” (ENGELS, 2012, p. 55) (‘Beseitigung aller sozialen und politischen Ungleichheit’ ist auch eine sehr bedenkliche Phrase statt ‘Aufhebung aller Klassenunterschiede’). Assim sendo, pelo que vemos, também sob este ponto de vista, não é possível conciliar o terreno do Direito com a real e efetiva transformação social orientada pela posição marxiana (e também e Engels); ao passo que políticas públicas enfocam a “diminuição” das desigualdades políticas e sociais, Engels, com Marx, desconfia até

mesmo daqueles que pregam a “abolição” da mesma – uma posição ainda menos radical; e isto se dá, em grande parte, na medida em que os redatores do programa de Goetha, sob a influência preponderante de Ferdinand Lassalle, adotavam uma posição que não conseguia ir além do Direito e da política, sendo, assim, duramente criticada pelos autores do Manifesto comunista.

No que, neste ponto, rapidamente, é bom que vejamos a relação existente entre a vontade, a política e a “abolição de toda a desigualdade social e política” de um lado e, doutro, a vontade, o Direito e o reconhecimento (Anerkennung). Claro, tais questões são permeadas por contradições classistas; no entanto, é preciso que reste não serem os terrenos (die Boden) em que as lutas de classe se travam indiferentes ao conteúdo destas, tratando-se de averiguar aspectos da peculiaridade da política e do Direito para que, então, seja possível averiguar a posição de Marx sobre o princípio dessas.

Para verificar a questão, veja-se a seguinte passagem de Marx:

O princípio da política é a

vontade. Quando mais unilateral, isto é, quanto mais perfeito é o intelecto político, tanto mais ele crê na onipotência da vontade e tanto mais é cego frente aos limites naturais da vontade e, conseqüentemente, tanto mais é incapaz de descobrir a fonte dos males sociais. (MARX, 2010 b, p. 62)

Pelo que se vê, nada mais longe da posição de Marx que enfatizar o caráter decisivo da “vontade política”, muito presente na dicção de muitos daqueles que tratam de políticas públicas e do papel social destas. A questão decisiva para o autor de *O capital* não é, em si, política, mas social, tal qual a revolução que ele defende não é aquela que traz a emancipação política, mas aquela que dá ensejo à emancipação humana (a revolução social). Neste sentido específico, não há qualquer busca por uma “posição política adequada”, ou por um “Estado social”, que viria a suprimir (aufheben) de modo idealista um, ainda insuficiente, Estado liberal; antes, a ênfase na esfera política traria justamente a impotência diante das mazelas sociais, impotência

esta, por meio de um discurso moralizante, posta em ato; tanto mais apegada à sua especificidade, seu “princípio”, mais distante de ser resolutive estaria a esfera política. (Cf. CHASIN, 1999) A particularidade da política, neste sentido, estaria também em seu voluntarismo descolado da esfera socioeconômico (na medida mesma em que este descolamento não é senão expressão de sua ineliminável relação com tal esfera). Segundo Marx, pois, não é contingente à política certa unilateralidade; trata-se de algo constitutivo de sua essência mesma: se a esfera política pode, por vezes, trazer avanços sociais, isto se dá, não tanto devido à sua peculiaridade, mas pela sua ligação com as lutas sociais que, em si, não são políticas. Para Marx, o “intelecto político” é cego frente aos limites da vontade, os quais são trazidos à tona na luta social que, por isso, na medida mesma em que pode ser política, caso se queira permanecer fiel à Marx, está também além da política, tratando-se de uma práxis metapolítica (Cf. CHASIN, 1999).

A supressão dos “males sociais”, pois, pode passar pela

política. Mas, é preciso que sejamos claros: ela não se dá graças a ela, mas, até certo ponto, apesar dela. A esfera, segundo Marx, é marcada por certo voluntarismo e por certa cegueira o quais, em verdade, são essenciais também à esfera jurídica, segundo o autor alemão.

As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar. Devemos, portanto, voltar a vista para seus guardiões, os possuidores de mercadorias (Warenbesitzern). As mercadorias são coisas (Dinge) e, conseqüentemente, não opõem resistência ao homem. Se elas não se submetem a ele de boa vontade, ele pode usar a violência, em outras palavras, tomá-las. Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas (Personen), cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto, apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena (veräußert) a própria. Eles devem,

portanto, reconhecer-se (anerkennen) reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica (Rechtsverhältnis), cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade (Willensverhältnis), em que se reflete (widerspiegelt) uma relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma (ökonomische Verhältnis selbst). (MARX, 1988, p. 79)

A passagem acima talvez seja a mais citada por aqueles que pretendem tratar do Direito por um enfoque marxista. Relacionada usualmente à noção de sujeito de direito, ela vem sendo muito abordada na medida em que se relacionam modo de produção capitalista, igualdade jurídica, liberdade jurídica e contrato. Ela é de grande relevo para tratar do contrato de trabalho, essencial ao assalariamento, certamente. E, juntamente com *Sobre a questão judaica*, – uma vez trazendo a relação entre a “pessoa” que aparece no terreno do Direito, a liberdade e a igualdade – é essencial para mostrar a incompatibilidade

entre a posição marxiana e uma defesa dos direitos humanos como algo resolutive das vicissitudes do modo de produção capitalista.

Aqui, porém, tratamos somente da relação entre a vontade (que também apareceu como essencial na esfera política) e o Direito. Aparecendo no âmbito da circulação de mercadorias subsumida ao capital, os homens se conformam, em meio à relação jurídica, enquanto “pessoas” somente na medida em que são dominados pelo poder estranho (Fremde Macht) conformado nas mercadorias. Neste sentido, na medida mesma em que se têm subjacente à esfera jurídica a economia capitalista, a relação de vontade, mediante o contrato, passa a ser uma relação jurídica. Ou seja, novamente mediante a vontade, ela mesma “princípio da política”, não se tem, segundo Marx, qualquer possibilidade de supressão do domínio das coisas, da coisificação (Versachlichung) tratada em *O capital*, e que se conforma a partir dos imperativos reprodutivos do capital. Antes, ocorre o contrário: o reconhecimento (Anerkennung) essencial ao Direito tem por base

real a relação-capital a qual traz consigo o assalariamento e, assim, o reconhecimento das pessoas, em verdade, somente enquanto proprietários privados. Assim, para Marx, procurar contrapor a esfera jurídica à esfera econômica aparece enquanto algo um tanto quanto fantasmagórico.

Trata-se de uma postura que esquece, convenientemente, que, ao se tratar da relação jurídica, o “conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma” e que, neste sentido, aquilo de essencial não está tanto no campo jurídico, mas no campo socioeconômico. No que se deve perceber uma questão importante para que terminemos nossa exposição: a política apareceu em Marx, contraditoriamente, como a impotência posta em ato, mas que, mediante a vontade, acreditava poder suprimir os males sociais. O Direito, por si, segundo o autor de *O capital*, parece não ter esta peculiaridade – o modo pelo qual a esfera opera por meio da vontade não é tanto aquele de um ímpeto de, a despeito da efetiva apreensão da conformação socioeconômica

(trata-se da “cegueira” que marca a politicidade), acreditar poder transformar a realidade social. Antes, este ímpeto (ilusório) de transformação parece não estar presente no terreno do Direito. Na política, a “vontade comum” é vista como uma reconciliação (*Versöhnung*) dos interesses privados - e classistas - antagônicos no campo estatal; no Direito, ela é marcada por uma primazia ineliminável da sociedade civil-burguesa de modo mais direto na medida em que a “vontade comum” opera manipulatória e concretamente na figura do contrato privado, a qual, antes de buscar qualquer reconciliação entre as distintas posições das classes sócias, é mediação por excelência pela qual a relação de trabalho e, com ela, o trabalho assalariado e a exploração a ele subjacente, se conformam na sociedade capitalista.

Neste sentido específico, segundo Marx, o Direito sequer é capaz de tencionar a existência da sociedade civil-burguesa, tal qual a política, mediante a ênfase na atividade cidadã faz. Marx afirmara de modo decidido que “o direito, nada mais é que o reconhecimento

do oficial do fato”. (MARX, 2004, p. 84) (“Das Recht ist nur die offizielle Anerkennung der Tatsache”) Na política, pois, se têm a reconciliação ilusória; no Direito, o reconhecimento oficial justamente das vicissitudes da sociedade capitalista. Se aquilo que, partindo de Marx, Chasin chamou de “politicismo” é um entrave na busca pela emancipação humana na medida em que acredita que a resolução das questões sociais está no campo político - e não social -, o apelo ao Direito enquanto esfera resolutiva dos problemas sociais aparece, em verdade, como um disparate.

Obviamente, isso não significa que a “luta por direitos” seja vã. Ela é essencial àqueles que têm uma posição crítica e que procurem se albergar na posição marxiana. É importante, porém, que se perceba: ela é, primordialmente, uma luta social, em um segundo plano, uma luta política e, somente, então, uma luta que se coloca no campo do Direito. Caso se deixem as raízes socioeconômicas se subordinarem à esfera jurídica, ou às concepções surgidas nesta (ou mesmo no ensino jurídico tradicional), tem-se uma

posição essencialmente incompatível com a de Marx. Se as conquistas sociais que passam pela política se dão, em verdade, apesar desta esfera, as conquistas sociais que são perpassadas pelo Direito se dão, em um primeiro momento e essencialmente, apesar do Direito e, em verdade, caso queiram ter alguma radicalidade e, segundo o autor de *O capital*, efetividade, colocam-se também em uma posição que questiona a própria esfera política. De tal modo, tratar do Direito e relacioná-lo com a transformação social, a partir do marxismo, não é nada fácil. Implica, em primeiro lugar, em reconhecer que, afinal de contas, a mudança social não tem solo fértil no terreno do Direito (e só isso já é um grande desafio aos juristas imbuídos de espírito crítico); em segundo lugar, porém, implica reconhecer que a esfera jurídica não é um campo neutro de luta política - antes, coloca-se de modo heterogêneo quanto à política justamente por trazer consigo menos potencialidades que esta. Por fim, as dificuldades se colocam quando é preciso também ultrapassar a própria concepção que toma a

política como um campo a ser valorizado, e não, com Marx, criticado e, enquanto campo de disputa classista, suprimido.

A tematização marxista dos direitos sociais, dos direitos humanos, da cidadania, das políticas públicas está longe de ser um retrocesso. Porém, precisa, a todo o momento, reconhecer os limites inerentes ao Direito mesmo. É necessário perceber que, segundo Marx, a transformação social se dá, certamente, e em momentos determinados, também passando pelas formas ideológicas que permeiam a esfera jurídica (e a esfera política); porém, essencialmente, a efetiva transformação societal só pode se conformar como uma revolução social - “revoluções não são feitas por meio de leis” (MARX, 1987, p. 369) -, a qual se dá, não tanto devido ao Direito, mas, em essência, apesar deste. Assim, tratar da solução das mazelas sociais é, ao mesmo tempo, tratar da necessidade, sempre reafirmada pelo autor de *O capital*, de supressão do capital. Engels, por isso, foi explícito ao destacar a insuficiência da “eliminação de toda a desigualdade social e

política” - tratar-se-ia, em verdade, da “superação de toda a distinção de classe”, a qual é incompatível, segundo Marx e Engels, tanto com o Estado quanto com o Direito. Assim, o Direito é tematizado por Marx muito mais para que se mostre a insuficiência congênita do terreno do Direito que buscando, como não deixa de ser comum entre alguns, qualquer espécie de transformação social efetiva que tenha a esfera jurídica por central.

Bibliografia:

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Tradução por Walter J. Evangelista e Maria L. V. de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

BATISTA, Flávio Roberto. *Crítica da tecnologia dos direitos sociais*. São Paulo: Expressão popular, 2013.

CHASIN, José. *Ensaio Ad Hominem, Tomo III- Política*. São Paulo: Ensaio, 1999.

_____. *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

COTRIM, Livia. *A arma da crítica: política e emancipação humana na Nova Gazeta Renana*. In: MARX,

Karl. *Nova Gazeta Renana*. Tradução por Livia Cotrim. São Paulo: EDUC, 2010.

ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Carta a Bebel de 18 a 28 de março de 1875*. In: MARX, Karl. *Crítica ao programa de Gotha*. Tradução por Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. *Juristen-Sozialismus*. In: In: *Marx/Engels WERKE*; “Band 21”. Berlin Dietz Verlag, 1962.

_____. *O socialismo jurídico*. Tradução por Márcio Naves e Livia Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2012.

KASHIURA Jr., Celso Naoto. *Crítica da igualdade jurídica*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

FERRAZ Jr. Tércio Sampaio Ferraz. *A ciência do Direito*. São Paulo: Atlas, 2012.

GARGARELLA, Roberto. Traduzido por Alonso Reis Freire. *As teorias da justiça depois de John Rawls: um breve manual de filosofia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LENIN, Vladimir. *Estado e revolução*. Tradução por Aristides Lobo. São Paulo: Expressão popular, 2010.

LUKÁCS, György. Conversation with György Lukács (Interview with Franco Ferrarotti). In: World View, May, 1972. New York, 1972.

_____. El Asalto a la Razón. Tradução Wenceslau Rocés. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.

_____. História e consciência de classe. Tradução por Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. Ontologia do ser social I. Tradução por Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Ontologia do ser social II. Tradução por Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social. Tradução por Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. Crítica à filosofia do Direito de Hegel. Tradução por Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo, Boitempo, 2005.

_____. Contribuição à Crítica da Economia Política. Tradução Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Crítica ao programa de Goetha. Tradução por Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Das Kapital I. In: Marx/Engels WERKE; Band 23. Berlin: Dietz Verlag, 1968.

_____. Kritik des Goethaer Programms. In: Marx/Engels WERKE; Band 19. Berlin: Dietz Verlag, 1962.

_____. Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social” de um Prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010 b.

_____. Guerra Civil na França. Tradução por Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011 b.

_____. Grundrisse. Tradução por Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução por Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004 a.

_____. Miséria da Filosofia. Tradução de José Carlos Orsi Morel. São Paulo: Ícone, 2004 b.

_____. O Capital, Volume I. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. O Capital, Volume I. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. O Capital, Volume II. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. Ökonomisch-philosophische Manuskripte. In: MEGA 1,2. Berlin: Dietz Verlag, 1982.

_____. Sobre a Questão Judaica. In: Manuscritos Econômico-filosóficos. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. Zur juden Frague. In: Marx/Engels WERKE; Band 1. Berlin Dietz Verlag, 1976.

_____. Zur Kritik der Hegelschen Rechstphilosophie. In: Marx/Engels WERKE; Band 1. Berlin: Dietz Verlag, 1981.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Cultura, arte e literatura: textos escolhidos. Tradução por José Paulo Netto. São Paulo: Expressão popular, 2010.

_____. Die deutsche Ideologie. In: Marx/Engels WERKE; Band 3. Berlin Dietz Verlag, 1968.

_____. Ideologia alemã. Tradução por Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Ideologia alemã. Tradução por Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. O Poder da Ideologia. Tradução por Paulo Cesar Castanheda. São Paulo: Boitempo, 2004.

PACHUKANIS, E. P. Selected Writings on Marxism and Law. Traduzido por Peter B. Maggs. Londres: 1980.

_____. Teoria geral do direito e o marxismo. Tradução por Paulo Bessa. Rio de Janeiro: Renovar, 1988.

SARTORI, Vitor Bartoletti. A teoria geral do direito e o marxismo de Pachukanis como crítica marxista ao direito. In: Verinotio: revista on line de filosofia e ciências humanas n. 19. Belo Horizonte: 2015 (no prelo)

_____. Direito e socialismo? A atualidade da crítica de Marx e Lukács ao Direito. In: Direito e práxis n. 9. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

_____. Lukács e a crítica ontológica ao Direito. São Paulo: Cortez, 2010.

NOTAS:

1. A questão aparece tanto quando, no campo da filosofia e da teoria social, marxistas como Lukács (Cf. LUKÁCS, 2003, 2013) e Althusser (Cf. ALTHUSSER, 1987) trataram do Direito, sendo seus seguidores contemporâneos, até certo ponto, familiarizados com a questão do Direito, quanto ao passo que teóricos da teoria jurídica atual, como Roberto Gargarella, por exemplo (Cf. GARGARELLA, 2006), dialogam com marxistas da escola do marxismo analítico.

2. Como aponta Lukács na época: “o marxismo, concebido acertadamente, [...] não existe mais. Em seu lugar, temos o stalinismo, e continuaremos a tê-lo ainda por algum tempo.” (LUKÁCS, 1972, p. 32)

3. Segundo Engels, A bandeira religiosa tremulou pela última vez na Inglaterra no século XVII, e menos de cinquenta anos mais tarde aparecia na França, sem disfarces, a nova concepção de mundo (Weltanschauung), fadada a se tornar clássica para a burguesia, a concepção jurídica de mundo (jurisdiche

Weltanschauung). (ENGELS; KAUTSKY, 2012, p. 18)

4. Isto se dá até mesmo porque a própria noção de “ciência do Direito” é marcada pelo contexto alemão que Marx repudia (Cf. LUKÁCS, 1959) Como aponta Tércio Sampaio Ferraz Jr. sobre a temática: “a expressão Ciência do Direito é relativamente recente, tendo sido uma invenção da Escola Histórica alemã, no século passado. Esta escola, composta sobretudo de juristas professores, empenhou-se, como veremos, em dar à investigação do Direito um caráter científico.” (FERRAZ Jr., 2012, p. 18)

5. Segundo Lukács, com o positivismo e o neopositivismo, “as ciências sociais são impotentes para compreender a sociedade como um todo unitário e, ao invés disso, tornam-se instrumentos de mistificação.” (LUKÁCS, 1972, p. 31)

6. Em seus primeiros textos, Marx já se expressa contra a filosofia idealista: “momento filosófico não é a lógica da coisa (Sache), mas a coisa da lógica.” (MARX, 2005, p. 39) (Nicht die Logik der Sache, sondern die Sache der Logik ist das philosophische Moment)

7. Diz o filósofo marxista brasileiro José Chasin, com razão, acerca da questão – por ele abordada com cuidado: “se por método se entende uma arrumação operativa, a priori, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os quais o investigador deve levar a cabo seu trabalho, então não há um método em Marx. Em adjacência, se todo o método pressupõe um fundamento gnosiológico, ou seja, uma teoria autônoma das faculdades humanas cognitivas, preliminarmente estabelecida, que sustente ao menos parcialmente a possibilidade do conhecimento, ou, então, se envolve e tem por compreendido um modus operandi universal da racionalidade, não há, igualmente, um problema do conhecimento na reflexão marxiana.” (CHASIN, 2009, p. 89)

8. Tal uso de suas pesquisas, inclusive, o desagradara profundamente: “o método materialista se converte em sua antítese quando é utilizado, não como um fio condutor na investigação histórica, mas como um modelo acabado a que há que adaptar os fatos históricos.”

(MARX; ENGELS, 2010, p. 119)

9. Segundo Marx, desta posição, não haveria mais tratamento efetivamente científico, pois, já então, “a burguesia tinha conquistado poder político na França e Inglaterra. A partir de então, a luta de classes assumiu, na teoria e na prática, formas cada vez mais explícitas e ameaçadoras. Ela fez soar o sino fúnebre da economia científica burguesa. Já não se tratava de saber se este ou aquele teorema era ou não verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, subversivo ou não. No lugar da pesquisa desinteressada entrou a espadacharia mercenária, no lugar da pesquisa científica imparcial entrou a má consciência e a má intenção da apologética.” (MARX, 1996, p. 135-136) Para um estudo da influência deste processo no Direito, Cf. SARTORI, 2014.

10 Segundo Marx, mesmo que seja um fato que “todo começo é difícil; isso vale para qualquer ciência” (MARX, 1996, p. 129) há sempre de se reconhecer que se têm “indivíduos produzindo em sociedade – por isso, o ponto de partida é, naturalmente, a produção dos

indivíduos socialmente determinada.” (MARX, 2011, p. 54)

11. Engels aponta o acerto deste modo de compreensão do real na medida em que destaca que ele se opõe, como modo científico, à especulação e ao senso comum, os quais se deixam levar pela imediatidade mesma. Diz: “método do pensamento metafísico, por justo e necessário que seja em vastas zonas do pensamento, mais ou menos extensas, de acordo com a natureza do objeto que trata, tropeça sempre, cedo ou tarde, com uma barreira, que, franqueada, faz com que ele se torne um método unilateral, limitado, abstrato; perde-se em contradições insolúveis uma vez que, absorvido pelos objetos concretos, não consegue enxergar as suas relações. Preocupado com sua própria existência, não reflete sobre sua gênese e sua caducidade; concentrado em suas condições estáticas, não percebe a sua dinâmica; obcecado pelas árvores, não consegue ver o bosque.” (ENGELS, 1990, pp. 20-21) Acreditamos que o alcance, por assim dizer, “metodológico” desta passagem, no que toca o estudo cuidadoso do Direito

é enorme.

12. Sobre a temática, Cf. BATISTA, 2013. Tendo a questão em conta, o também marxista István Mészáros critica aquilo que chama de fetichismo jurídico: “um dos aspectos mais desalentadores do fetichismo jurídico é que ele cria a ilusão de que sua importância é extremamente grande - e é precisamente deste modo que desempenha suas funções na sociedade capitalista -, desviando a atenção do verdadeiro alvo. [...] O que realmente importa é a necessidade de uma expropriação da mais-valia que garanta a acumulação, e não sua forma contingente.” (MÉSZÁROS, 2004, p. 506-507)

13. Para um estudo interessante sobre o assunto, Cf. KASHUIURA, 2009.

14. Com procuramos defender em noutro momento (Cf. SARTORI, 2015), mesmo grandes marxistas como Pachukanis chegaram a cogitar tal questão dizendo que “a condição real da supressão da forma jurídica e da ideologia jurídica é um estado social no qual a contradição entre interesse individual e interesse social esteja superada.”

(PACHUKANIS, 1988, p. 76) Como se verá abaixo, não acreditamos que isso se dê.

15. Como bem aponta Livia Cotrim, com base em Marx e no filósofo brasileiro José Chasin: “a emancipação política funda-se na e expressa a cisão objetiva, decorrente de relações de produção assentadas na divisão social do trabalho e na propriedade privada, de cada indivíduo em homem (burguês) de vida privada e cidadão de vida pública, o primeiro despojado de sua condição genérica social e assim naturalizado, o segundo defraudado de suas qualidades individuais; esse divórcio entre indivíduo e gênero, essa cesura entre indivíduos autoprodutores e as forças sociais, genéricas, por eles produzidas, transformam-nas em forças políticas a eles contrapostas.” (COTRIM, 2010, p. 25)

16. Lênin também foi explícito sobre a questão: “todas as revoluções anteriores não fizeram senão aperfeiçoar a máquina governamental, quando o necessário é abatê-la, quebrá-la” (LENIN, 2010, p. 48)

17. É interessante notar que mesmo o Programa de Gotha, tão criticado por Marx e Engels, tem

uma posição muito mais à esquerda que aquela que prevalece em muitos autointitulados marxistas. Sobre a deturpação do pensamento marxiano, não raro, realizada de modo oportunista, vale destacar o que disse Marx: “a única coisa que sei é que não sou um marxista”. (MARX; ENGELS, 2010, p. 277)

18. Como apontam Marx e Engels, em verdade, elas têm na oposição classista, sua essência (Wesen): “todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito de voto etc. etc., não são mais do que formas ilusórias (illusorischen Formen) – em geral, a forma ilusória da comunidade (Allgemeine illusorische Form der Gemeinschaftlichkeit) - nas quais são travadas as lutas reais (wirklichen Formem) entre as diferentes classes”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 37)

19. Para uma crítica à análise tradicional acerca da passagem, Cf. SARTORI, 2015.

20. Outra passagem de grande importância nesta seara está nos Grundrisse: “antes de tudo, o primeiro pressuposto é a relação de

escravidão ou de servidão ser abolida (aufgehoben). A capacidade de trabalho viva pertence a si mesma e dispõe, por meio da troca, da manifestação de sua própria energia. As duas partes se defrontam como pessoas (Personen). Formalmente, sua relação é a relação igual e livre de trocadores. Que essa forma (Form) seja aparência (Schein), e aparência enganosa (täuschender Schein), apresenta-se (erscheint) considerada a relação jurídica (juristische Verhältnis), como algo situado fora desta. O que o trabalhador vende é sempre só uma medida determinada, particular, de manifestação de energia (Kraft-äusserung); acima de toda a manifestação particular (besondren Äusserung) está a capacidade de trabalho como totalidade (das Arbeitsvermögen als Totalität). O trabalhador vende a manifestação de força (Kraftäußerung) particular a um capitalista particular, com quem se defronta como indivíduo independente.” (MARX, 2011, p. 381) Para uma análise da passagem, Cf. SARTORI, 2015.

21. Em O capital, Marx é claro: “a esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro

de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham. Liberdade! Pois comprador e vendedor de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são determinados apenas por sua livre-vontade. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, no qual suas vontades se dão uma expressão jurídica em comum. Igualdade! Pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade! Pois cada um dispõe apenas sobre o seu. Bentham! Pois cada um dos dois só cuida de si mesmo. O único poder que os junta e leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados.” (MARX, 1987, p. 144)

22. Segundo Marx: “a relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sob os próprios pés,

não apenas conserva tal separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que não o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das suas condições de trabalho, um processo que por um lado transforma os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores imediatos em operários assalariados.” (MARX, 1987, p. 252)

23 Segundo Marx, a emancipação política “encara a sociedade civil-burguesa, o mundo das necessidades, do trabalho, dos interesses privados, do direito privado (Privatrechts), como o fundamento de sua subsistência.” (MARX, 2010 a, p. 53)

24. Mesmo Pachukanis já reconhecera este aspecto ao mencionar que “a teoria marxista relega as formas legais a um lugar secundário, ou mesmo terciário no desenvolvimento social. [...] Quando a formulação legal de relações econômicas e políticas está em tela, a primeira tem um papel secundário e subordinado.” (PACHUKANIS, 1980, p. 147)

MARIA FIRMINA DOS REIS

NO ÁLBUM DE UMA AMIGA

D'amiga a existência tão triste, e cansada,
De dor tão eivada, não queiras provar;
Se a custo um sorriso desliza aparente,
Que máguas não sente, que busca ocultar!?...

Os crus dissabores que eu sofro são tantos,
São tantos os prantos, que vivo a chorar,
É tanta a agonia, tão lenta e sentida,
Que rouba-me a vida, sem nunca acabar.

D'amiga a existência
Não queiras provar,
Há nelas tais dores,
Que podem matar.

O pranto é ventura,
Que almejo gozar;
A dor é tão funda,
Que estanca o chorar.

Se intento um sorriso,
Que duro penar!
Que chagas não sinto
No peito sangrar!...

Não queiras a vida
Que eu sofro - levar,
Resume tais dores
Que podem matar.

E eu as sofro todas, e nem sei
Como posso existir!
Vaga sombra entre os vivos, - mal podendo
Meus pesares sentir.

Talvez assim deus queira o meu viver
Tão cheio de amargura.
P'ra que não ame a vida, e não me aterre
A fria sepultura.

- In: Úrsula e outras obras. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. p. 221-222.



**MARIA
FIRMINA DOS REIS**

ÚRSULA



NO ÁLBUM DE UMA AMIGA

D'amiga a existência tão triste, e cansada,
De dor tão eivada, não queiras provar;
Se a custo um sorriso desliza aparente,
Que máguas não sente, que busca ocultar!?...

Os crus dissabores que eu sofro são tantos,
São tantos os prantos, que vivo a chorar,
É tanta a agonia, tão lenta e sentida,
Que rouba-me a vida, sem nunca acabar.

D'amiga a existência
Não queiras provar,
Há nelas tais dores,
Que podem matar.

O pranto é ventura,
Que almejo gozar;
A dor é tão funda,
Que estanca o chorar.

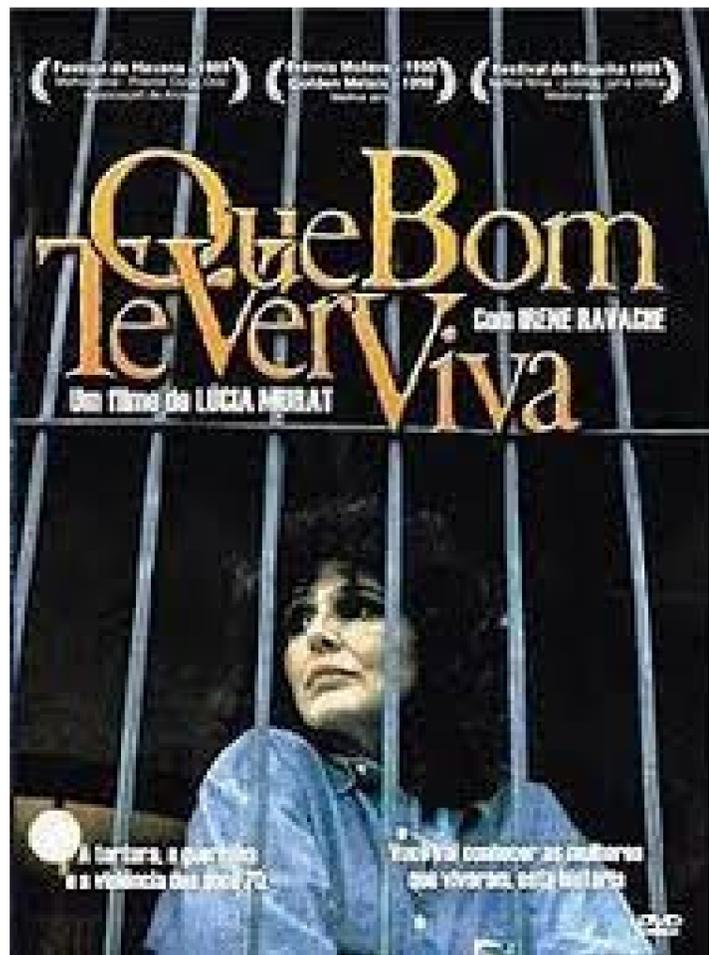
Se intento um sorriso,
Que duro penar!
Que chagas não sinto
No peito sangrar!...

Não queiras a vida
Que eu sofro - levar,
Resume tais dores
Que podem matar.

E eu as sofro todas, e nem sei
Como posso existir!
Vaga sombra entre os vivos, - mal podendo
Meus pesares sentir.

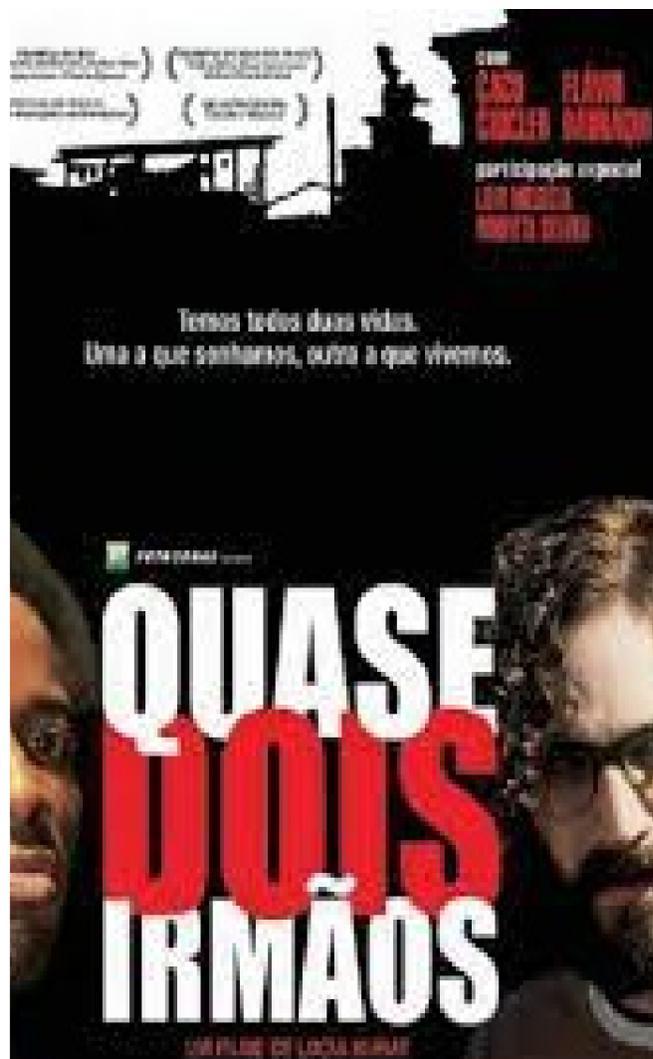
Talvez assim deus queira o meu viver
Tão cheio de amargura.
P'ra que não ame a vida, e não me aterre
A fria sepultura.

- In: Úrsula e outras obras. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. p. 221-222.



LÚCIA MURAT

Entrou para a faculdade em 1967 e como estudante de economia participou do movimento estudantil; com a edição do AI-5, em dezembro de 1968, entrou para a luta armada integrando o MR-8. Presa pela repressão do regime em 1971, passou três anos e meio encarcerada na Vila Militar e no Presídio Talavera Bruce no Rio de Janeiro





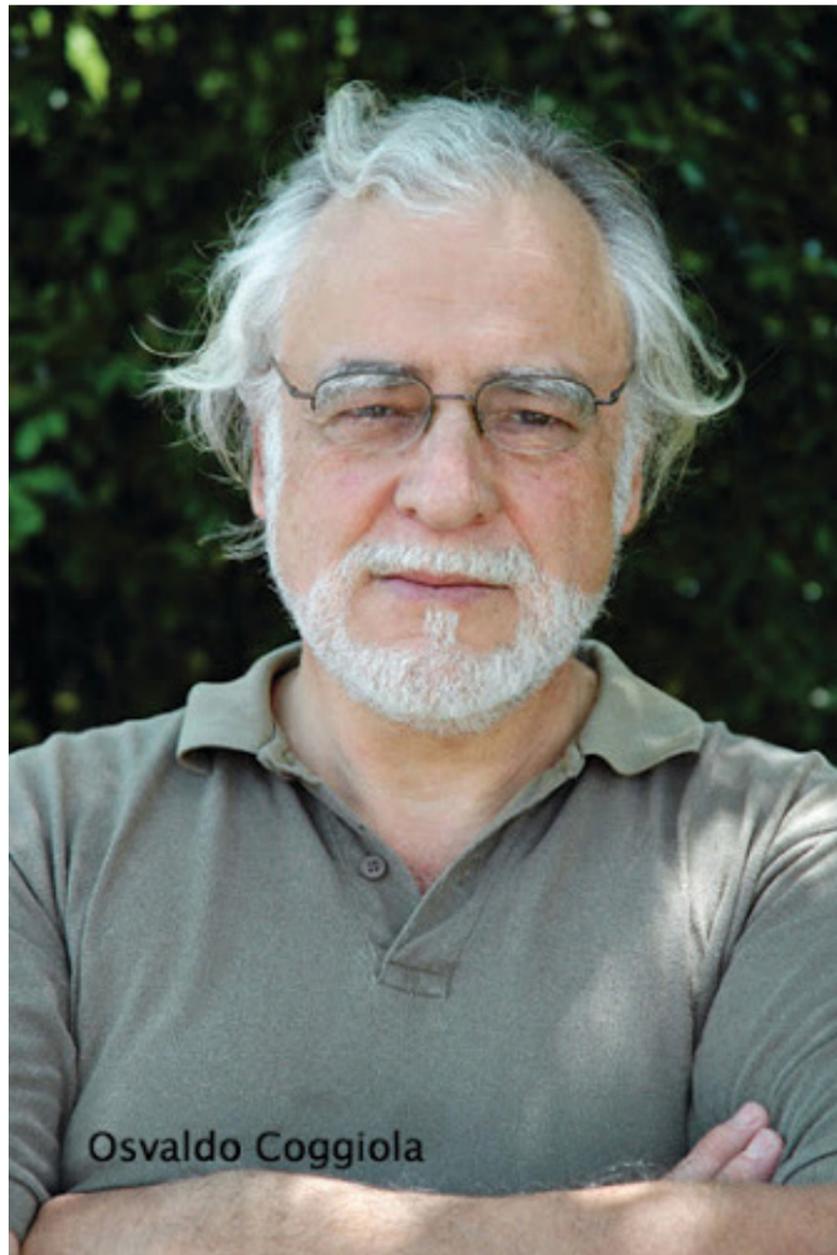
1871-MARZO-2021: 150 AÑOS DE LA COMUNA DE PARÍS

OSVALDO COGGIOLA

El “primer gobierno obrero de la historia” fue el producto de la primera crisis / guerra de alcance mundial, provocada por la guerra franco-prusiana, que sacudió a toda Europa y más allá. La guerra franco-prusiana se desarrolló entre el 19 de julio de 1870 y el 10 de mayo de 1871, oponiéndose al Imperio francés y al Reino de Prusia, que recibió el apoyo de la Confederación de Alemania del Norte, de la que formaba parte, y del Gran Ducado de Baden, el Reino de Württemberg y el Reino de Baviera. Bismarck había preparado un poderoso ejército y estaba al tanto de la precaria situación del ejército francés. También sabía que si era atacado por los franceses, tendría el apoyo de los estados del sur de Alemania y, derrotando a Francia, ya no habría ningún obstáculo para su proyecto de unificación de Alemania.

Los asesores de Napoleón III le aseguraron que el ejército francés era capaz de derrotar a los prusianos, lo que devolvería la popularidad, en declive, del emperador. Pero

poco después de la declaración de guerra, los ejércitos prusianos avanzaron hacia Francia. La efectividad de la ofensiva alemana contrastó con la ineficacia de la movilización militar francesa. Las fuerzas francesas fueron expulsadas de Alsacia, mientras que la división del general François Achille Bazaine se vio obligada a retirarse de Metz. Un ejército encabezado por el propio Napoleón III y el mariscal Patrice Mac Mahon, un veterano de la aventura mexicana del Segundo Imperio, intentó liberar a Bazaine, pero terminó rodeado por Helmuth von Moltke, el jefe militar prusiano, el 31 de agosto, iniciando la batalla de Sedán, que decidió el conflicto. El 1 de septiembre, los franceses intentaron infructuosamente romper el cerco prusiano, y el 2 de septiembre, Napoleón III, Mac Mahon y 83.000 soldados se rindieron a los alemanes; el Emperador fue capturado y humillado, antes de que se dispusiera al ostracismo. La guerra franco-prusiana duró poco y terminó en un desastre para las tropas francesas; el ejército prusiano ha demostrado plenamente su superioridad en liderazgo, táctica, logística



y entrenamiento.

Las cifras del desastre francés fueron tres mil soldados muertos, 14 mil heridos, más de ochenta mil prisioneros, incluidos 39 generales y el propio Emperador. En “Le Désastre”, Émile Zola resumió el final de la batalla de Sedan: “Mientras un torrente turbio fluía la multitud hacia los fosos de Sedan, haciendo pensar en los montones de barro y piedras que la corriente arrastra desde la cima de las montañas y conduce a la profundidad de los valles... ¿Era posible censurar algo a estos infelices que habían permanecido inmóviles, esperando doce horas consecutivas, bajo los proyectiles de un enemigo invisible y frente al cual se sabían impotentes? Las baterías enemigas ahora los diezmaban desde el frente, desde los flancos y desde la retaguardia; el fuego cruzado se hacía cada vez más denso a medida que el ejército huía en busca de la ciudad. El exterminio, que se produjo en el fondo de la sucia zanja en la que se precipitaba esta masa humana, fue total”. La derrota de Sedan significó, tarde o temprano, la pérdida del ejército refugiado en Metz y en el sitio de

París. La ocupación de parte del territorio por las tropas prusianas fue considerada una humillación sin precedentes por parte de la población francesa.

La noticia del desastre de Sedan elevó la población de París; el 3 de septiembre estalló un levantamiento popular, que continuó el 4 de septiembre, cuando el pueblo invadió la cámara de representantes, exigiendo la caída del régimen; bajo la presión popular, se derrocó el Imperio, se proclamó la Segunda República, se disolvió la Asamblea Legislativa y se formó un Gobierno de Defensa Nacional. Léon Gambetta (1838-1882), uno de los líderes de la revuelta, fue nombrado ministro del Interior y jefe del gobierno provisional. Con la proximidad de las tropas alemanas, tuvo que salir de París en globo y rápidamente refugiarse en Tours, en el oeste de Francia, donde estableció un gobierno provisional.

Las tropas prusianas se movilizaban para atacar París, mientras el nuevo gobierno intentaba negociar con Bismarck, que se mostró inflexible y sólo aceptó el final de la guerra tras la entrega de Alsacia y

Metz, donde permanecían las tropas de Bazaine, rodeadas por el ejército prusiano. Sin intentar tomar Metz, las tropas prusianas emprendieron un asedio de cinco meses a la capital francesa, imponiendo un bloqueo de alimentos, hambrunas y bombardeos constantes. En Tours, Gambetta movilizó a más de 600 mil hombres, organizando 36 misiones militares con el propósito de liberar París del sitio prusiano y restaurar la soberanía francesa en su territorio; una a una, las incursiones francesas contra los prusianos fracasaron.

En diciembre de 1870, el ejército del Loire se dispersó en Loigny y, en enero de 1871, sufrió una nueva derrota en Le Mans. Otros dos ejércitos franceses, uno del norte y otro del este, fueron repelidos en Saint-Quentin y Suiza respectivamente. En medio de las derrotas se produjo la rendición presentada por el mariscal Bazaine, al mando de 173 mil soldados, en Metz, el 27 de octubre de 1870. La rendición militar de Bazaine fue considerada por Gambetta un acto de traición a la República, lo que le llevó a abandonar el gobierno provisional. Siguió un período de

bombardeos en París, y durante 15 días, casas y fortalezas ubicadas en la margen izquierda del río Sena fueron castigadas sin piedad por los pesados proyectiles de la artillería prusiana. La capitulación de París tuvo lugar el 28 de enero de 1871.

Los errores militares franceses provocaron una sucesión de derrotas, que llevaron al derrocamiento del gobierno de Ollivier y su ministerio, sacrificados como chivos expiatorios. La mayoría monárquica de la Asamblea Nacional estaba francamente a favor de la capitulación ante Prusia. A pesar de la voluntad de resistencia del pueblo parisino, la Asamblea acabó firmando la paz con los alemanes. Las negociaciones de paz fueron asumidas por la Asamblea Nacional francesa, reunida el 12 de febrero de 1871 en Burdeos. El día 13, Grévy fue nombrado presidente de la República y Adolphe Thiers (1797-1877), político e historiador, ascendió al cargo de director ejecutivo. Al frente del gobierno provisional, Thiers se opuso a continuar la guerra y pasó a negociar la paz en términos prusianos. Las negociaciones de paz comenzaron

en Versalles el 21 de febrero y, el día 26, ya se habían firmado los preliminares de paz. El 1 de marzo, las tropas prusianas entraron simbólicamente en París, que ya no ofreció resistencia, y abandonaron la ciudad al día siguiente. En la clase obrera y en el pueblo parisino aumentó el fermento político.

¿Qué era la clase trabajadora francesa en 1870? Se concentraba en grandes fábricas y en algunas regiones, pero la pequeña industria y la artesanía prevalecen numérica y socialmente; Francia siguió siendo un país predominantemente rural. Sin embargo, ya existían grandes imperios industriales: la fábrica de Schneider empleaba a 10.000 trabajadores en la industria metalúrgica de Creusot; Wendel ocupó alrededor de 10.000 en sus acerías en Lorena. Las minas de Anzin ocuparon a más de 10.000 mineros. La concentración fue fuerte en las grandes empresas metalúrgicas, siderúrgicas, textiles y químicas. Las obras navales de París contaron con más de 70.000 trabajadores, la mayoría de la provincia, en un flujo migratorio de enormes proporciones, resultado del proceso

de concentración de tierras de años anteriores. En 1866, había oficialmente 4.715.084 personas empleadas en fábricas e industrias, pero solo 1,5 millones de trabajadores trabajaban en empresas con más de diez personas. La concentración industrial había sido rápida durante el régimen bonapartista, pero limitada a algunas ramas industriales y regiones geográficas (París, Norte, Lorena, Bajo Sena y Lyon).

De los 37 millones de habitantes de Francia, más de 25 millones eran todavía rurales. Las pequeñas empresas eran la mayoría en la industria. París tenía una población de dos millones de habitantes: la nueva división administrativa, a partir de 1859, los agrupó en 20 distritos (arrondissements) con 442 mil trabajadores en la ciudad en 1866 y 550 mil en 1872. Su número creció, y también su concentración: el número de empleados disminuyó de 65 mil en 1847 a 39 mil en 1872; la relación jefe / trabajador pasó de 1: 5 en 1847 a 1:14 en 1870: había algunas empresas con miles de empleados. Cail, una metalúrgica, empleó a más de dos mil trabajadores. Gouin

(construcción de locomotoras), más de 1.500, así como Gevelot. La mayoría de las empresas metalúrgicas, sin embargo, empleaban de 10 a 50 trabajadores. En las profesiones tradicionales (textiles, zapatos, artesanías) predominaba la pequeña industria artesanal: había tres grandes casas de fabricación de calzado en París.

La guerra, incubadora y aceleradora social, precipitó la revolución; Los plazos y ritmos políticos y sociales se habían acelerado. Después de la derrota francesa, Blanqui creó un periódico, *La Patrie en Danger*, para apoyar la resistencia de Gambetta contra los prusianos. Participó en el motín del 31 de octubre de 1870, ocupando la prefectura de París durante unas horas: por lo que fue arrestado en vísperas de la Comuna en marzo de 1871, condenado a deportación por el gobierno de Adolphe Thiers, fue internado en Clairvaux de edad (66 años). Blanqui vivió en prisión el episodio de La Comuna (los Comunerros intentaron cambiar su libertad por la de varios prisioneros de los revolucionarios, sin éxito).

El 4 de septiembre, el mismo

día de la proclamación de la Segunda República, la sección de París de la AIT (Asociación Internacional de los Trabajadores – Primera Internacional) celebró una reunión con la Cámara Federal de Sociedades Obreras, que no decidió por el derrocamiento inmediato del gobierno republicano, pero definió la lucha por una serie de demandas, entre ellas la abolición inmediata de la Policía Imperial, la supresión del jefe de policía del gobierno en París, la organización de la policía municipal, la derogación de todas las leyes contra la prensa y contra los derechos de reunión y asociación, el armamento inmediato de los trabajadores y el alistamiento en masa para contrarrestar la ofensiva prusiana. Para garantizar la lucha y vigilar al gobierno, propusieron la formación del “Comité Central Republicano de Defensa Nacional de las Veinte Regiones de París”, que llegó a coexistir con el gobierno, creando una situación de “doble poder”. Las resoluciones de los trabajadores de septiembre anticiparon los acontecimientos inminentes y sentaron las bases para una situación de poder dual en la capital y,

potencialmente, en el país.

El 28 de enero de 1871, el canciller prusiano Bismarck y Jules Favre, representante del Gobierno de Defensa Nacional francés, firmaron una “Convención sobre el Armisticio y Capitulación de París”. Favre aceptó las humillantes demandas de los prusianos: el pago en dos semanas de una indemnización de 200 millones de francos, la entrega de gran parte de los fuertes de París y la entrega de artillería de campaña y municiones del ejército de París. Adolphe Thiers, jefe de gobierno (“ese gnomo monstruoso que sedujo a la burguesía francesa durante aproximadamente medio siglo porque es la expresión intelectual más acabada de su propia corrupción de clase”, en la definición de Marx), dado que París está fuertemente armada, y según el acuerdo con Prusia, ordenó a los soldados franceses que confiscaran todas las municiones de la ciudad. Por el tratado entre Francia y Alemania, firmado en Versalles el 26 de febrero por Thiers y Favre, por Francia, y por el Canciller Bismarck, por Alemania, Francia dio a Alemania Alsacia y Lorena Oriental y

pagaría una indemnización de cinco mil millones de francos. El esfuerzo y el superávit nacional francés se verían comprometidos durante más de una década. En París, antes del final del asedio prusiano, se intentó una nueva organización de la Guardia Nacional.

La Guardia, en la práctica, era el pueblo armado de París (de 300 a 350 mil hombres en armas desde que se convocó el alistamiento general en 1870, tras las primeras derrotas francesas). Ella nombró a sus oficiales en cada batallón, pero el mando general fue designado por el gobierno. El 15 de febrero de 1871, los delegados de los batallones de 18 barrios parisinos se reunieron en una gran sala parisina. Se nombró una comisión de veinte miembros encargada de redactar un proyecto de estatuto: una declaración de principios reconoció a la “Comuna Revolucionaria de la Ciudad” como único gobierno existente.

El Comité de Delegados del barrio redactó una “Declaración de Principios” en la noche del 22 al 23 de febrero de 1871: “Cada miembro del comité de vigilancia declara que pertenece al partido socialista

revolucionario. En consecuencia, busca por todos los medios suprimir los privilegios de la burguesía, que se acabe como casta dominante y el poder de los trabajadores. En una palabra, igualdad social. No más patrones, no más proletarios, no más clases (...) El producto integral del trabajo debe pertenecer a los trabajadores (...) Impedirse con todos los medios necesarios, cualquier Constituyente u otro tipo de Asamblea Nacional, antes de que se modifique la base social de este régimen por medio de su liquidación revolucionaria, tanto política como social. A la espera de esta revolución definitiva, no reconoce al gobierno de la ciudad como más que La Comuna revolucionaria formada por delegados de los grupos revolucionarios de la misma ciudad. El gobierno del país reconoce únicamente al gobierno integrado por delegados de la Comuna revolucionaria del país y de los principales centros obreros. Está comprometida a luchar por esta idea y la difundirá, formando, donde no existen, grupos socialistas revolucionarios. Articulará estos grupos entre sí y con la Delegación Central. Pondrá todos

los medios a su alcance al servicio de la propaganda de la Asociación Internacional de Trabajadores”. Y concluyó: “No habrá más opresores y oprimidos, no habrá más distinción de clases entre los ciudadanos, no más barreras entre los pueblos. La familia es la primera forma de asociación y todas las familias se unirán en una patria más grande – en esta personalidad colectiva superior, la humanidad”.

Luego, el 3 de marzo, una asamblea de delegados de 200 batallones de la Guardia Nacional fundó la Federación Republicana de la Guardia Nacional, votando sus estatutos y nombrando un Comité Ejecutivo. Su Comité Central se constituyó con un programa: “La República, siendo el único gobierno de derecho y justicia, no puede subordinarse al sufragio universal... La Guardia Nacional tiene el derecho absoluto de nombrar a todos sus líderes y revocarlos. En cuanto pierdan la confianza de quien los eligió; sin embargo, [sólo] después de una investigación preliminar dirigida a salvaguardar los sagrados derechos de la justicia”. Al mismo tiempo, se colgó un manifiesto en las calles de

la capital: “Somos la barrera inexorable construida contra cualquier intento de derrocamiento de la República. Ya no queremos alienaciones, monarquías, explotadores u opresores de todo tipo que, aun considerando a sus semejantes como de su propiedad, nos hacen servir a sus pasiones más criminales. Por la República Francesa y luego por la República Universal. No más opresión, esclavitud o dictadura de ningún tipo; para la nación soberana, con ciudadanos libres, gobernándose según su voluntad. Entonces, el sublime lema: Libertad, Igualdad, Fraternidad, ya no será una palabra en vano”. [1]

En el vientre de la crisis nacional nació la revolución social. París estaba fuertemente armado: unos 500.000 rifles y 417 piezas de artillería de diverso calibre, 146 ametralladoras, 271 cañones. ¿Cómo desactivarlo? ¿Cómo deshacerse de la Federación y su Comité Central? ¿Cómo controlar la Guardia Nacional? El gobierno ya había hecho algunos intentos localizados para quitar los cañones de las manos de la Guardia Nacional, sin otro resultado que irritar a la población que

consideraba los cañones como propios: se habían fusionado gracias a suscripciones y donaciones populares. El 17 de marzo, el gobierno hizo un llamamiento a la población parisina, advirtiéndoles contra ciertos “hombres maliciosos” que “robaron cañones del estado”, “se constituyeron señores de parte de la ciudad”, ejercieron su dictadura a través de un “comité oculto”, “destinado a formar un gobierno en oposición al gobierno legal instituido por sufragio universal”; el manifiesto terminaba llamando a los “buenos ciudadanos” a “separarse de los malos”. Durante la noche del 17 al 18 de marzo, el gobierno publicó otro llamamiento, de similar contenido, dirigido específicamente a la Guardia Nacional; Al mismo tiempo, emprendió una operación a gran escala, con quince mil soldados, con la misión específica de retomar los cañones guardados en los barrios de Montmartre y Belleville (el “bastión rojo” de París) y en la ocupación de los barrios de Saint-Antoine y Bastille.

El gobierno había decidido apropiarse de los cañones que defendían París, provocando una

revuelta popular. La población parisina gritó alarma, tomó las calles, rodeó a las tropas que se suponía iban a realizar la tarea; inmediatamente fusilaron a dos generales; bajo presión, las tropas confraternizaron con la gente y se negaron a disparar contra la gente en la calle. Thiers se retiró, con todo su gabinete, al Palacio de Versalles, dejando un vacío de poder. A la medianoche del mismo día, el Comité Central de la Guardia Nacional se reunió en el Hôtel de Ville (sede de la prefectura de París). En apoyo a la negativa de la población parisina a entregar los cañones de Montmartre y a la gran movilización que provocó, se formó un gobierno revolucionario con representantes del barrio de la Guardia Nacional. Su primera proclamación fue a favor de “la abolición del sistema de esclavitud asalariada de una vez por todas”. El Comité Central de la federación de vecinos tomó el lugar de autoridad y se instaló en el edificio del ayuntamiento. En el levantamiento de marzo, las categorías más activas de trabajadores parisinos fueron los de la metalurgia y la construcción, así como los periodistas.

Así, la guerra franco-prusiana culminó no solo con la creación de la nación alemana, sino también con la explosión de la Comuna de París. Sus principales medidas, aunque solo en su mayoría esbozadas, pasarían a la historia: la policía fue abolida y reemplazada por la Guardia Nacional, la educación se secularizó, se instituyó la seguridad social, se formó una comisión de investigación sobre el gobierno anterior y, si se decidía trabajar por la “abolición de la esclavitud asalariada”. Con el viaje del 18 de marzo, la revolución iniciada en septiembre de 1870 retomó y profundizó su curso, abriendo una nueva etapa. El Comité Central comenzó por abolir el estado de sitio en la ciudad, abolir los tribunales militares, promulgar una amnistía general para los delitos políticos y la liberación inmediata de los prisioneros, restablecer la libertad de prensa, nombrar jefes de gobierno y servicios administrativos y militares esenciales.

En su proclamación del 18 decía: “Los proletarios de la capital, en medio de las faltas y traiciones de las clases dominantes, comprendieron que había llegado el momento

de salvar la situación asumiendo la dirección de los asuntos públicos. [...] comprendió que era su deber imperativo y su derecho absoluto tomar las riendas de su destino y asegurar su triunfo conquistando el poder”. El 19 de marzo se fijaron las elecciones para la Comuna para el 22. El Comité Central de la Guardia Nacional, políticamente, estaba formado básicamente por “blanquistas”, miembros de la AIT, básicamente “orgullosos” y personas no afiliadas políticamente: “El carácter de clase del movimiento de París, que antes había sido relegado a Trasfondo debido a la lucha contra invasores extranjeros, se desarrolló a partir del 18 de marzo con líneas fuertes y claras. Dado que los miembros de la Comuna eran todos, casi sin excepción, trabajadores o representantes reconocidos de los trabajadores, sus decisiones se distinguían por un marcado carácter proletario. Estas decisiones promulgaron reformas a las que la burguesía republicana sólo había renunciado a implementar por cobardía, y constituyeron una base indispensable para la libre acción de la clase obrera (como, por ejemplo,

la implementación del principio de que, en lo que respecta al Estado, religión es un asunto puramente privado) o fue directamente al interés de la clase trabajadora y, en parte, abrió profundas brechas en el antiguo orden social”. [2]

Se proclamó la Comuna de París, como en el apogeo de la Revolución Francesa a fines del siglo XVIII: fue el punto de inflexión del movimiento proletario organizado en Europa, y fue una prueba de fuego para la Asociación Internacional de Trabajadores, que jugó un papel destacado desde los primeros momentos. El nombre “Comuna” tiene sus raíces en la Revolución Francesa; ya había existido una Comuna de París entre 1789 y 1795, bajo el control político de los jacobinos, una Comuna que se había negado a obedecer las órdenes del gobierno central después de 1792, y había sido la base de la dictadura revolucionaria del partido de Robespierre. La Comuna de 1871 era heterogénea: los patriotas (nacionalistas) se unieron a ella con la esperanza de que la Comuna reanudara la guerra contra los alemanes. También apoyó a los pequeños

comerciantes amenazados con la ruina si no se suspendía el pago de facturas y rentas (lo que concedía la Comuna). Los republicanos también simpatizaron inicialmente con la Comuna, temiendo que la reaccionaria Asamblea Nacional restableciera la monarquía. Sin embargo, el papel fundamental en el movimiento lo jugaron los trabajadores. La Comuna de 1871, sin embargo, nació asediada por las tropas prusianas, lo que hizo urgente y necesario distribuir alimentos, dinero y armas. El Comité Central de la Guardia Nacional lanzó un llamamiento general el 25 de marzo: “Nuestra misión ha terminado. Cederemos el lugar en el Hôtel de Ville a nuestros recién elegidos, nuestros representantes regulares”.

En el distrito 11 de París, se formó un Comité Central Republicano, que presentó un programa más definido: derecho a la vida, libertad individual, libertad de conciencia, libertad de reunión y asociación, libertad de expresión, de prensa y de todas las formas de expresión del pensamiento, libertad de sufragio: “El Estado es el pueblo que se gobierna a sí mismo,

compuesto por representantes revocables, elegidos por sufragio universal directo y organizado. El trabajo colectivo debe ser organizado, el propósito de la vida es el desarrollo indefinido de nuestro ser físico, intelectual y moral; la propiedad no debe ser más que el derecho de cada uno a participar, por cooperación individual, en el fruto colectivo del trabajo de todos, que es la forma de la riqueza social”.

El 29 de marzo, La Comuna suprimió el servicio militar obligatorio y diferenciado: “Todos los ciudadanos válidos son parte de la Guardia Nacional”; se extinguió el ejército profesional permanente, reemplazándolo por el pueblo armado. El 2 de abril abolió el presupuesto de servicios y decretó la separación de la Iglesia y el Estado, “considerando que la libertad de conciencia es la primera de las libertades; y que el clero ha sido cómplice de los crímenes de la monarquía contra la libertad”. Suprimió el juramento político-profesional que debían prestar los funcionarios públicos y, “considerando que su bandera es la de la República Universal”, reconoció

los derechos políticos de los extranjeros, que eran numerosos entre sus miembros (el húngaro Frankel, los polacos Dombrowski y Wroblewski, el italiano Cipriani), presentes y activos en el París revolucionario; algunos incluso fueron elegidos para la propia Comuna. La Comuna no descuidó lo simbólico: derrocó la Columna Vendôme (cuyo bronce provenía de los cañones arrebatados al enemigo por Napoleón I) porque era “un símbolo del chovinismo y del odio contra los pueblos”; sustituyó la bandera republicana tricolor por la bandera roja, quemó la guillotina y decidió demoler la Capilla Expiatoria erigida en memoria del rey Luis XVI (depuesto y ejecutado por la Revolución Francesa).

En el ámbito social, La Comuna comenzó (por decreto de 2 de abril) fijando el límite salarial de los funcionarios y miembros del gobierno en seis mil francos anuales, equiparándolo con el salario de los trabajadores; también prohibió la acumulación de posiciones; un decreto del 20 de abril prohibió el trabajo nocturno en las panaderías, otro, del 27 de abril, prohibió, tanto en las empresas privadas como en

la administración pública, las multas y deducciones sobre los salarios de los trabajadores. La Comuna anuló el decreto del Parlamento que, a principios de marzo, había terminado las moratorias sobre alquileres y contratos comerciales; considerando “justo que los propietarios asumieran su parte de los sacrificios”; el decreto del 30 de marzo suprimió total y generalmente las rentas para el período comprendido entre octubre de 1870 y abril de 1871; otro decreto, de 17 de abril, otorgó una moratoria hasta el 15 de julio de los contratos comerciales vencidos y un plazo de pago de tres años. Un decreto de 7 de mayo obligaba a la Caixa de Penhores a devolver gratuitamente determinados objetos (ropa, muebles, libros, etc.) e instrumentos de trabajo pignorados (entre el 12 y el 25 de mayo se devolvieron 41.928 artículos, por un total de 323.407.80 francos). Finalmente, cabe señalar que, el 16 de abril, se promulgó un decreto que obligó a la reapertura y funcionamiento de los talleres y fábricas abandonados por sus dueños; se estudió cómo hacer factible su entrega a los trabajadores

organizados en cooperativas: “se brindó una indemnización a los propietarios; aun así, fue una especie de ataque a la propiedad individual, y hay que admitir que la Comuna dio entonces un paso hacia el comunismo”[3].

Las elecciones para la Comuna se realizaron el 26 de marzo, obedeciendo a la democracia directa en todos los niveles de la administración pública: representantes revocables en cualquier momento, constituyendo un gobierno a la vez legislativo y ejecutivo, con mínima burocracia. Se eligieron 86 representantes vecinales para La Comuna, de los cuales solo 25 eran en realidad trabajadores manuales. La Comuna, sin embargo, era un organismo proletario: en las elecciones, la abstención en los barrios burgueses superaba el 60%. Sus miembros electos formaron un solo colectivo sin presidente. Se dividieron en nueve comisiones, que reproducían los antiguos ministerios; cada uno eligió un delegado al gobierno. Diariamente, los batallones de la Guardia Nacional y una multiplicidad de cuerpos y colectivos que surgieron (incluida

una Unión de Mujeres creada el 8 de abril, que jugó un papel fundamental en la defensa de la Comuna y en el inicio de la construcción de la educación laica y universal) llevó a cabo las determinaciones de la Comuna.

La Comuna era una forma de estado “expansiva” (el estado abierto a toda la sociedad), que permitía liberar las energías y la creatividad de la sociedad. Entre sus medidas, contenidas en la “Proclamación de la Comuna a los Trabajadores de París”, estaban: la organización de consejos de trabajadores en las fábricas abandonadas por los patrones para que sigan produciendo; reducir la jornada laboral a diez horas; la elección de la dirección de las fábricas por los trabajadores; Reforma educativa. Karl Marx lo caracterizó como un régimen político proletario, señalando sus características esenciales: la elegibilidad y revocación permanente de todos los representantes políticos, su salario no excede el salario de un trabajador calificado (es decir, la supresión de la burocracia estatal o civil), la supresión de cuerpos militares represivos y permanentes

y su sustitución por el armamento general de la población (la supresión de la casta militar). Todas las antiguas autoridades fueron abolidas: jueces, juzgados, alcaldía, policía, estableciendo la gestión popular de todos los medios de vida colectivos, así como todo lo necesario para la supervivencia, así como los servicios públicos, fueron declarados libres. Los suelos en general fueron expropiados: la vivienda sería un derecho de todos, se ocuparon residencias secundarias en desuso, se declararon libres los medios de transporte. Las calles pasaron a ser propiedad de los peatones, los vehículos solo se podían utilizar en las regiones periféricas de la ciudad. Disminuyó la jornada laboral, se abolió el sistema de multas aplicado a los trabajadores, se instauró la jubilación a los 55 años.

El 16 de abril, un decreto proclamó: “La Comuna de París: considerando que varias fábricas fueron abandonadas por sus patrones para escapar de las obligaciones cívicas y sin tener en cuenta los intereses de los trabajadores; que, debido a este abandono cobarde, se interrumpen numerosos trabajos

esenciales para la vida comunitaria y se compromete la existencia de los trabajadores; Decreto: Se convoca a las cámaras sindicales de trabajadores a constituir una comisión cuyo objetivo es: 1) Hacer una estadística de las fábricas abandonadas y un inventario exacto del estado en el que se encuentran y las herramientas de trabajo existentes; 2) Presentar un informe sobre la rápida activación de estas fábricas, ya no por los desertores que las abandonaron, sino por la asociación cooperativa de trabajadores empleados en ellas; 3) Desarrollar un proyecto para la formación de sociedades cooperativas de trabajadores; 4) Constituir un jurado para fundamentar en estatuto, para cuando vuelvan los patrones, las condiciones para el traspaso definitivo de estas fábricas a las sociedades obreras y la indemnización que debe pagarse a los patrones”. “El decreto tenía por objeto buscar organizaciones de trabajadores para algunas fábricas donde pudieran iniciar el movimiento (de socialización)” [4].

El 24 de abril, el delegado de la Comisión de Trabajo y Cambios, Léon Frankel, de la AIT, convocó

a una reunión de representantes sindicales. El día 25 se convocó al sindicato que lideraría el movimiento, los metalúrgicos. Otros sindicatos respondieron al llamado (el 4 de mayo, justo antes del final de la Comuna, se formó un comité ejecutivo permanente de los sindicatos). Pese a la corta duración del experimento, la operación tuvo importantes resultados: se decomisaron una decena de fábricas, sobre todo en zonas que eran de interés para la defensa militar, con recuperación de armas, fabricación de cartuchos y balas de cañón. Cinco empresas habían realizado un censo de las fábricas antes de la confiscación. La Comuna también tenía a su disposición los establecimientos pertenecientes al Estado (la Casa da Moneda, la Imprenta Nacional, los servicios de mantenimiento de la vía pública, la fabricación de tabaco, algunas empresas de fabricación de armas) y había confiado su gestión a sus trabajadores.

Los sindicatos se estaban reorganizando: “Lo que paralizó los sindicatos fue su desorganización tras la represión del fin del Imperio y el asedio de París. Sólo

quedaron tres sindicatos fuertes: metalúrgicos, sastres, zapateros. El sindicato metalúrgico, uno de los más influyentes y numerosos, con cinco o seis mil afiliados, controlaba 20 plantas de recuperación y fabricación de armas, una por barrio, la más importante de las cuales eran los talleres del Louvre. En vísperas de la derrota, los metalúrgicos intentaron apoderarse de una de las fábricas metalúrgicas más grandes de la capital, la fábrica Barriquand, que había sufrido violentas huelgas durante el Imperio. Alrededor de un núcleo sólido de fábricas, algunas con más de 100 trabajadores, los metalúrgicos pensaron hacerse con el control de la producción. Los sastres obtuvieron preferencia sobre las empresas privadas de La Comuna y, en mayo, tenían el monopolio de la ropa de la Guardia Nacional para sus fábricas. Los zapateros no tuvieron la misma oportunidad: Godillot ostentaba el monopolio de la fabricación de zapatos para La Comuna, lo que impidió la desamortización de su empresa, pero generó violentas protestas en el gremio. Los otros gremios fueron menos activos y más pequeños, excepto acero,

gráficos, cerrajeros. La Comuna fue un momento de intensa recuperación sindical, con el apoyo de la Comisión de Trabajo y Cambio. Se organizaron, siempre para confiscar y administrar la producción: papeles, cocineras, cafeteras y porteadores” [5]. La revolución generó un movimiento para gestionar la producción, a través de la gestión obrera.

Aquí están los principales artículos del reglamento interno de los trabajadores de la fábrica de armas del Louvre (donde hubo una disputa de gestión con un director autoritario designado por La Comuna): “Art. 1. La fábrica está bajo la dirección de un delegado de La Comuna. El delegado para la dirección será elegido por los trabajadores reunidos y revocable siempre que no cumpla con su deber; Art. 2. El director de la empresa y los jefes de sector también serán elegidos por los trabajadores reunidos; será responsable de sus actos y también revocable [...] Art. 6. Se requerirá que un consejo se reúna todos los días, a las 5 de la mañana, con media hora de tolerancia, para decidir sobre las acciones

del día siguiente y en las relaciones y propuestas realizadas, bien por el delegado de la dirección, bien por el director de la empresa, el jefe de sector o los trabajadores delegados. Art. 7. El consejo está formado por el delegado de la dirección, el titular de la empresa, los responsables del sector y un trabajador por cada sector, elegido como delegado. Art. 8. Los delegados son renovables cada 15 días; la renovación se hará a la mitad, cada ocho días, y por función. Art. 9. Los delegados deben informar a los trabajadores; serán sus representantes ante la junta directiva y deberán tomar sus observaciones y demandas. (...) Art. 13. La contratación de trabajadores seguirá lo siguiente: a propuesta del titular de la empresa, el consejo decidirá si existen vacantes para contratar a los trabajadores y determinará los nombres. Todos los trabajadores pueden presentar candidatos para las vacantes. La junta será la única que realizará la evaluación. Art. 14. El despido de un trabajador sólo puede producirse por decisión de la junta, con informe del titular de la empresa. Art. 15. La duración de la jornada

se fija en diez horas”.

La Comuna introdujo reformas sociales y políticas radicales: 1. Se extinguió el trabajo nocturno; 2. Se reabrieron los talleres cerrados para la instalación de cooperativas; 3. Se expropiaron y volvieron a ocupar residencias vacías; 4. En cada residencia oficial se instaló un comité para organizar la ocupación de viviendas; 5. Se han abolido todos los descuentos salariales; 6. Se redujo la jornada laboral, e incluso se propuso el trabajo de ocho horas; 7. Se han legalizado los sindicatos; 8. Se instituyó la igualdad de género; 9. Se diseñó la gestión de fábrica de los trabajadores (sin embargo, sin implementarla plenamente); 10. Se ha abolido el monopolio de la ley por los abogados, el juramento judicial y los honorarios; 11. Los testamentos, las adopciones y la contratación de abogados pasaron a ser gratuitos; 12. El matrimonio se volvió libre y simplificado; 13. Se abolió la pena de muerte; 14. El cargo de juez pasa a ser electivo; 15. Se adoptó nuevamente el calendario revolucionario de 1793; 16. El Estado y la Iglesia fueron separados; la Iglesia ya no

está subvencionada por el Estado; Los bienes sin herederos son confiscados por el estado para el bien público; 17. La educación se volvió gratuita, laica y obligatoria. Se crearon escuelas nocturnas y todas las escuelas se convirtieron en mixtas; 18. Se eliminaron imágenes sagradas y se crearon sociedades de discusión en las iglesias; 19. La Iglesia de Brea, erigida en memoria de los hombres involucrados en la represión de la Revolución de 1848, fue demolida, el confesionario de Luis XVI y la columna Vendôme también; la bandera roja fue adoptada como símbolo de la “unidad federal de la humanidad”.

Marx concluyó que se estaba produciendo la transición a un nuevo tipo de estado, caracterizado por su tendencia a la extinción, es decir, que “la clase obrera no podía limitarse a tomar como existía la maquinaria estatal y hacerla funcionar en beneficio propio” ya que debe destruir esta maquinaria mediante la implantación de la “forma política finalmente encontrada de la dictadura del proletariado”: “La Comuna debe ser, no un órgano parlamentario, sino un

cuerpo activo, ejecutivo y legislativo al mismo tiempo”. Lenin resumió, en *El Estado y la Revolución*: “La Comuna parece sólo reemplazar la maquinaria del Estado que destruyó con una democracia más completa: supresión del ejército permanente, elegibilidad y revocabilidad de todos los empleados sin excepción. Sin embargo, en realidad, esto solo representa la gigantesca sustitución de determinadas instituciones por otras de un tipo absolutamente diferente. Se trata precisamente de transformar cantidad en calidad: llevada a cabo de la manera más completa y consecuente imaginable, la democracia burguesa se ha convertido en democracia proletaria; el Estado (fuerza especial para la represión de una clase específica) se ha convertido en algo que ya no era un Estado mismo”.

En La Comuna había delegados radicales, moderados y conservadores; la mayoría no siguió ninguna línea de partido; los “líderes” consumieron un tiempo precioso en interminables discusiones, cuando lo más urgente hubiera sido actuar contra la movilización de los soldados de Thiers en Versalles: según su

principal cronista, en defensa sólo de “legislación insignificante, sin plan militar, sin programa, dejándose arrastrar a discusiones en las que no se decide ni se hace nada” [6]. Las iniciativas de los miembros de la AIT marcaron los pasos de la revolución, pero en la elección interna de La Comuna quedaron en minoría. Los miembros de las secciones parisinas de la Internacional que formaban parte de la Comuna eran Assi, Avrial, Beslay, Chalain, Clémence, Lefrançais, Malon, Pindy, Theisz, Vaillant, Amouroux y Géresme. A estos se sumarían otros electos en el transcurso de La Comuna, como Serrailier. La “mayoría” en la Comuna recayó en los partidarios de Blanqui: el “Partido Blanquista” era una realidad, organizado en “secciones”, según la tradición jacobina-radical de la Primera República: “Los miembros de la Comuna estaban divididos en una mayoría, los blanquistas, que predominaban en el Comité Central de la Guardia Nacional, y una minoría, miembros de la Asociación Internacional de Trabajadores, que integraban la escuela socialista formada predominantemente por

simpatizantes de los proudhonianos” [7].

Edouard Vaillant, responsable de la educación de La Comuna, era miembro del “Partido Blanquista” (sin embargo, según Engels, “conocía el socialismo científico alemán”). Los blanquistas, que no formaban parte de la AIT, eran desde un principio mayoría en el Comité Central de la Guardia Nacional, y habían buscado derrocar al gobierno burgués de Trochu y, más tarde, de Thiers. Dos veces antes del 18 de marzo de 1871, en octubre de 1870 y enero de 1871, habían organizado levantamientos infructuosos.

Los blanquistas cultivaron una teoría conspirativa y “vanguardista” de la revolución, encontraron al proletariado incapaz de desarrollar, bajo el dominio del capital, la necesaria conciencia de clase, y por eso pensaron que la revolución sería dirigida en un principio por la dictadura de un pequeño grupo de revolucionarios dedicados, en la línea de los jacobinos de la Revolución Francesa. ¿Por qué los blanquistas eran la corriente “hegemónica” en la Comuna, siendo esto una negación de sus prácticas

conspirativas? Porque, manteniendo una organización clandestina y cohesionada de militantes disciplinados y dedicados, los blanquistas pudieron, ante La Comuna, realizar una amplia labor de difusión revolucionaria en el proletariado, incluso en las condiciones represivas del régimen de Napoleón III, y forjaron un conjunto de luchadores se conocían y fueron reconocidos por otros trabajadores por su honestidad y abnegación. Este grupo de militantes pudo, cuando se estableció la situación revolucionaria, tomar decisiones rápidas y decisivas, en sintonía con el estado de ánimo general. La conexión concreta y viva con la vida de la clase terminó por suplir las debilidades de su ideología.

Lo mismo puede decirse de los seguidores de las ideas de Proudhon, que eran mayoría entre los miembros de la AIT, y que cultivaron las ideas económicas mutuas de su mentor, una especie de socialismo de pequeños productores, pero que acabaron impulsando en la práctica medidas que de una economía colectivista gestionada por asociaciones proletarias. Para Engels,

“los proudhonianos fueron los principales responsables de los decretos económicos de La Comuna, tanto por sus aspectos gloriosos como ignominiosos, como los blanquistas, por sus acciones y omisiones políticas. Y, en ambos casos, quiso la ironía de la historia -como siempre, cuando las doctrinas toman el timón del barco- de que cada una de ellas haría lo contrario de lo que prescribía su doctrina”: los blanquistas, “educados en la Escuela La conspiración, unida por la férrea disciplina que le corresponde, partía de la concepción de que un número relativamente pequeño de hombres decididos y bien organizados podrían, en un determinado momento favorable, no sólo asumir la dirección del Estado, sino también, mediante la dinamización de una gran e implacable energía, manteniéndola el tiempo necesario, hasta que logran arrastrar a la masa del pueblo a la revolución, agrupada en torno al pequeño grupo gobernante. Para eso sería indispensable la más severa y dictatorial centralización de todo el poder en manos del nuevo gobierno revolucionario”. Y, “¿qué hizo la Comuna,

cuya mayoría estaba compuesta precisamente por estos blanquistas? En todas sus proclamas, dirigidas a los franceses en la provincia, pedían la formación de una Federación Libre de todas las comunas francesas con París, para la formación de una organización nacional que, por primera vez, debía ser verdaderamente creada por la propia nación. Precisamente el poder opresivo del gobierno centralista existente - las fuerzas armadas, la policía política, la burocracia, creado por Napoleón en 1798 y que, desde entonces, han sido asumidos por todos los nuevos gobiernos como instrumentos para ser utilizados contra sus oponentes - precisamente este poder sucumbiría por todos lados, como ya había sucumbido en París”.

Otro sector de la AIT se dio cuenta de las características únicas de La Comuna, así como de sus debilidades. Marx registró sus conclusiones en su mensaje al Consejo General de la AIT, *La Guerra Civil en Francia*, escrito en el fragor de la revolución y publicado en junio de 1871. *Der Bürgerkrieg in Frankreich* (edición alemana) fue escrito con el objetivo de difundir

entre los trabajadores de todos los países la comprensión del carácter y significado de La Comuna.

La Comuna de 1871 marcó el nacimiento de un nuevo tipo de revolución social, cuyo objetivo era destruir el estado burgués y disolver la sociedad de clases. El 'Estado Comuna' sería un Estado en proceso de autodisolución: "Contra la opinión contemporánea de sus enemigos conservadores, la Comuna de París de 1871 no fue solo un levantamiento de las masas descontentas del proletariado y la pequeña burguesía, condicionadas por las críticas circunstancias de la capital francesa. Como los movimientos paralelos de Lyon, Saint-Étienne y Marsella, La Comuna tenía un carácter marcadamente revolucionario y aspiraba a una transformación total de la organización social y política de Francia" [8].

¿Fue La Comuna, por su composición social mayoritaria, una revuelta "artesanal" y de comerciantes, una revolución "plebeya", la última revuelta de los estratos sociales destinada a desaparecer por el desarrollo capitalista, o el último paso del ciclo revolucionario

democrático que experimentó su esplendor en los siglos XVII y XVIII? O "no una acción orientada a fines específicamente proletarios, sino los últimos dolores agonizantes del torturado patriotismo jacobino" [9]. El escenario social francés de 1870 no era el de 1789: "a fines de la década de 1820, el Ouvrier había reemplazado la orientación pequeñoburguesa sans-culotte como principal protagonista de la protesta social, y los asalariados, incluso los que trabajaban como compagnons en los pequeños talleres, ya no estaban tan atados a las cuerdas del delantal de sus maestros artesanos". Para los revolucionarios de 1848 (y, más acertadamente, los de 1871) "en el vocabulario francés de la época (aunque tal vez no el nuestro) es razonable llamarlos prolétaires... A pesar del lento crecimiento de las fábricas en París, ahora se consideraban proletarios, no más oyentes, mucho menos sans-culottes. El capitalista, como antítesis del proletario, era el enemigo" [10]. Las limitaciones políticas de La Comuna se evidenciaron por el hecho de que rehuyó hacerse cargo del Banco Central de Francia,

limitándose a pedir dinero prestado, mientras que el gobierno de Thiers siguió usándolo en silencio: "En esas arcas hay 4,6 millones de francos" - lamentó Lissagaray - "pero las llaves están en Versalles; dada la tendencia del movimiento a la reconciliación con los alcaldes, nadie se atreve a romper cerrojos y cerraduras".

El allanamiento de las arcas también podría verse como una apropiación indebida de los depósitos de los campesinos, cuyo apoyo buscaba La Comuna. La Comuna vaciló y retrocedió para dar su paso decisivo: superar la legalidad republicana y reprimir la propiedad privada burguesa, sin la cual, sin embargo, sería imposible "abolir la esclavitud asalariada". La experiencia revolucionaria parisina duró poco; dos meses después de su establecimiento, fue destruida de manera violenta y salvaje, arrastrando en su derrota los incipientes intentos de organizar comunas en otras ciudades y regiones francesas [11].

Bibliografía utilizada:

[1] Nicole Priollaud. 1871: la Comuna de París. Texte Réunis. París, Levi y Messinger, 1983.

[2] Friedrich Engels. La guerra civil en Francia, introducción de 1891. En Osvaldo Coggiola (org.) Escritos sobre la Comuna de París. São Paulo, Chamán, 2003.

[3] Georges Bourgin. La Commune 1870-1871. París, Les Éditions Nationales, 1939.

[4] Jacques Rougerie. Dix-Huit Cent Soixante et Onze. Jalons pour a histoire de la Commune de Paris. París, Presses Universitaires de France, 1972.

[5] Jacques Rougerie. Paris Libre 1871. París, Seuil, 1971.

[6] Prosper-Olivier Lissagary. Histoire de la Commune de 1871. París, François Maspéro, 1983. El libro, publicado en 1876, tenía como objetivo combatir "las mentiras y calumnias burguesas" que siguieron a la supresión de la Comuna.

[7] Friedrich Engels. Op. Cit.

[8] Hans Mommsen. Comuna de París. En: C. D. Kernig. Marxismo y democracia. Historia 2. Madrid, Rioduero, 1975.

[9] Leopold Schwarzschild. El Prusiano Rojo. La vida y la ley de Karl Marx. Buenos Aires, Peuser, 1956.

[10] George Rudé. Ideología y protesta popular. Río de Janeiro, Zahar,

1982.

[11] Jeanne Gaillard. Communes de Province, Commune de Paris, 1870-1871. París, Flammarion, 1971.

“Vá e diga ao mundo que eu tentei”

Ismael Ivo

(Bailarino, coreógrafo, diretor do Balé da
Cidade de São Paulo)

17-01-1955

08-04-2021





Lançamento estadual da campanha **#NEMPENSEEMMATAR**



Merlane Mikure Tuiwimpo
Tiriyó



Katia Cilene



Analba Brazão



Heluana Quintas



Dep. Alice Portugal BA



Dep. Cristina Almeida AP



Joelma Bandeira



Maria carolina



Sandra Cardoso



Creuza Miranda



Alzira Nogueira



Joaquina Lino



Yanna MC



Laura do Marabaixo



Deize Pinheiro

Arraste para o lado e conheça nossas convidadas



PARA ACOMPANHAR A LIVE, ACESSE:



/levantefeministaamapa

PACARRRETE

TRAILER OFICIAL



TERRITORIO Y DIGNIDAD

30 AÑOS
DE LA HISTÓRICA MARCHA

TERRITORIO y la DIGNIDAD
Pueblos Indígenas del Beni

SOLIDARITÉ INTERNATIONALE AVEC LES CHERCHEURS/CHERCHEUSES ET SCIENTIFIQUES AU BRÉSIL ET AU PEU- PLE BRÉSILIEEN

(FR) Lettre ouverte : Solidarité internationale avec les chercheurs/chercheuses et scientifiques au Brésil et au peuple brésilien (EN) Open Letter: international solidarity with researchers and scientists in Brazil and the Brazilian people

(FR) Lettre ouverte : Solidarité internationale avec les chercheurs/chercheuses et scientifiques au Brésil et au peuple brésilien.

Par des universitaires du monde entier

Mardi, 6 avril 2021 : Le Brésil a enregistré 4195 décès liés à la Covid-19. Au total, il y a plus de 340 000 décès enregistrés depuis le début de la pandémie. Si le coronavirus touche tous les pays du globe, l'ampleur de la crise sanitaire au Brésil ne peut pas être dissociée de la gestion catastrophique du président Jair Bolsonaro. Le dirigeant doit être tenu pour responsable pour ses actions, qui ont non seulement fait exploser le nombre de décès mais accentué les inégalités dans le pays.

À plusieurs reprises, le

président de la république brésilienne a qualifié la Covid-19 de « petite grippe », minimisant la gravité de la maladie. Bolsonaro a critiqué les mesures préventives, telles que l'isolement physique et l'utilisation de masques, et a provoqué à plusieurs reprises des rassemblements. Il a même défendu l'utilisation de la chloroquine, bien que les scientifiques aient mis en garde contre les effets toxiques de l'utilisation du médicament pour lutter contre la covid. Les chercheurs qui ont publié des études qui ont démontré que l'utilisation du médicament augmentait le risque de décès chez les patients atteints de Covid ont été menacés au Brésil. Bolsonaro a également découragé la vaccination, suggérant même, par exemple, que les gens pourraient se transformer « en crocodile ». Entre le négationnisme, la prolifération de fausses informations et les attaques contre la science, en pleine crise sanitaire, le président a changé quatre fois de ministre de la santé.

La science brésilienne est en train de subir plusieurs attaques: d'un côté des coups budgétaires

qui ravagent la recherche et menacent le travail des scientifiques; de l'autre l'instrumentalisation de la science à des fins électorales, comme le démontrent les déclarations du président discréditant le travail des scientifiques pendant la crise sanitaire. Ces attaques, cependant, dépassent le seul cadre de la covid-19. On ne peut pas oublier les attaques de Bolsonaro contre l'Institut national de recherche spatiale (Inpe) dans un contexte alarmant face aux hauts niveaux de déforestation en Amazonie.

En niant la science, Bolsonaro nuit non seulement à la communauté scientifique, mais à la société brésilienne dans sa globalité : sont quotidiens les records dans le nombre de décès depuis le début de la crise sanitaire, selon les données de Fiocruz près de 92 nouvelles souches du coronavirus ont été identifiées, faisant du pays une gigantesque usine à variants, à cela on peut ajouter les impacts sur l'environnement, sur les peuples traditionnels de l'Amazonie et sur le climat mondial.

Dans un contexte de crise

sanitaire, d'aggravation des inégalités, de changement climatique, ce type de comportement est inacceptable et l'auteur doit être responsabilisé pour ses actes. Nous sommes préoccupés par l'aggravation de la crise sanitaire au Brésil, par les attaques contre la science. Par cette lettre ouverte, nous, universitaires du monde entier, manifestons notre solidarité avec nos collègues au Brésil, dont les libertés sont menacées. Nous manifestons notre solidarité également avec la population brésilienne qui est quotidiennement affectée par cette politique destructrice.

(EN) Open Letter: international solidarity with researchers and scientists in Brazil and the Brazilian people

Researchers and academics from all over the world.

Tuesday, 6th April 2021 - Brazil reported 4195 deaths from Covid. Altogether, there are more than 340 000 deaths recorded since the beginning of the covid-19 pandemic in the country. If the

coronavirus affects all countries on the globe, President Jair Bolsonaro must be held responsible for the catastrophic management of the crisis in Brazil, which not only helped to increase the number of deaths but accentuated the inequalities in the country.

At many times, the president of Brazil referred to the covid-19 as a "measly cold", dismissing the dangers posed by coronavirus. Bolsonaro criticized and undermined preventive measures, such as physical isolation and the use of masks, and on several occasions incited social gatherings while speaking to his supporters. He even spread the use of hydroxychloroquine, although scientists warned of the toxic effects of using the drug to fight covid. Researchers who published studies that demonstrated that the use of the hydroxychloroquine increased the risk of death in patients with Covid were even threatened in Brazil. Bolsonaro also discouraged vaccination, even suggesting, for example, that people could become an "alligator". Amid strategies of negationism, proliferation of

fake news and attacks on science, the Brazilian president replaced four times, in the midst of pandemic crisis, the minister of health.

Science in Brazil is under attack: on the one hand multiple budget cuts that threaten research; on the other the instrumentalization of science for electoral purposes, as shown by the president's statements discrediting the work of scientists during the pandemic crisis. These attacks, however, go beyond the context of covid-19. It is important to highlight for instance Bolsonaro's attacks on the National Institute for Space Research (Inpe) after Amazon deforestation data rankled President Bolsonaro.

By attacking science, Bolsonaro not only hurts the scientific community, but the entire Brazilian society: the records of deaths by covid in the context of the pandemic crisis are daily in the country, according to Fiocruz, 92 variants of coronavirus have been identified in Brazil, to that we can add the impacts on the environment, indigenous and traditional

communities in the Amazon and the global climate.

In a context of covid-19 crisis, worsening inequalities, climate change, this type of conduct is unacceptable and the author must be held accountable. We are concerned with the worsening of the pandemic crisis in Brazil, with the attacks on science. With this open letter we, academics from all over the world, demonstrate our solidarity with colleagues in Brazil, whose freedoms are threatened and with the Brazilian population that is affected daily by this destructive policy.

(PT) Carta Aberta: solidariedade internacional aos pesquisadores(a)s e cientistas no Brasil e ao povo brasileiro.

Pesquisadore(a)s do mundo todo

Terça-feira, 6 de abril de 2021 - O Brasil registra 4195 mortes pela Covid. Ao todo, são mais de 340 000 óbitos contabilizados desde o começo da pandemia. Se o coronavírus afeta todos os países do globo,

a amplitude da catástrofe sanitária que acomete o país não pode ser dissociada da gestão desastrosa do presidente Jair Bolsonaro. O presidente deve ser responsabilizado pela condução da crise sanitária no Brasil, que não somente fez explodir o número de mortes mas acentuou as desigualdades no país.

Em inúmeros momentos, o dirigente da república brasileira se referiu à covid-19 como « gripezinha », minimizando a gravidade da doença. Bolsonaro criticou as medidas preventivas, como o isolamento físico e o uso de máscaras, e por diversas vezes provocou aglomerações. Chegou a propagar o uso do cloroquina, embora cientistas alertassem para os efeitos tóxicos do uso do fármaco para combater a covid. Pesquisadores que publicaram estudos que demonstravam que o uso do medicamento aumentava o risco de morte em pacientes com Covid chegaram a ser ameaçados no Brasil. Bolsonaro desencorajou ainda a vacinação, chegando a sugerir, por exemplo, que as pessoas poderiam se transformar em « jacaré ». Em meio ao negacionismo, proliferação

de falsas informações e ataques à ciência, em plena crise sanitária, o presidente chegou a mudar quatro vezes de ministro da saúde.

A ciência brasileira está sofrendo diversos ataques : cortes e mais cortes orçamentários que ameaçam pesquisas e colocam o trabalho de cientistas em xeque ; instrumentalização da ciência à fins eleitoreiros, como bem mostram as declarações do presidente descredibilizando o trabalho de cientistas durante a crise sanitária. Esses ataques, no entanto, vão além do contexto da covid-19. Basta lembrar os ataques feitos por Bolsonaro ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) em um contexto alarmante diante dos níveis de desmatamento da Amazônia.

Ao desmentir a ciência, Bolsonaro não somente fere a comunidade científica, mas toda a sociedade brasileira : são diários os recordes de mortes pela covid, dados da Fiocruz indicam por exemplo a circulação de 92 cepas do coronavírus no Brasil, o que torna o país uma gigantesca fábrica de

variantes ; para além temos ainda os impactos sobre o meio ambiente, povos tradicionais da Amazônia e o clima global.

Em um contexto de crise sanitária, de agravamento das desigualdades, de mudanças climáticas, este tipo de conduta é inaceitável e o autor deve ser responsabilizado. Nós nos preocupamos com o agravamento da crise sanitária no Brasil, com os ataques à ciência e por meio desta carta aberta nós, acadêmico(a)s de todo o mundo, demonstramos nossa solidariedade com os/as colegas no Brasil, cujas liberdades estão ameaçadas e com a população brasileira que é afetada diariamente por essa política destrutiva.

Liens pour des actions menées au Brésil/ Links to actions developed in Brazil:

<https://www.ajd.org.br/noticias/2852-em-carta-aberta-a-comunidade-internacional-ajd-e-entidades-da-sociedade-civil-pedem-socorro-e-suplicam-por-medidas-que-protejam-a-vida-de-brasileiros-e-brasileiras>

<https://jornal.usp.br/universidade/universidades-se-unem-em-campanha-pela-vida-e-pelas-vacinas-contra-o-coronavirus/>

Referências:

Coronavirus Brasil (6 de abril 2021). Painei Coronavírus, Coronavírus Brasil. < <https://covid.saude.gov.br>>

<https://voca.abril.com.br/carreira/cortes-bolsas-pesquisa-ciencia/>

<https://www.rfi.fr/br/podcasts/linha-direta/20201230-de-gripezinha-a-pa%C3%ADs-de-mari-cas-bolsonaro-abusou-do-vocabul%C3%A1rio-para-desdenhar-a-pandemia-em-2020>

<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/03/03/oms-e-cientistas-enterram-cloroquina-e-bolsonaro-busca-novo-milagre.htm>

<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-25/>

[cientistas-brasileiros-vivem-pesadelo-em-meio-a-politizacao-da-cloroquina.html](https://www.nytimes.com/2020/05/25/science/brasil-cloroquina.html)

<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/bolsonaro-passa-mensagem-destruidora-ao-desmentir-ciencia-diz-cientista-brasileiro-eleito-destaque-mundial-24146317>

<https://www.oeco.org.br/noticias/publicacao-internacional-denuncia-os-impactos-do-governo-de-bolsonaro-sobre-a-amazonia/>

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55939354>

<https://istoe.com.br/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce-voce-virar-um-jacare-e-problema-de-voce/>

https://www.lemonde.fr/international/article/2019/08/02/brasil-jair-bolsonaro-licencie-le-directeur-de-l-institut-divulguant-les-donnees-sur-la-deforestation_5496097_3210.html

<https://www.nytimes.com/>

article/brazil-coronavirus-cases.html

[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(21\)00141-0/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(21)00141-0/fulltext)

<https://www.sciencedaily.com/releases/2021/01/210117132223.htm>

https://www.lemonde.fr/international/article/2021/04/08/bresil-une-situation-sanitaire-absolument-dramatique_6076001_3210.html

*Obrigatório

PROJETO DE EXTENSÃO

NÓS POR NÓS

OFICINA DE FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS INDÍGENAS NO CONTEXTO ACADÊMICO



OFICINA 1

- Convidado/convidada:
Leomar Wainne Xerente,
Rafaella Karajá e Danilo
Guajajara
- Data: 16/04
- Horário: 14h

OFICINA 2

- Convidado/convidada:
Ailton Meri Ekureu e Mirna
Kambeba
- Data: 23/04
- Horário: 14h

Inscrição via formulário <https://forms.gle/pipCsu3Qw77gLR3K7>
Será emitido certificado de participação aos inscritos.
Links para as oficinas serão enviados aos inscritos.



La Via Campesina

Movimento Camponês Internacional

[QUEM SOMOS NÓS? ▾](#)

[PELO QUE ESTAMOS LUTANDO? ▾](#)

[CONTRA O QUE ESTAMOS LUTANDO? ▾](#)

[MÍDIA E PUBLICAÇÕES ▾](#)



[INGLÊS ▾](#)



Apresentou

17Abril2021 - Vinte e cinco anos de lutas dos camponeses para tornar realidade a Soberania Alimentar





REVOLUÇÃO DOS CRAVOS
25 DE ABRIL SEMPRE



DEMOCRACIA PARTICIPATIVA:

o papel dos movimentos
sociais na elaboração de
políticas públicas



Aula aberta com
Guilherme Boulos

Mediação: Profa. Dra. **Terra Budini**

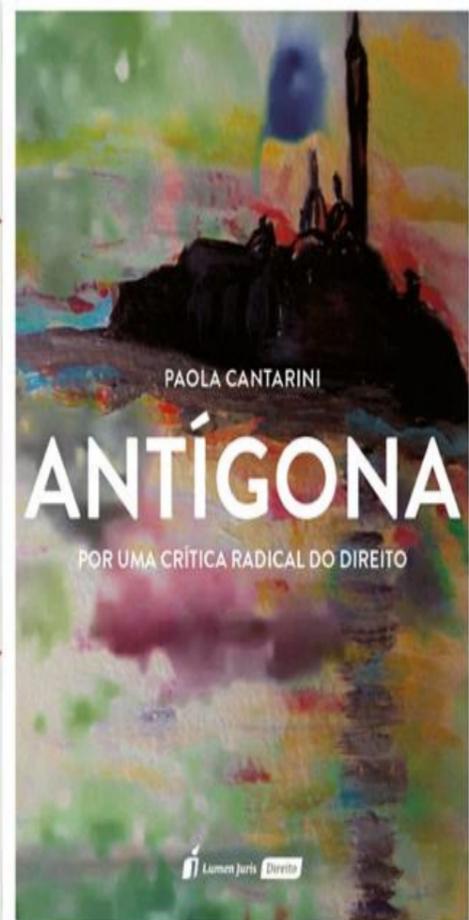
terça 20/4
19H

MESTRADO PROFISSIONAL
EM GOVERNANÇA GLOBAL E FORMULAÇÃO
DE POLÍTICAS INTERNACIONAIS

PUC-SP

LAN
ÇA
MEN
TO

Já está
disponível
para aquisição
na livraria
virtual da
Editora
Lumen Juris



Antígona

Paola Cantarini

Para garantir seu
exemplar, visite o site
www.lumenjuris.com.br
e faça seu pedido.



SEMINÁRIO 20 ANOS CELEBRANDO MILTON SANTOS

7 a 11 de junho de 2021

Trasmissão via  POSGEOGRAFIA UFBA

07.06.21

16:00 às 18:00
Conferência de Abertura

Fala de convidados/autoridades
Prof. Dr. Climaco Cesar Siqueira Dias (UFBA)
Prof.ª Dr.ª Flora Sousa Pidinier (IFAL)
Mediador: Prof. Dr. Gil Carlos Silveira Porto (Unifal-MG)

07.06.21

19:00 às 21:30
Categorias e conceitos geográficos na obra de Milton Santos

Prof. Dr. Luiz Cruz Lima (UECE)
Prof. Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos (UFBA/UCSal)
Prof. Dr. Angelo Serpa (UFBA)
Prof. Dr. Fabio Betioli Contal (USP)
Mediador: Prof. Dr. André Nunes de Sousa (UFBA)

08.06.21

19:00 às 21:30
A contribuição de Milton Santos à compreensão do uso do território brasileiro

Prof. Dr. Armen Mamigonian (USP/JFSC)
Prof. Dr. Jânio Laurentino dos Santos (UEFS)
Prof. Dr. Fabio Tozi (UFMG)
Dr. Willian Guedes Martins (UFBA)
Mediador: Prof. Dr. Marco Antônio Tomasoni (UFBA)

09.06.21

19:00 às 21:30
Lugares construídos com Milton Santos e formação cidadã - Relatos

Prof. Dr. Aldo Aloisio Dantas Da Silva (UFRN)
Cineasta e Prof. Ms. Sívio Tandler (PUC-Rio)
Dr.ª Nina Santos (UFBA)
Doutorando Willian Morais Antunes de Sousa (EHESS-Paris/FR)
Mediador: Prof. Dr. Alcides dos Santos Caldas (UFBA)

10.06.21

19:00 às 21:30
A obra de Milton Santos e o futuro da Geografia brasileira: caminhos a construir

Prof. Dr. Gil Carlos S. Porto (Unifal-MG)
Prof. Dr. James Humberto Zomighani Júnior (UNILA)
Prof. Dr. Thiago Adriano Machado (UFRN)
Prof. Dr. Leandro Vieira Cavalcante (UFRN)
Mediadora: Mestranda Leticia Leal (Unifal-MG)

11.06.21

19:00 às 21:30
Conferência de Encerramento

Prof.ª Dr.ª Maria Adélia Aparecida de Souza (USP) - Conferencista
Dr. Itamar Vieira Júnior (UFBA) - Escritor
Mediadora: Prof.ª Dr.ª Gulomar Inez Germani (UFBA)



Comissão Organizadora

Prof.ª Dr.ª Maria Auxiliadora da Silva (UFBA) - Coordenadora
Prof. Dr. Gil Carlos Silveira Porto (Unifal-MG) - Coordenador
Prof. Dr. Luiz Cruz Lima (UECE)
Prof. Dr. Jânio Laurentino dos Santos (UEFS)

Organização

Grupo de Pesquisa Produção do Espaço Urbano - PEU (UFBA)



STOP KILLING*
BLACK PEOPLE

#VACINAÇÃOJÁ



NICOLÁS GUILLÉN

(1902-1989)

NO CÉU DE HAITI
NICOLÁS GUILLÉN
(1902-1989)

Grave a voz possuía.
Era triste, era forte.
De lua e de aço. O porte
Todo ressoava e ardia.

Envolto em luz seguia.
Mas caiu. Desta sorte
Falou: — É a morte”. A morte!
(Ainda era sonho o dia.)

Viste passa a sua
Fronte morena, a suave
Sombra, haitiano, viste?

Homem de aço e de lua
Possuía a voz grave.
Era severo e triste.

Ai, bem sei, bem sabemos que
está morto!
Morto. Confiadamente morto.
Morto
Já sem remédio. Morto
Como se morre em toda a parte.
Morto
De morte natural. Tenaz e mor-
to.

Morto de terra. Morto

Com o morto riso de caveira.
Morto
Deitado, longo, seco, puro...
Morto
Sem roupa nem mortalha. Mor-
to morto,
Desfeito o corpo morto:
Lisamente, singelamente morto!

Sem embargo, recordo.
Recordo, por exemplo,
sua sobrecasaca
De prócer quotidiano:
A de Paris
De fumo gris,
De persistente gris
A de Paris,
E outra, de fumo azul, do traje
haitiano.
Recordo os seus sapatos
Que ainda eram franceses,
Certa calça listada que trazia
Numa fotografia
Como cônsul no México.
Recordo
Seu cigarro policial
De fogo perspicaz;
Recordo a sua escrita
De letras desligadas,
Independente, tímidas,
Duras, de pé, pendidas para a
esquerda;
A caneta-tinteiro curta, preta,
Grossa,

“Pelikan”,
De guta-percha e outo;
Recordo
Seu cinto de fivela
Com duas letras.
(Ou uma? Não sei... Me falha
Neste ponto um pouco a memó-
ria:
Era uma só talvez, um grande R,
Mas não estou seguro...)
Recordo
Suas gravatas e meias e lenços;
Recordo
Seu porta-chaves,
Seus livros,
Sua carteira
(Uma carteira de Ministro,
Ambiciosa, de couro).
Recordo
Seus poemas inéditos,
Seus escritos polêmicos
E os seus apontamentos sobre
negros...
Talvez também tudo isto haja
morrido,
Ou, quando mais, são coisas de
museu
Familiar. Conserva-as tu, Nico-
le?
Sim, conservo-as. Estão
Por aí... Guardo-as, sim, quero
dizer
Que as recordo.

| | | | | | |
|--|---|---|--|--|---|
| <p>E o resto, o resto, Jacques, De que tanto falávamos? Ai, o resto não muda, isso não muda! Aí está, permanece Como uma grande página de pedra Que todos leem, leem, leem; Como uma grande página Sabida e ressabida Que todos dizem de memória, Que ninguém dobra nem arranca Desse tremendo livro aberto Por essa mesma haitiana página sangrenta, Por essa mesma única aberta página Sinistra haitiana faz trezentos anos!</p> | <p>tanha. Sangue nos rios, nas árvores. Sangue no ar.</p> <p>(Esquecia dizer que justamente Jacques, a personagem Deste poema, murmurava às vezes — O Haiti é uma esponja Empapada de sangue!) Quem espremerá essa esponja, essa insaciável Esponja? Talvez ele, Com seu poder celeste... Talvez!</p> | <p>André...</p> <p>Negros de pé no chão no Champ de Mars, Ou no morno mulato caminho de Pétionville, Ou mais acima, no já frio branco caminho de Kenskoff: Negros ainda não instalados, Sombras zumbis, Lentos fantasmas do café, da cana, Carne febril, dilacerante, Primária, pantanosa, vegetal! Ele vai espremer a esponja.</p> | <p>Desde a planície até o nublado cume.</p> <p>Oh aurora dos tempos, incendida! Oh mar de sangue, mar que desbordou! O passado passado não passou. A nova vida espera nova vida.</p> | <p>maciço E otimista, que fecunda o baldio. Moi sua dura colheita o moinho. Levanta-se, cresce a espiga do trigo. Cobrem-se de rubras bandeiras os hinos. Olhai! Chegam envoltos em pó e farrapos os primeiros vencidos!</p> | <p>Sob a estrela madura suspensa na noturna fragrância, E ao longo de todos os caminhos rasgado Na distância! Cantemos, pois, querido, Pisando o látigo caído Do punho do senhor vencido, Um canto que ninguém tenha cantado: (Eis que floresce a velha lança.) Húmida canção estendida (Arde em nossas mãos a esperança.) De tua garganta em sombras, do outro lado da vida, (A aurora é lenta, mas avança.) Ao meu terrestre clarim de cobre ensanguentado!</p> |
| <p>Sangue nas espáduas do negro inicial. Sangue no pulmão de Louverture. Sangue nas mãos de Leclerc, Tremulosas de febre. Sangue no látigo de Rochambeau, Com os seus cães sedentos. Sangue no Pont-Rouge. Sangue na Citadelle. Sangue na bota de ianques. Sangue no punhal de Trujillo. Sangue no mar, no céu, na mon-</p> | <p>Ele, Monsieur Jacques Roumain, Falando em nome Do negro Imperador, Do negro Rei, Do negro Presidente, E de todos os negros Que nunca foram mais que Jean Pierre Victor Candide Jules Charles Stephen Raymond</p> | <p>Há de então ver o sol duro anti-lhano Qual se estalasse telúrica veia, Enrubescer o pávido oceano. E flutuar sem barço e sem cadeia Colos puros em turba, num queixume De corpos lembrando a dura peia!</p> <p>Móvel incêndio de afiado lume Virá lamber com a língua prometida</p> | <p>Ora bem: a coisa é esta, Jacques nunca esquecido. Não porque hajas morrido, Não porque te levaram, melhor dito, Não porque te fecharam o caminho, Parou ninguém, ninguém parou, longínquo amigo. Muitas vezes faz frio, É certo. Alguma vez um estampido Nos ensurdece, e sobrevém horas de ar líquido, Lacrimosas, de estertor e gemido. De quando em quando logra um rio Destroçar uma ponte... Mas de cada suspiro Nasce um novo menino. Todos os dias pare a noite um sol</p> | <p>O dia inicial inicia a grande luz de verão. Venha o meu morto, grave, suave, haitiano irmão, E erga outra vez, feita punho tempestuoso, a mão. Cantemos juntos, amigo, a nossa fraterna canção.</p> <p>Eis que floresce a velha lança. Arde em nossas mãos a esperança. A aurora é lenta, mas avança.</p> | <p>(Tradução de Manuel Bandeira)</p> |

Diccionario
de la lengua
Aymara



Diccionario
de la lengua
Quechua



Diccionario
de la lengua
Rapa Nui



Diccionario
de la lengua
Mapuche





REVISTA DE HISTÓRIA

*Ditadura,
humor e outras
histórias*

Entrevista com
Marcos Silva
(DH-USP)

Quinta, 29 de abril, às 18 horas, pelo Instagram da
Revista de História: @revistahistoriausp

YouTube **TV A COMUNA**
Facebook.com/acomunarevista/



20^H
SEGUNDA-FEIRA
HORÁRIO DE BRASÍLIA
26/04/2021

JOSHUA CLOVER

PANDEMIA E GOVERNO BIDEN

VELASCO ES UN HÉROE. VELASCO ES UN VILLANO.
¿DE QUÉ LADO ESTÁS?

LA REVOLUCIÓN Y LA TIERRA

UNA PELÍCULA DE
GONZALO
BENAVENTE
SECCO

AUTOCINEMA presenta LA REVOLUCIÓN Y LA TIERRA con el apoyo del MINISTERIO DE CULTURA, ANIMALITA y BEBETO FILMS
Producción general CAROLINA BENEGRIO. Jefatura de producción DIANA CASTRO. Investigación NAYO ABRILÓN, MILAGROS TÁVARA, NATTED STIGLICH, GRECIA BARBERI, GONZALO BENAVENTE SECCO.
Dirección de Fotografía EL AYO RIBLES. Dirección de arte GRECIA BARBERI. Dirección de sonido WILLY RIZOBRE. Música SANTIAGO PILADO-MATHEO. Edición CRONO PINTO. Colorización CÉSAR PEREZ.
Guión GRECIA BARBERI, GONZALO BENAVENTE SECCO. Asistencia de dirección DANIEL FARFÁN SALAZAR. Dirección GONZALO BENAVENTE SECCO.

NEW
CENTURY
FILMS

UNU

MINISTERIO DE CULTURA

AUTOCINEMA

ANIMALITA

BEBETO FILMS

VI SEMINÁRIO
NACIONAL
DO ICP

LUTAS DE CLASSES,
RUPTURAS E TRANSIÇÃO:
150 anos da Comuna de Paris

Mesa 1: 26/04 | 150 ANOS DA COMUNA DE PARIS

David Maciel (UFG); Muniz Ferreira (UFRRJ);
Oswaldo Coggiola (USP) e Virgínia Fontes(UFF)

Mesa 2: 27/04 | EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DA TRANSIÇÃO
SOCIALISTA NO SÉCULO XX

Eduardo Serra (UFRJ), Fábio Bezerra (Cefet/MG),
Marly Vianna (UFSCar) e Nikos Seretakis (KKE)

Mesa 3: 28/04 | REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO
NO SÉCULO XXI

Edmilson Costa (ICP), Cleusa Santos (UFRJ),
Lúcio Flávio R. de Almeida (PUC/SP), Rodrigo Castelo (Unirio)

Mesa 4: 29/04 | ESTADO, DEMOCRACIA E NEOFASCISMO

Décio Saes (Unicamp/UMSP), Antonio C. Mazzeo (USP/PUC-SP),
Joana Coutinho (UFMA) e Michael Löwy (CNRS/Paris)

Mesa 5: 30/04 | AS VIAS DE TRANSIÇÃO PARA A
REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Mauro Iasi (UFRJ), Milton Pinheiro (UNEB),
Plínio de A. Sampaio Jr (Unicamp) e Sofia Manzano (UESB)

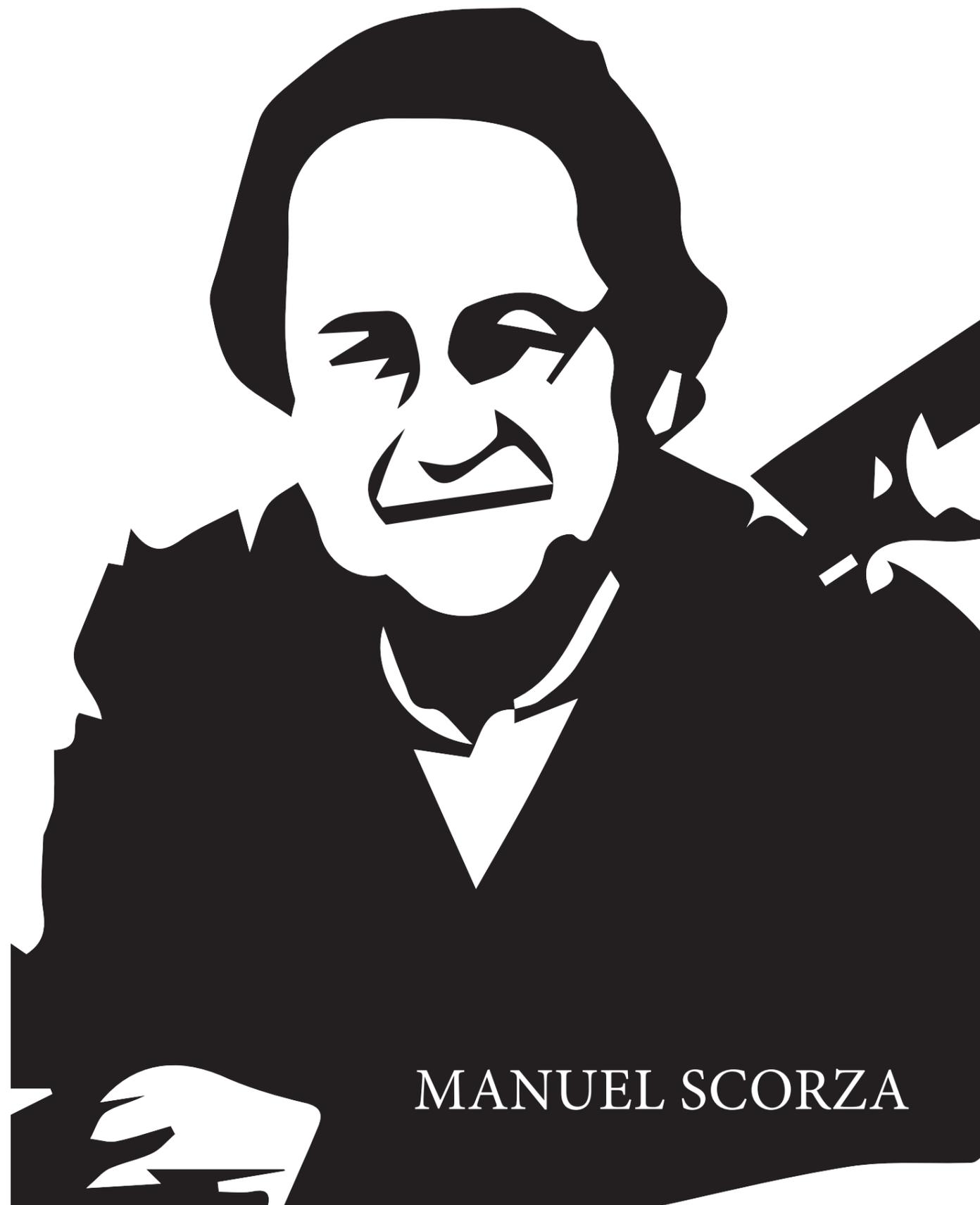
INSTITUTO
CAIO
PRADO JR.

26 à 30 de Abril - 15H
inscrições via Even3

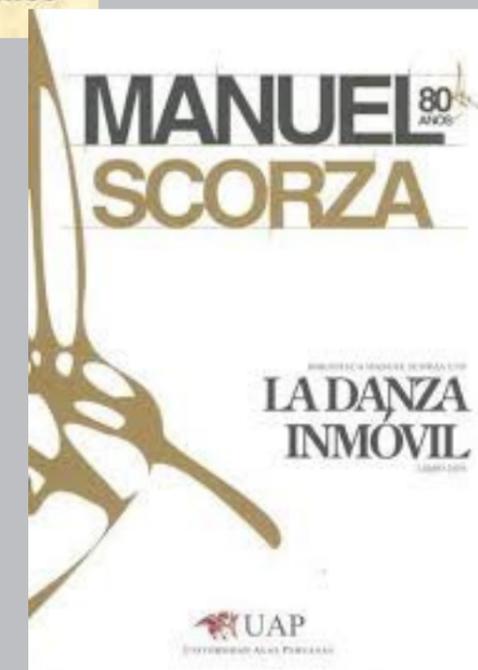
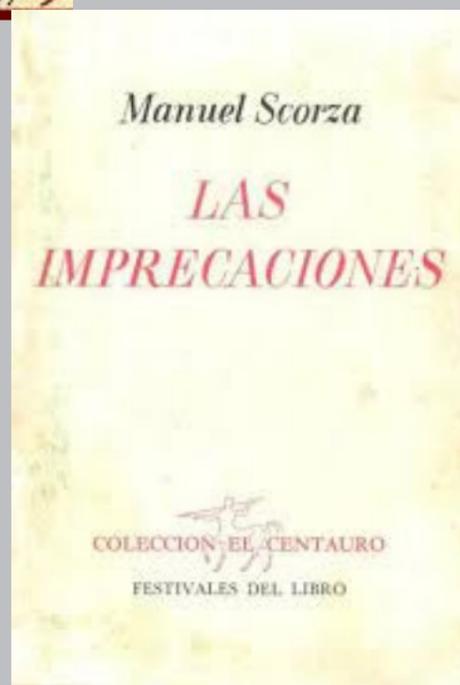
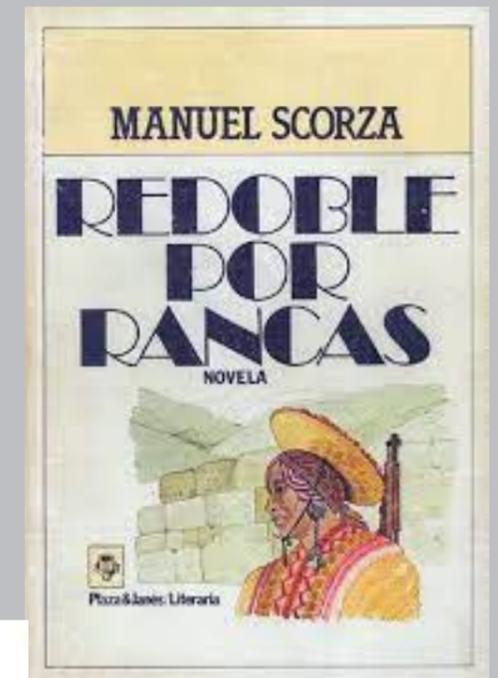
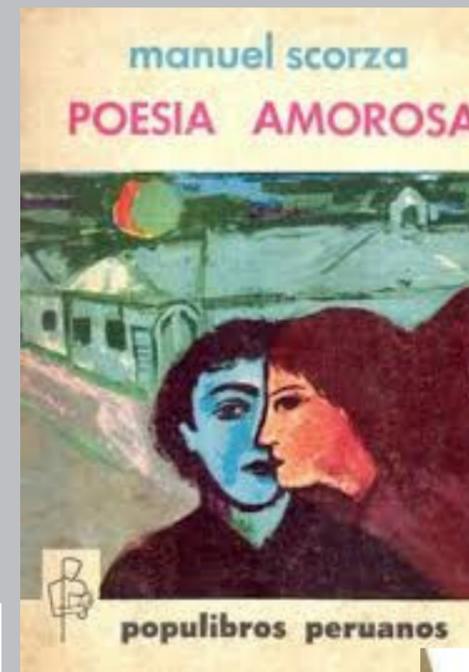
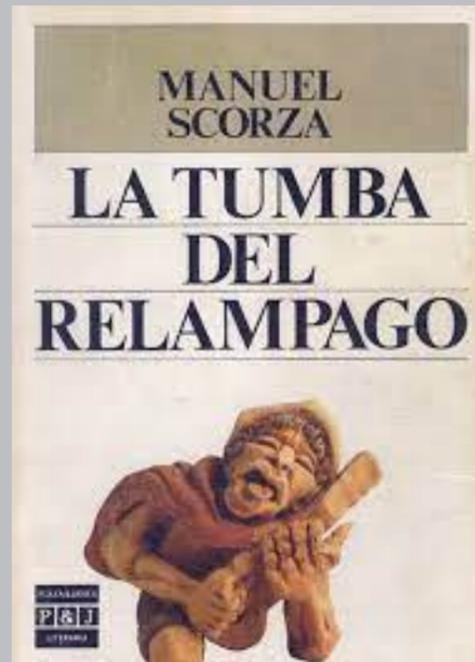
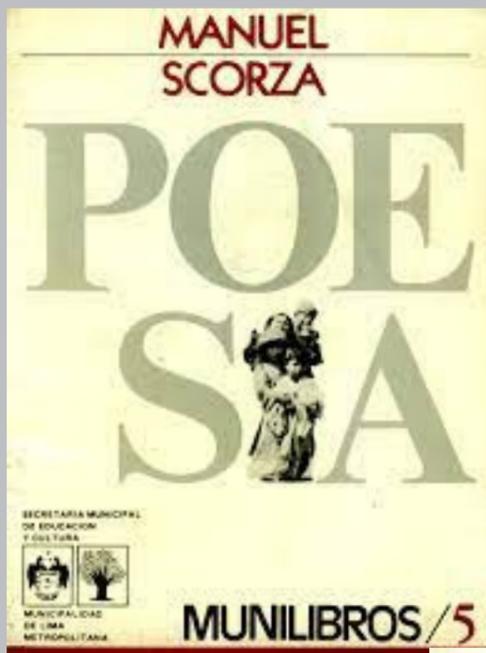
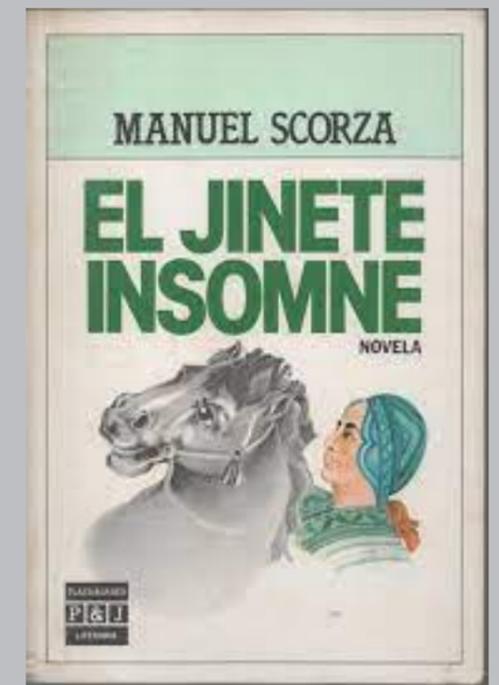
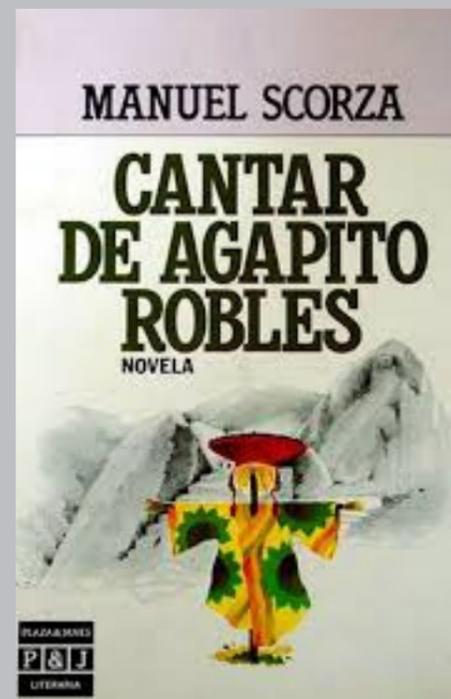
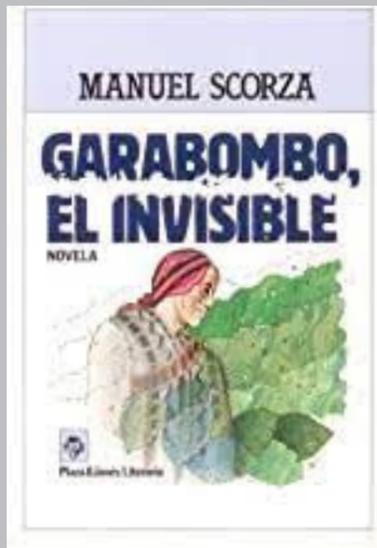
Instituto Caio Prado Jr.

icp.br

icp.br



MANUEL SCORZA



OPARÁ OU OS CAMINHOS DO POVO DO RIO

ROBERTO OLIVEIRA

O VELHO CHICO É UM RIO CUJAS MARGENS viveram capítulos e capítulos da história do Brasil. Quando os portugueses chegaram à costa atlântica em suas caravelas - e trazendo na bagagem seu modo de vida -, os índios nativos já conheciam a fauna, flora e hidrografia da região. Tanto que chamavam a carreira d'água, que nasce no continente e deságua no oceano, de Opará - rio-mar, na língua nativa. Porém, Américo Vespúcio, em expedição pelo litoral a mando da Coroa Portuguesa em 1501, descobriu a foz do rio em 4 de outubro - dia de São Francisco de Assis. Santo que rebatizou o rio mais de 500 anos atrás.

Nascendo em Minas Gerais, passando por Bahia e Pernambuco e desembocando na Praia do Peba, divisa dos estados de Alagoas e Sergipe, o Velho Chico cresceu vendo a colonização e interiorização do Brasil. Seus olhos testemunharam a extração do pau-brasil, a criação de gado nos currais, a plantaç

ona-de-açúcar; o ciclo do ouro, do café e dos coronéis. Ele acompanhou as invasões territoriais, disputas políticas e os conflitos culturais. E ouviu a poesia popular brotar paralela ao latifúndio pelas suas margens. O Velho Chico sentiu correr nas suas veias o sangue derrubado pelo etnocídio das nações indígenas.

Com 2.863 quilômetros de extensão e uma bacia hidrográfica de aproximadamente 641.000 km², o São Francisco é o maior rio inteiramente nacional. É banhado por 168 afluentes no total - 90 na margem direita e 78 na margem esquerda -, dos quais 99 são perenes - não secam. Passa por 504 municípios brasileiros, influenciando a vida de 16 milhões de habitantes, ou quase 10% da população do Brasil.

O Velho Chico faz parte do grupo de córregos que avançam do sul para o norte - porque há um acidente geográfico que lhe altera o curso na região de sua nascente, no município de Medeiros (MG). Mas durante muito tempo acreditou-se que ela fosse na Serra da Canastra, a 1.200 metros de altitude, em São

Roque Minas. Ele tem quatro trechos - alto, médio, sub-médio e baixo São Francisco.

Em 1522, desbravando a região, o mandatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira, fundou o município de Penedo (no atual estado de Alagoas), nas margens do Velho Chico, onde em 1637 os holandeses ergueriam o Forte Maurício de Nassau durante a ocupação holandesa de Pernambuco. Vinte e um anos depois da fundação de Penedo, em 1543, a Coroa Portuguesa autorizou a criação de gado na colônia, que se aglomeravam em currais ao longo do Rio São Francisco - fato que com o tempo também lhe emprestou a alcunha de "rio dos currais". Além de abrir a porteira para a criação extensiva de gado nas cercanias do rio, o que se tornaria uma das principais atividades econômicas do sertanejo por séculos - embora a profissão de vaqueiro só tenha sido regulamentada em 2013. Afinal, havia água para matar a sede e vegetação para matar a fome da criação nas beiradas do Velho Chico. E melhores condições de vida para

os próprios ribeirinhos.

Junto à criação de currais de gado, outro fenômeno intensificou a ocupação branca do rio - as missões jesuíticas, que não só ajudaram na dominação cultural dos nativos e dos negros trazidos da África como também na sua escravização. Já em 1543, por ordem do rei D. João III, o governador-geral Tomé de Sousa determinou a exploração do grande rio por Francisco Bruza de Espinoza. Essa expedição rendeu o primeiro documento oficial de que se tem notícia do Velho Chico, escrito pelo jesuíta basco João de Azpilcueta Navarro. Mas, a partir de então, foram muitas as missões de toda ordem católica que encontraram nas veias do Velho Chico uma trilha natural para exploração do interior brasileiro. Em 1556, um fato antropofágico marcou a colonização do Brasil e do Velho Chico e a história das missões jesuíticas brasileiras - os índios caetés, nativos da região de Penedo, devoraram D. Pero Fernandes, o primeiro bispo do Brasil, depois que ele sobreviveu a um naufrágio. Por essas e tantas outras, o Velho Chico viu de tudo

um pouco na história do Brasil. Hoje, surgem em suas margens inúmeras cidades, que oscilam entre a riqueza e a miséria e que inspiram a arte popular.

"ABC do São Francisco"

Juazeiro das lordeza
Petrolina da vaidade
Santana do cascalho
Riacho da carestia
Sentocé da nobresa
Remanso pra valentão
Pilão Arcado de desgraça
Xique-xique dos bundão
Icatú cachaça ruim
Barra só dá ladrão
Morpará casa de palha
Bom-Jardim da rica flor
Urubu as Santa Cruz
Triste do povo da Lapa
Si não fosse o Bom-Jesus
Carinhonha é bonitinha
Malhada também é
Passa Manga e Morrinho
Paga imposto em Jacaré
Januária carreira inteira
Corrente meia carreira
Santa Rita bate o prego
Suja mole na barreira

São Francisco da arrelia
São Romão - feitiçaria
Extrema dos Cabeludo
Pirapora é da poeria

Os "vapores" do Velho Chico

A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO VELHO CHICO PARA O ESTADO BRASILEIRO não é de hoje. Enquanto o pau-brasil, primeira commodity (mercadoria para exportação) nacional, era bastante explorado nas matas, os currais se formavam pelo rio e os engenhos de cana-de-açúcar se espalhavam semiárido adentro. Neles, produzia-se rapadura, açúcar e cachaça. Essas atividades, em conjunto, construíram o motor da economia nacional por mais de um século, e estruturaram as bases das relações econômicas sobre as quais se construiu o nordeste brasileiro. Aí veio o ciclo do ouro - mais um fator que intensificou os fluxos migratórios na região do Rio São Francisco.

O ouro foi descoberto pela





primeira vez no Velho Chico no final do século XVII, em 1698, onde hoje se situa Ouro Preto (MG). Mas antes, em 1675, já havia sido encontrado em um dos seus afluentes, pela bandeira Lourenço de Castanho. Só no século XIX acabaria a peregrinação que se formou às águas do Velho Chico por causa dos boatos e estórias de ouro, prata, bronze e demais metais preciosos. As bandeiras foram muito utilizadas, principalmente pelos paulistas e mineiros, a fim de descobrir riquezas e iguarias, escravizar indígenas e negros espalhados em aldeias e quilombos e explorar territórios até então desconhecidos dos homens brancos.

Toda essa força econômica do Rio São Francisco é aproveitada também do ponto de vista energético. Hoje, sob a administração da Chesf (Companhia Hidrelétricas do São Francisco), existem cinco usinas hidrelétricas ao longo do rio: Três Marias (MG), Paulo Afonso, Sobradinho e Itaparica (BA) e Xingó (SE). Formando um complexo hidrelétrico mais que capaz de fornecer energia para todo o Nordeste – 10,5 mil MW. Mas outras hidrelétricas

estão sendo construídas na transposição do rio São Francisco.

Desse modo, o Velho Chico sempre foi centro de disputas políticas. Desde os sistemas de sesmarias, passando pelo Império e chegando até a República, seja a velha seja a nova. Nos primeiros séculos, o latifúndio e seu sistema sociopolítico dominaram a região, com base nas relações de compadrio, na discriminação socioeconômica e com predominância da violência como forma de afirmação social. Em 1573, por exemplo, a família Garcia D'ávila mantinha propriedade de 70 léguas de terras, aproximadamente 420 km, entre o curso médio do Velho Chico e o Rio Parnaíba, no Piauí. O que ajuda a explicar o quão opressor se tornou o latifúndio nessa região do país, uma vez que os moradores ribeirinhos ou eram desapropriados de suas casas ou tinham de se adaptar aos padrões dominantes do latifúndio como sistema econômico e do coronelismo como sistema político.

No Império, em 1852, D. Pedro II contratou dois engenheiros,

o alemão Henrique Halfeld e o francês Emmanuel Liais, para preparar um estudo de navegação e exploração econômica para o rio. Mas nada saiu do papel. Já na República Velha, os coronéis que controlavam em cartel a política do nordeste chegaram a propor investimentos de combate a seca e de fomento a economia da região, mas foram preteridos pela política do “café com leite”, e não conseguiram grande apoio nacional.

Atualmente, a irrigação de fruticultura e agricultura possibilitada pelas águas do Velho Chico ganha força e caminha a passos largos na região. A rota do vinho do Vale do São Francisco, por exemplo, localizada na divisa da Bahia com Pernambuco, na altura de Juazeiro e Petrolina, contribui com 10% da produção nacional da bebida - são 8 milhões de litros de vinho por ano, produzidos com mais de 15 tipos de uvas, plantadas em 500 hectares de terras. Entre as vinícolas cujas parreiras são irrigadas com as águas do rio São Francisco, estão as conhecidas Miolo e Rio Sol, mas existem também outras menores, como a

Bianchetti e a Botticelli.

O turismo na região oriundo da produção de vinho cresceu muito. A plantação de vinícolas em solo tão castigado, diante de clima tão desfavorável e inclemente, parece exótico. E atrai o turista. É por isso que, hoje em dia, os vapozeiros se articulam para realizar passeios de barco ao longo da rota do vinho, passando pelas plantações e até pela eclusa do lago de Sobradinho. É o chamado “Vapor do Vinho”, que ajuda a movimentar a economia do Velho Chico hoje em dia.

Além de focos pontuais de desenvolvimento industrial, da produção de rendas e artesanatos e um agronegócio cada vez mais forte, que continua a escrever as páginas da história de concentração de terra no nordeste.

Apesar do crescimento nesses aspectos, a região ainda sofre sazonalmente com os grandes períodos de seca que a atingem de tempos em tempos, como a estiagem que pairou sobre o semiárido

nordestino nos anos de 2011, 2012 e 2013.

Os Moços de barcas

ENQUANTO, NO COMEÇO DA COLONIZAÇÃO, OS HOMENS BRANCOS não conheciam tão bem as condições físicas e climáticas da região, os nativos e seus descendentes mestiços já compartilhavam conhecimentos tradicionais de como lidar com os humores do Velho Chico. Suas habilidades de navegação foram destacadas pelos próprios portugueses, que, vindos de uma cultura marítima, chegaram ao território brasileiro e se depararam com centenas de canoas movidas por varas e ajoujos – canoas interligadas feito vagões de um trem – costurando toda a artéria fluvial franciscana. As margens do Velho Chico, desde então, já eram povoadas por nações indígenas. E depois continuou sendo ocupada por pessoas que tiravam dele seu sustento, os mestiços ribeirinhos e remeiros – os chamados “moços de barca”. Pois toda vez que um remeiro chegava a uma cidade

ribeirinha, o povo gritava: “Olha os moços de barca chegando, olha os moços barca!”. Os remeiros, assim como os vapozeiros e tropeiros, são um dos principais responsáveis pela mistura cultural na região. Eles levam e trazem mantimentos, vestimentas, estórias, recados, crenças, santos, medos... e pessoas.

Na proa das barcas desses moços, além disso, vão figuras horrendas, que lembram a fusão de homens e animais - são as carrancas do Velho Chico, cujos primeiros relatos datam de 1875. Esse símbolo, difundido no século XX e presente até hoje em algumas ribeiras, serve para espantar os seres míticos do rio e para proteger contra naufrágios e intempéries - pés de vento, queda de barreiras, bancos de areia, tempestades...

Essa prática zooantropomorfa, que faz parte também da arte e do imaginário franciscano, já estava presente em outras sociedades séculos atrás, como em 5 A.C., quando os gregos construíram suas embarcações com figuras de monstros marinhos à proa. Assim como



no Velho Chico. Provavelmente, essa herança foi recebida pelos filhos do Velho Chico dos colonizadores, em meio à miscigenação que correu junto às águas do rio desde meados do século XVI.

O Velho Chico tem dois trechos navegáveis, o médio e o baixo. O primeiro tem 1.371 km, de Pirapora (MG) a Juazeiro (BA) /Petrolina (PE); e o segundo, 208 km, que vai de Piranhas (AL) até a foz. Devido a todo esse conhecimento e potência em navegação, portos fluviais foram construídos nas principais cidades ribeirinhas, como Pirapora, Juazeiro e Petrolina, e interligados aos portos marítimos mais importantes da bacia hidrográfica franciscana – Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Salvador, Recife e Suape. Integrados por ferrovias e rodovias que, com os portos, constituem complexo sistema de transportes que fomenta a economia e a cultura da região.

Além de canoas e ajoujos, o povo do rio também herdou dos nativos indígenas outras habilidades

e saberes típicos da navegação. Como o conhecimento da hidrografia do rio – profundidade, regime das águas e obstáculos ao velejo – e da pesca, prática muito difundida até hoje nas margens do Velho Chico, feita ora com rede, ora com cabaça, ora com arco e flecha e arpão. Saberes ligados aos aspectos naturais de sobrevivência, como o conhecimento do clima semiárido e da vegetação da caatinga. E também o plantio e a colheita, comum à grande maioria da população, camponesa, até os anos 1950 - quando a imigração intrarregional e inter-regional, já presentes desde os primeiros séculos de colonização devido aos currais, às missões e à própria navegação, aumentou exponencialmente.

Eu vou, Rosalina, eu vou
Rosalina, pra Son Palo
Que Son Palo é terra boa
Terra de pobre morá
Compra boi, compra cavalo
Pra poder negociá

“Valei-me meu Bom Jesus”

OS FILHOS DO VELHO

CHICO são o povo do rio – um povo de fé. Creem em muitos santos, mitos, estórias, lendas e causos. E acreditam em tanta coisa talvez somente porque precisam acreditar. Por ser o modo mais fácil de manter a esperança numa vida melhor, diante de um mundo tão seco, bruto e hostil. O povo do rio acredita na chuva em tempo de seca, crê na colheita à época do plantio e vive rezando para poder continuar a viver, rezando e vivendo...

É no Bom Jesus da Lapa que o povo do rio bota fé. O Bom Jesus é o santo protetor do gado, da pesca, dos roçados e das barcas e ajoujos. E no mês de Agosto acontece a sua romaria, quando os devotos saem às ruas e vão aos rios louvando-o. Nessa época, podem-se ouvir benditos, benzeções e loas por toda parte, chamando e falando com o santo. Dois meses antes, em junho, os filhos do Velho Chico também se apegam com outros santos – São João, São Pedro e Santo Antônio.

Orando por chuva, saúde, paz e até casamento, o povo comemora as festas juninas de um modo

peculiar. Montam fogueiras nas ruas, usam vestimentas tradicionais, cozinham comidas típicas – canjica, mugunzá, batata doce, milho cozido e assado – e soltam fogos de artifício ao céu. Toma-se quentão. Dança-se quadrilha junina e forró, seja xote, xaxado ou baião. E, assim, no clima de compadrio e fé, o clima vai esquentando nos meses mais frios do ano - junho, julho e agosto.

Viva o Bom Jesus da Lapa
Viva a sua romaria
Vivam os filhos de Minas
Pernambuco e Bahia...

São João dormiu
São João acordou
Fulano é meu amigo
Que São João mandou

Outro santo de fé é São Gonçalo. Tanto que as rodas de dança em sua homenagem são muito comuns entre os ribeirinhos. As pessoas portam arcos coloridos, dançam e gritam:

-Ora! Viva e reviva
Viva São Gonçalo
Viva! Viva! Viva!

É muito comum também, não só nas comunidades ribeirinhas, mas em todo nordeste, o reisado. O sapateado e a contradança marcam o ritmo desse festejo, podendo ser guaiano ou catira. Nele, o povo sai às ruas dançando reisado ao som de rabeca, viola, caixas, pandeiro e outros instrumentos de percussão. Enquanto as canções invocam os três Reis Magos. Tama- nha é a fé do povo nos Reis Magos que não é tão incomum conhecer algum nordestino cujo sobrenome é “Dos Reis”, em referência a esta tradição católica. E ainda existem os reisados de Caipora, de Caboclos, de Pastorinhas etc.

São muitos os santos dos quais o povo do rio é devoto. Tem São José, Santa Clara, Padre Cícero, Nossa Senhora, Cosme e Damião. E tem até crença profana, como em Antônio Conselheiro ou Lampião, que carregaram seguidores – e deixaram desafetos – por onde passaram.

Além dos santos católicos, o povo do rio crê também em

santo da umbanda e pratica o candomblé, que são santos do mesmo jeito. Alguns acreditam até em curandeiro, feiticeiro, e benzedeiros, sendo fácil encontrar histórias de algum bandoleiro de “corpo fechado” ou de algum moribundo com “mau olhado”, ou ainda pessoas tomando uma “garrafada de angico com mel” para curar alguma doença pulmonar.

Os filhos do Velho Chico não creem somente em santo, mas também em mitos, lendas e outras crenças. Um dos mais difundidos é o do Caboclo D’água, que de tão presente pode ser descrito de modo bastante peculiar e preciso em algumas ribeiras: “ele é baixo, atarracado, calvo e dotado de uma cabeça grande”, afirmam esses historiadores orais. Conforme a crença dos barranqueiros, o Caboclo D’água habita um palácio encantado no fundo do rio, mas há quem afirme que ele mora nas locas ou mesmo nas “croas” - barrancos de areia que se formam nos rios. O Caboclo é um sujeito benfazejo, mas pode-se tornar irado e vingativo, virando barcas e arrasando plantações, caso seja



contrariado por um pescador ou roceiro. Pelos barrancos do Velho Chico, ele também é chamado de Compadre, Bicho D'água, Moleque D'água.

Outro ser presente nas estórias e causos franciscanos é a Mãe D'água. Mulher graciosa e traiçoeira, ela penteia seus cabelos em cima das pedras do rio e seduz os moços de barca e pescadores. Gosta de jovens, e leva-os para o fundo do rio, dizem alguns, ou deixa-os apetrechos, segundo outros. De tão misteriosa, não se sabe até hoje a aparência real da Mãe D'água, podendo ela aparecer “loura para alguns, morena para outros, e mesmo com longos cabelos verdes ou de fios dourados”.

São muitos os mitos e crenças que vivem com o Velho Chico. Tem o Minhocão, um “surubim velho” que derruba canoas; a cobra de asas; e o Romaozinho, um menino sapeca “muito bom no bodoque ou estilingue” que ronda as margens do rio São Francisco plantando bananeiras e fazendo traquinagens. Ele apaga os candeeiros

nas festas e toma toda a cachaça - e ainda reclama se não for Januária, da boa. E vai embora, gargalhando e mangando de todo mundo, como gosta.

A cultura popular

A POESIA POPULAR corre nas veias do Velho Chico. E seus filhos herdaram dessa veia poeta um profundo conhecimento de métrica, rima, ritmo e da musicalidade da fauna – a dos pássaros e outros animais -, que ornamenta com sons naturais o poema, a loa, o repente, o cordel do povo do rio.

O cordel é escrito e organizado normalmente em sextilhas e septilhas. Recebeu este nome porque os folhetos literários costumam descansar em cordas esticadas, que lhe dão uma aparência de varal de poesias. A loa é cantada e lembra uma ode, pode ser amorosa, nostálgica, histórica, de todo tipo. Já o repente é dinâmico, improvisado. Feito de repente mesmo. E costuma ser acompanhado por um pandeiro e demais instrumento de percussão, que, na batida, orientam o ritmo da

fala. É muito comum se encontrar entre os filhos do Velho Chico rodas de repente, com cantadores duelando no improviso.

Nas margens do Velho Chico
Onde nasceu a beleza
Quem lhe deu conservação
Foi a própria natureza
Em abundância gerou
Jesus Cristo abençoou
Sua linda correnteza

Não mexam no Velho Chico
Não deixem ele acabar
Quem defaz o que Deus faz
Diz um dito popular
Escrito em certo idioma:
- Na medida em que se toma
Na mesma tem que pagar

Água é fonte da vida
Da natureza sagrada
No mundo da existência
Sem ela não somos nada
A nossa tão bela flora
Merece bem toda hora
Ser zelada e preservada

Do mesmo modo que

rimam para criar o repente e o cordel, os filhos do Velho Chico compõem poesia, que entoam no dia a dia no cerrado e caatinga brasileiros. São famosos os poetas populares, como a cearense Patativa do Assaré, os cegos cantadores, como o Cego Aderaldo, e os músicos, como Jackson do Pandeiro, espalhados por todo semiárido do Nordeste – trabalhadores, como qualquer outro filho do Velho Chico. Eles tocam em serestas, animam festas e rodas e impressionam em praças e feiras das cidades. E terminam muitos dias de calor, trabalho e paz, vendo o sol se pôr no horizonte, e cantando assim:

- Lá vem garça avoando
Com as penas que Deus lhe deu
Contando pena por pena
Mais penas padeço eu

Com tanta riqueza, pobreza, crença, imaginação e estórias, o povo do rio sabe onde brotam suas raízes. É educado por um meio ambiente e social onde se aprende a sobreviver a quase tudo. E diante de más condições de educação e de vida, é protagonista e professor da

sua própria história. E segue cantando e fazendo poesia.

As lendas da transposição

OS FILHOS DO VELHO CHICO sofrem há tempos e tempos com os longos períodos de seca. Os relatos, por exemplo, de tentativa de ajuda às populações franciscanas durante estiagens datam do século XVIII, quando entre 1721 e 1727 Portugal enviou navios com mantimentos para o semiárido nordestino, em troca de trabalho em obras de infraestrutura dos sertanejos. Mas os próprios agricultores e latifundiários já tomavam iniciativas independentes para retenção de água no período da colonização – eram as aguadas, espécie de açude ou barragem.

A ideia da transposição é tão antiga que já tinha virado até lenda quando foi aprovado o Projeto de Transposição das Águas do São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – acrescentando mais uma lenda ao conjunto de superstições dos filhos

do Velho Chico. Consta que, quase 200 atrás, 1818, José Raimundo de Passos Barbosa, ouvidor da cidade do Crato, na região do cariri cearense, teria apresentado uma proposta inaugural à Coroa. Mesmo com D. Pedro II incluindo a ideia em seus planos de governo (1840-1889), nada foi adiante.

Só depois da grande seca de 1875-1877, após mais de 50 anos da independência nacional, que se começou a formular tecnicamente e estudar o combate à seca. Em 1838, havia sido criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que em 1884 coordenou o começo da construção do primeiro grande açude do nordeste, concluído em 1906.

Em 1909 foi criado o IOCS (Inspetoria de Obras contra as Secas), que no final do período getulista transformou-se no DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), existente até hoje. Ainda em 1913, fora planejada a primeira tentativa de interligação, para época inviável, do São Francisco com o Rio Jaguaribe (CE), um dos rios beneficiários



da transposição em andamento. E em 1958, durante o governo JK, foi criada a Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

Todas essas iniciativas institucionais coordenaram a construção de açudes, cisternas e barragens até então, sendo esses os principais meios de fornecimento e armazenamento de água no Nordeste. Calcula-se que hoje existam cerca de 70 mil poços, açudes, tanques e reservatórios diversos. Mas o alto custo da transposição, as dificuldades técnicas intrínsecas à região e os interesses políticos da indústria da seca – que preferiu dar as costas para uma solução duradoura do problema da falta de água e trocar votos por cisternas – acabavam sempre barrando, entre outras, a ideia transposição.

Em 1958, o escritório técnico das bancadas do Norte e Nordeste convidaram o engenheiro italiano Mário Ferracuti, um dos maiores especialistas em irrigação da época, para ministrar uma palestra aos parlamentares sobre a transposição das águas do São Francisco

para rios intermitentes – sazonais, que secam de tempo em tempo – da Bahia, Pernambuco, Ceará e Paraíba. Esse foi o primeiro estudo técnico avançado sobre a transposição a ser produzido. Fato que foi parar na edição de “O Cruzeiro” de 31 de março de 1958. O plano de Ferracuti consistia em irrigar uma área de um milhão de hectares por bombeamento-gravidade, se assemelhando em partes com o projeto atual.

Na onda das grandes obras durante a ditadura militar – no período entre os anos 60 e 70’s – o plano de transposição do Velho Chico foi colocado na agenda política de obras infraestruturais, mas não saiu do papel. Surge, aliás, no regime militar o termo “Rio da Integração Nacional”, que expressava a ideologia desenvolvimentista dominante na época. Em que se pensou a construção da Rodovia Transamazônica e da Usina de Belo Monte - obras de um tempo de “integração nacional”.

Já nos anos 80’s, o Departamento Nacional de Saneamento (DNOS) preparou em parceria com

um organismo norte-americano especializado em irrigação, solos e recursos hídricos – o United States of Reclamation, USBR – um estudo que estimava retirar até 15% da vazão natural do rio – número distante dos atuais 2,3 %.

Em 1994, esse estudo foi retomado e o percentual caiu para 7,5%. Entretanto, mais esse capítulo da história da transposição do São Francisco virou lenda. Depois de flutuar entre um das prioridades do governo de Fernando Henrique Cardoso no final do último século, a transposição foi engavetada. E essa gaveta foi reaberta no governo Luiz Inácio Lula da Silva, ressuscitando o polêmico e secular projeto de transposição das águas do Velho Chico.

O sono do Velho Chico

O SOL nasce e, no Rio São Francisco, trabalham pescadores, remeiros, vapozeiros, lavadeiras e agricultores de vazante. Às margens, meninos e meninas se sujam brincando de lama e tomam banho de rio. Nos arredores, pessoas e mercadorias circulam pelos portos.

Motoristas transportam mantimentos e estudantes, que pedem carona nas estradas empoeiradas. Elas são tomadas por caminhões, carretas, carros de boi, carroças, motos e jegues.

A sombra do sertanejo, regada na terra somente pelo seu suor, se perde diante do tamanho das plantações. E os poetas, nas praças e feiras, falam com os pássaros. Cheios de trejeitos e modos guturais. Os urubus e os gaviões, esperando a morte que se anuncia com a chegada da seca, descrevem círculos negros assustadores no céu, incandescente pelo sol inclemente que se levanta a pino.

A tarde cai, o tempo parece parar. A paisagem se petrifica como num quadro, a não ser quando uivam as monções vindas do nordeste, que anunciam o maior inimigo do homem - a seca. E o vento corta a pele enrugada do sertanejo, que, resignado e esperançoso, reza para que a estiagem chegue e logo se vá. Trazendo de volta à terra as chuvas e o verde dos campos.

Vem o crepúsculo e com ele a noite. Acendem-se inúmeros cigarros de “fumo de rolo”, ou fumo em corda, enrolados na palha do milho. Os músicos abraçam suas violas e começam a cantarolar. Até que um frio soturno, contrastante com o calor do dia, invade o sertão e leva precocemente à cama os ribeirinhos, que dormem tranquilamente. Enquanto os mais boêmios, pelos bares, jogam sinuca, dominó, baralho e tomam doses de Januária para esquentar.

Nesse momento, toda noite, o Velho Chico também descansa. Suas águas param de correr; as cachoeiras, silenciosas, não se precipitam; as corredeiras aquietam-se; os peixes acomodam-se nas profundezas; e toda a vida fluvial adormece. Não se pode acordar o Velho Chico. Nem beber de sua água, enquanto ele dorme. A Mãe D’água vem, em silêncio, pentear-se nas croas, faminta por um marinheiro carente e perdido. E é observada, de longe, pelo compadre Caboclo D’água.

Vai-se a madrugada e, antes

mesmo de o sol raiar, o Velho Chico desperta, sonolento. Os pescadores e agricultores de vazante empurram suas canoas rio adentro - vão trabalhar. E o sol reaparece atrás das serras, trazendo de novo o horizonte para o sertão. Lentamente, agitam-se os portos, o comércio, as estradas e as feiras. Os estudantes, empoeirados, pedem carona nas estradas. E as lavadeiras chegam às margens do Velho Chico, trazendo na cabeça as trouxas cheias de roupas, e nas mãos as crianças. Elas se sujam de lama e se banham nas águas do rio, observam os pescadores, os moços de barca e os vapozeiros, e, como lhes ensinou um amiguinho travesso, plantam bananeiras nas ribeiras do Velho Chico.







ESTAÇÃO SABIÁ



NESTA SEGUNDA-FEIRA (26) ÀS 16H

Black Mirror Law - O direito em tempos de neoliberalismo é resultado das reflexões do Grupo de Pesquisa "Direito e Cinema" vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, o grupo debateu episódios da série "Black Mirror" sempre trazendo autores referenciais para os encontros. Fruto desta atividade acadêmica, o livro reúne artigos que buscam identificar os impactos das novas tecnologias na sociedade, bem como suas formas de organização e regulação. Estes processos sociais atualizam alguns conflitos históricos que marcam a realidade, inaugurando novos desafios, exigindo um debate qualificado que seja sensível aos signos do tempo histórico atual, carregado de riscos e potencialidades emancipatórias.



REGINA ZAPPA COM
GISELE RICOBOM,
JULIANA NEUENSCHWANDER
& MANUEL GÁNDARA

DIREITO E CINEMA

DIREITO À VIDA E À LIBERDADE

ELTON LUIZ LEITE DE SOUZA

Em seu Artigo 5º, a Constituição Brasileira afirma “a igualdade de todos perante a lei”, e também garante “o direito à vida e à liberdade (...)”. Depois, no Inciso VI desse mesmo Artigo, a ideia de liberdade é desdobrada em “liberdade de consciência” e “liberdade religiosa”. Esse Inciso também protege o “exercício de culto e seu local”. Ou seja, a liberdade de consciência não é a mesma coisa que liberdade religiosa, pois a liberdade de consciência diz respeito ao âmbito ético, que pode ou não estar presente na consciência religiosa. E quando a Constituição fala em “local de culto”, ela evita usar os termos “templo” ou “igreja”, pois há religiosidades que se expressam em terreiros, não em templos ou igrejas, e os terreiros são lugares de culto tanto quanto templos e igrejas (“templo”: “casa onde mora o Deus”; “terreiro”: “terra ou chão onde o divino se manifesta”, inclusive cantando e dançando).

A Constituição fala em “liberdade religiosa”, ela não fala nesta ou naquela religião determinada como

superior às outras. E no Inciso VIII é defendida a “liberdade de convicção filosófica e política”. Convicção filosófica é uma “visão de mundo”: todas as visões de mundo são permitidas, incluindo o ateísmo, se for a convicção de uma pessoa no uso de sua liberdade. Já a liberdade de convicção política compreende todos os matizes do espectro político, do branco e azul liberal ao vermelho socialista/comunista, passando pelo preto com a letra “A” da bandeira anarquista. Só não há e nem pode haver liberdade para o fascismo, pois fascismo não é convicção política, fascismo é negação da política e da própria liberdade. Assim, querer negar e criminalizar uma determinada convicção política fere a própria norma que garante a liberdade e todas as suas faces políticas. E nenhuma liberdade é mais livre do que a outra, ou tem o direito de querer anular uma liberdade dela diferente, a não ser empregando a força dos tanques, rasgando a Constituição e cultuando a barbárie.

E o mais importante: o Artigo 19 estabelece que a União, os Estados, os Municípios e o Distrito

Federal não podem favorecer ou aparelhar uma igreja e colocá-la a seu serviço, buscando assim extrair mais valia teológico-política. O Estado não pode ser laico apenas em palavras, e na prática ser um poder teológico-político que favorece determinada igreja (e ao falar aqui em “igreja”, e não em “religiosidade”, a Constituição quer se referir à instituição religião enquanto forma de poder). A religião não pode ser o critério para alguém ser indicado como ministro do Supremo, advogado da União ou procurador da República. Isso também é uma forma de corrupção que nega a própria Constituição e a ameaça.



OS REITORES DA USP, UNICAMP E UNESP SE PRONUNCIARAM SOBRE A MUDANÇA NA DIREÇÃO DA CAPES. CONFIRA: COMUNICADO CRUESP Nº 05/2021

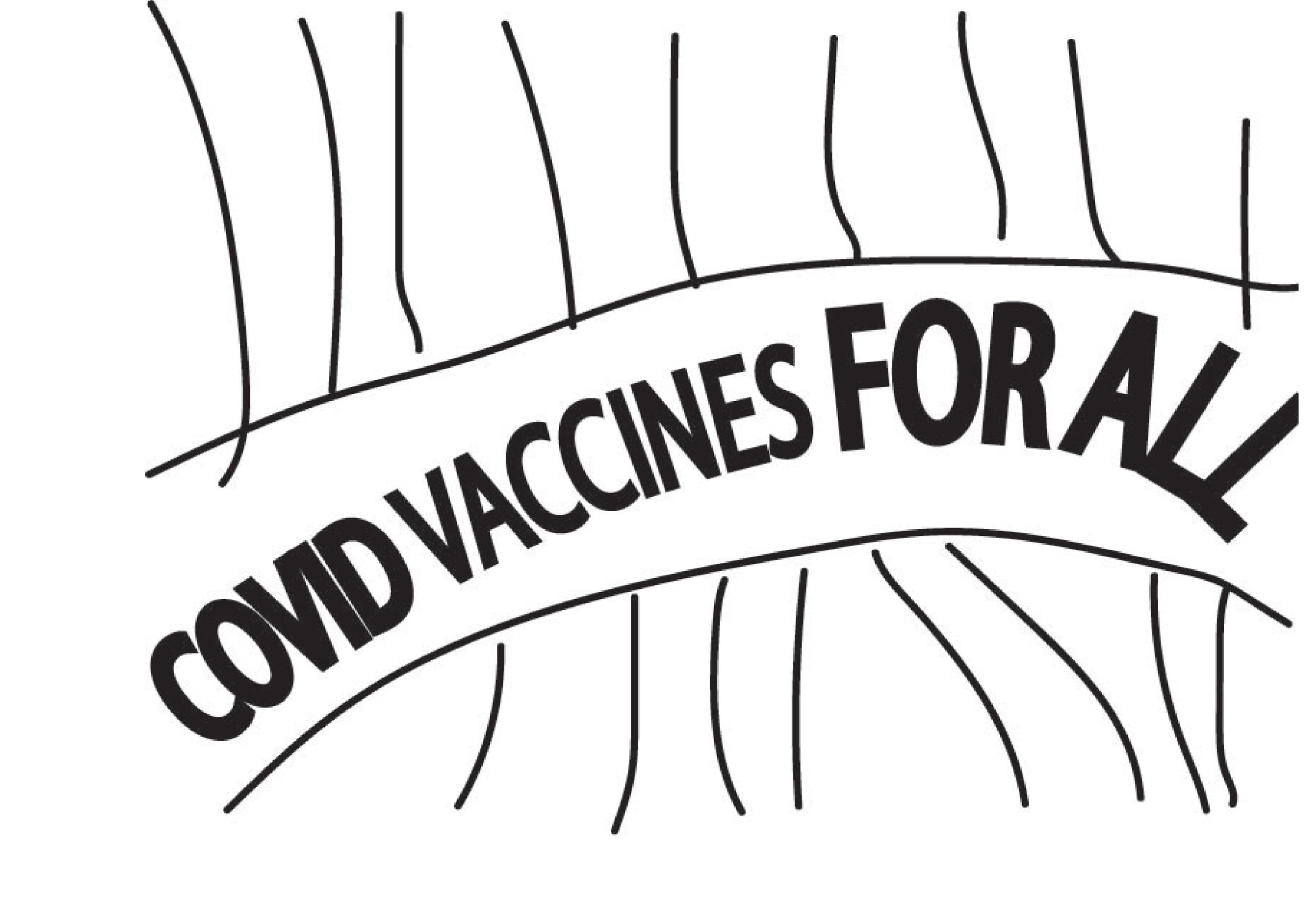
Manifestação dos reitores das Universidades Estaduais Paulistas São Paulo, 17 de abril de 2021. O Brasil é um dos poucos países latino-americanos com uma pós-graduação consolidada e com padrões internacionais de qualidade. As razões para isto são muitas, com especial destaque para duas iniciativas importantes e complementares que estruturaram a pesquisa no país: a criação do CNPq, como agência de fomento, e da Capes, como organizadora e avaliadora do sistema de Pós-Graduação brasileiro. A Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior, que iniciou suas atividades em 1952, tendo como seu primeiro presidente o professor Anísio Teixeira, tem um papel fulcral na pós-graduação brasileira. Mais especificamente, a partir da década de 1970, a Capes foi responsável por alavancar a pós-graduação, estimulando-a com fomento e bolsas, com a criação de cursos de mestrado e de doutorado e com a implantação de programas de formação de mestres e doutores

nas Universidades Federais e Estaduais e, mais recentemente, contribuindo, também, para a formação de professores do ensino básico. Esse ambicioso projeto consolidou a pós-graduação nas universidades brasileiras, levando o país a ser uma referência internacional na formação qualificada de mestres e doutores. Portanto, podemos afirmar, com certeza, que a Capes é a guardiã da qualidade da nossa pós-graduação. Se a Capes é a responsável pela consolidação da pós-graduação, o CNPq a complementa na pesquisa, com uma sinergia virtuosa que levou à consolidação da pesquisa nas universidades brasileiras e nos institutos de pesquisa, tornando este sistema mais preparado para a formação de profissionais competentes. É justamente por isto que, no momento atual, as universidades brasileiras estão sendo capazes de aportar soluções para os problemas causados pela pandemia da covid-19 e, para estas soluções, os pesquisadores têm papel fundamental, dentre eles, os alunos de mestrado e de doutorado vinculados aos programas de pós-graduação das universidades e dos institutos de pesquisa brasileiros.

Grandes nomes da ciência brasileira, conhecedores do sistema brasileiro de pós-graduação e do sistema brasileiro de ensino superior, público e privado, foram responsáveis pela elaboração de programas e projetos que buscam aperfeiçoar cada vez mais a pós-graduação. Conhecer em profundidade a realidade do ensino superior em nível nacional e internacional é o critério que qualifica o presidente da Capes, que gerencia ou irá gerenciar no futuro o amplo, complexo e diverso sistema de pós-graduação brasileiro. Um dirigente da Capes dialoga com os mais variados órgãos acadêmicos e da administração pública, diálogo este que se insere no contexto da busca de soluções para problemas complexos, principalmente neste momento crítico pelo qual passa o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Liderar este diálogo exige preparo, conhecimento profundo sobre o sistema e sobre o estágio da ciência brasileira, para que, a partir da complexidade do cenário atual, se definam as estratégias de futuro. O desenvolvimento científico e tecnológico do país

não permite improvisações e não admite mais descontinuidades, sob pena de enorme retrocesso que comprometerá seu futuro. As universidades estaduais paulistas têm uma atuação marcante na pós-graduação e, em 2019, responderam por 23% dos títulos de doutor outorgados no país. Mais ainda, são responsáveis pelo maior número de publicações per capita do país e por grande parte da ciência que o Brasil realiza. Estão entre as 1% das melhores universidades do mundo. Elas alimentam com pessoas bem formadas não somente institutos de pesquisa, universidades públicas e privadas, órgãos públicos, como também o setor privado, desenvolvendo a indústria, o agronegócio e o setor de comércio. Seus egressos criam empresas e contribuem para a formação da riqueza do país. A pesquisa e a pós-graduação são partes integrantes das suas atividades, que são nacional e internacionalmente reconhecidas. Por tudo isso, causa-nos preocupação as frequentes modificações na estrutura da Capes, em especial, as trocas de dirigente máximo desta instituição. Consideramos que esta

função não pode estar subordinada às diretivas de alinhamento político. Sua qualificação técnica, seu abrangente conhecimento sobre a pós-graduação e sobre o sistema de educação e seu currículo acadêmico devem ser os critérios predominantes na escolha de dirigentes deste tipo de órgão. A legitimidade para o diálogo institucional é pré-requisito para o sucesso das estratégias a serem definidas para qualificar e consolidar cada vez mais o sistema existente. Sem estes, como é o caso da presente nomeação, antevemos enormes dificuldades na gestão futura da Capes. E lamentamos profundamente que isto ocorra. Vahan Agopyan, reitor da USP (presidente do Cruesp) Marcelo Knobel, reitor da Unicamp Pasqual Barretti, reitor da Unesp Antônio J. A Meirelles, reitor nomeado da Unicamp



COVID VACCINES FOR ALL

JIM CROW, QUASE UM SÉCULO E MEIO DE RACISMO NOS ESTADOS UNIDOS

FREDERICO MORIARTY – Hipócrates desenvolveu a teoria dos humores. Para o pai da medicina, Humor era sinônimo de líquido. Seriam 4 os líquidos do nosso corpo, o equilíbrio ou a falta deste indicam a saúde ou a doença. Os líquidos são o sangue, a fleuma, a bile amarela e a bile negra. Cada um deles representam um estado de espírito. Temos o racional ou sanguíneo, o fleumático, o melancólico e o colérico.

Dührer pintou os 4 apóstolos como os humores. São João (melancólico), São Pedro (racional), São Paulo (colérico) e São Marcos (fleumático)

A teoria, aprofundada por Galeno, predominou na medicina ocidental até o século XVII. Sobrou o conceito atual de Humor, como o estado de espírito que em geral é associado à felicidade.

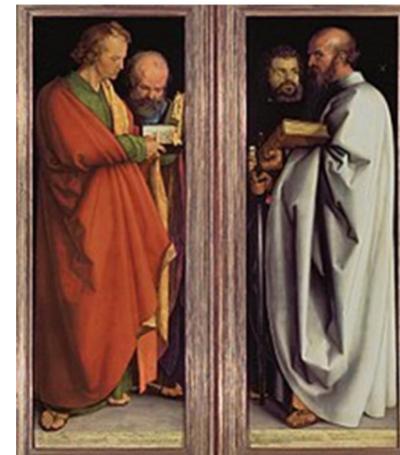
humor judaico

Humor virou profissão. Duas formas de humor são respeitáveis: o humor de conotação política e o

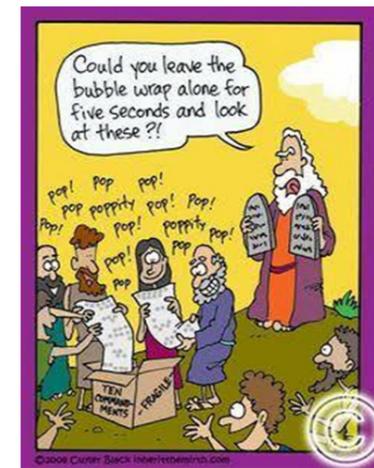


humor judaico. Sempre alicerçados em jogos de palavras ironias, capacidade de rir de si mesmo e profundo desrespeito a autoridade. Humoristas judeus como Jerry Seinfeld e Woody Allen ou políticos como Chaplin e sua caricatura do homem mais poderoso do século XX, Adolf Hitler. Um humor que nos faz sorrir abalando nossas certezas. Mas, infelizmente, uma forma de humor ainda popular é

a zombaria ou chiste, como queria Freud. A Zombaria é a inferiorização de uma pessoa ou grupo minoritário. Por meio de humilhações, macaquices, exageros de defeitos que só existem na cabeça de pessoas preconceituosas, a zombaria tem como função central desprezear e exagerar, expor ao ridículo alguém ou um grupo. A plateia ri da violência psicológica disfarçada de arte pelo simples motivo de que



Dührer pintou os 4 apóstolos como os humores. São João (melancólico), São Pedro (racional), São Paulo (colérico) e São Marcos (fleumático)



humor judaico

concorda com o que vê. Alguém que zomba de um homossexual macaqueando trejeitos, conta com o riso largo de uma plateia homofóbica. Assim, negros, judeus, índios, mulheres, homossexuais, pobres ou qualquer outro grupo minoritário é mutilado aos poucos por espectadores que têm medo do sangue alheio. Talvez o maior símbolo da zombaria foi Jesus Cristo. No caminho da crucificação ele sofreu três grandes ciclos de zombaria. O primeiro acontece quando ele começa a carregar a Cruz. Judeus, romanos e gentios gritam pilhérias, cospem, chutam e chicoteiam Jesus. Num segundo momento são os soldados romanos que além de xingá-lo, cuspirem em

seu rosto e trazem vestes púrpuras. Cor da realeza. ” Não és rei?” Perguntam-lhe com bazófia. Na cruz, mais uma vez todos se juntam na humilhação. ” Desces daí, tu não és o filho de Deus?”. ” Perdoa pai, eles não sabem o que fazem”, numa última súplica divina Jesus reafirma a que veio e qual o reino quer ver imperar.

Cena de ” O grande ditador” de Chaplin. Humor político

Thomas D.Rice era algum tipo de ator fracassado. Uma pessoa sem caráter e sucesso. Nas suas andanças pelas fazendas escravistas do Sul norte-americano, na década de 1830, ele encontrou seu caminho: Subia nos palcos e punha-se a

cantar num inglês cheio de erros e propositalmente com trejeitos animais. Passava uma hora demonstrando ser ignorante, vagabundo, idiota e simplório. Vestia roupas esfarrapadas e sapatos invertidos. Os espectadores que lotavam os teatros morriam de rir do começo ao fim. Mas porquê riam? Porque Rice acrescentou um detalhe ao personagem: rosto, pescoço, corpo, braços e mãos eram pintados com tinta preta, a denominada Black Face. Rice criara um personagem que tratava o negro como imbecil e animalesco. Nascia das profundezas da sordidez humana o caricato Jim Crow. Um escravo negro que se assemelhava a um corvo.



Cena de "O grande ditador" de Chaplin



Fonte: site Geledés

Fonte: site Geledés
 Jim Crow virou um símbolo de como a sociedade americana enxergava seus afrodescendentes. Tornou-se uma alegoria tão forte que em 1880 foram aprovadas uma miríade de leis segregacionistas pelo país, principalmente no Sul. As leis ficaram conhecidas como "Jim Crow Laws". Voltando um pouco, até a Abolição (1863), existiam dezenas de estados segregacionistas nos EUA. Era o "Black Code". Com a 13ª emenda (a que garantiu a liberdade aos negros) e a 14ª emenda (que proibia o estado de impor qualquer tipo de cerceamento a liberdade da pessoa), não havia mais espaço para a segregação racial. Só que a Suprema Corte estadunidense resolveu ter uma interpretação esdrúxula da 14ª Emenda. Segundo ela, quando o legislador falou "pessoa" ele se referia a pessoa jurídica, a empresa ou corporação como dizem os americanos. Ou seja, o estado não pode impor nenhuma restrição à atividade econômica. A corte de justiça transformou um direito fundamental do cidadão numa garantia do *laissez faire* das empresas. Foi o que bastou

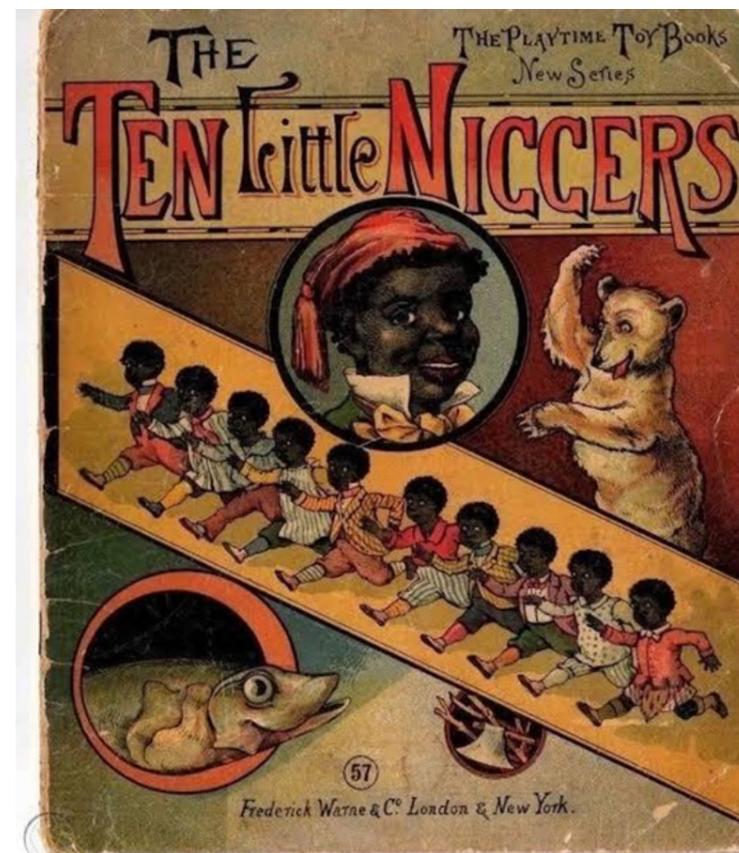
para a Klu Klux Klan (KKK) justificar sua existência e para diversos estados do Sul aprovarem leis proibindo casamento interracial, proibindo negros de entrar num teatro, num cinema, etc, afinal agora quem define o funcionamento do negócio é seu proprietário. Caso um teatro decida proibir a entrada de um negro, tal direito pertence à liberdade da pessoa (jurídica) contra o Estado. Rice fez emergir o monstro em 1836, cinco décadas depois sua criatura deu nome às leis racistas em estados norte-americanos. Jim Crow estava na alma daquela comunidade.

Jim Crow abriu espaço para toda uma sub-cultura racista. Muitos artistas o interpretavam pelo país. Um estilo musical, aparentemente para crianças, surgiu: o Minstrel. As letras se formam de repetições, em geral cantadas em sentido decrescente, testando a paciência e a memória do ouvinte. Exemplo:

"5 elefantes subiram num bote/ veio a onda e bote virou/ 1 elefante caiu e ficaram 4 elefantes num bote..."

O primeiro sucesso do gênero

foi "Ten little niggers". Posteriormente alterado para "indians" devido ao racismo explícito da letra e finalmente o "monkeys", "soldiers", "fingers" atuais.



Reproduzo o minstrel abaixo:

Ten little nigger boys went out to dine
 One choked his little self, and then there were nine.
 Nine little nigger boys sat up very late
 One overslept himself, and then there were eight.
 Eight little nigger boys traveling in Devon
 One said he'd stay there, and then there were seven.
 Seven little nigger boys chopping up sticks
 One chopped himself in half, and then there were six.
 Six little nigger boys playing with a hive
 A bumble-bee stung one, and then there were five.

Five little nigger boys going in for law
 One got in chancery, and then there were four.
 Four little nigger boys going out to sea
 A red herring swallowed one, and then there were three.
 Three little nigger boys walking in the zoo
 A big bear hugged one, and then there were two.
 Two little nigger boys sitting in the sun
 One got frizzled up, and then there was one.
 One little nigger boy living all alone
 He went and hanged himself and then there were none.

Tradução aproximada:

"Dez negrinhos saíram para jantar
 Um sufocou a si mesmo e então havia nove.
 Nove negrinhos sentaram-se até tarde
 Um dormiu demais e depois havia oito.
 Oito negrinhos viajando em Devon
 Um disse que ficaria lá, e então havia sete.

Sete negrinhos cortando gravetos
 Um se partiu ao meio e depois havia seis.
 Seis negrinhos brincando com uma colmeia
 Uma abelha picou um, e depois havia cinco.
 Cinco negrinhos indo para a advocacia
 Um entrou na chancelaria e depois havia quatro.
 Quatro negrinhos indo para o mar
 Um arenque vermelho engoliu um, e então havia três.
 Três negrinhos caminhando no zoológico
 Um grande urso abraçou um, e então havia dois.
 Dois negrinhos sentados ao sol
 Um ficou torrado e depois havia apenas um
 Um negrinho morando sozinho
 Ele foi e se enforcou e depois não houve nenhum."
 A música "infantil" brinca com a morte dum "little niger" por sufocamento, vagabundagem, torrado de sol ou mesmo se suicidando. Racismo é pouco para a terra de Jim Crow.
 Surgiram os "minstrel shows", apresentações teatrais em 3 atos.

No primeiro ato era o próprio Jim Crow. No segundo ato havia muita música cantada, em geral, por 5 atores brancos com suas "Black Faces". Terminava o terceiro ato com zombarias sem fim aos negros. A plateia entrava em delírio. A "Black Face" permaneceu no cinema até 1953. O premiadíssimo O cantor de jazz (1927), primeiro filme falado, tinha Al Jonson de cara pintada.

Jim Crow criou sub-tipos como o sucesso da história de "The little black Sambo", contando a história de um menino e seus pais no meio de uma floresta selvagem. Derrotados os perigos, a família se dedica a comer panquecas. O pequeno Sambo come 89 de uma vez. Aparece a Tia Jemama e corvos são utilizados pela Disney.

fazedora de panquecas. Tia Jemima.

Nem Pernalonga escapou do racismo. Nesta passagem abaixo, ele dialoga e como sempre, menospreza um oponente negro, com os traços claramente exagerados.



Nessa outra passagem, Pernalonga é explícito. Ele e Gaguinho são cantores de um "minstrel show", com os tradicionais 5 cantores. Bugs Bunny pinta o rosto, assim como Gaguinho. A Black Face num inocente desenho. Pobre crianças que sequer perceberam isso.



Um dos melhores romances de Agatha Christie foi traduzido em vários países com o título de "O caso dos dez negrinhos". Na trama (a preferida de Moriarty), dez pessoas diferentes recebem um mesmo convite para passar um fim de semana na remota Ilha do Soldado. Na primeira noite, após o jantar, elas ouvem uma voz acusando cada uma de um crime oculto cometido no passado. Mortes inexplicáveis e inescapáveis então se sucedem. E a cada convidado eliminado, também desaparece um dos soldadinhos que enfeitam a mesa de jantar. Quem poderia saber dos dez crimes distintos? Quem se arvoraria em seu juiz e carrasco? Como escapar da próxima execução? São perguntas que a mestre do suspense nos impõe. A história do livro segue o movimento de um "minstrel", talvez por isso o título original ser "ten little niggers".

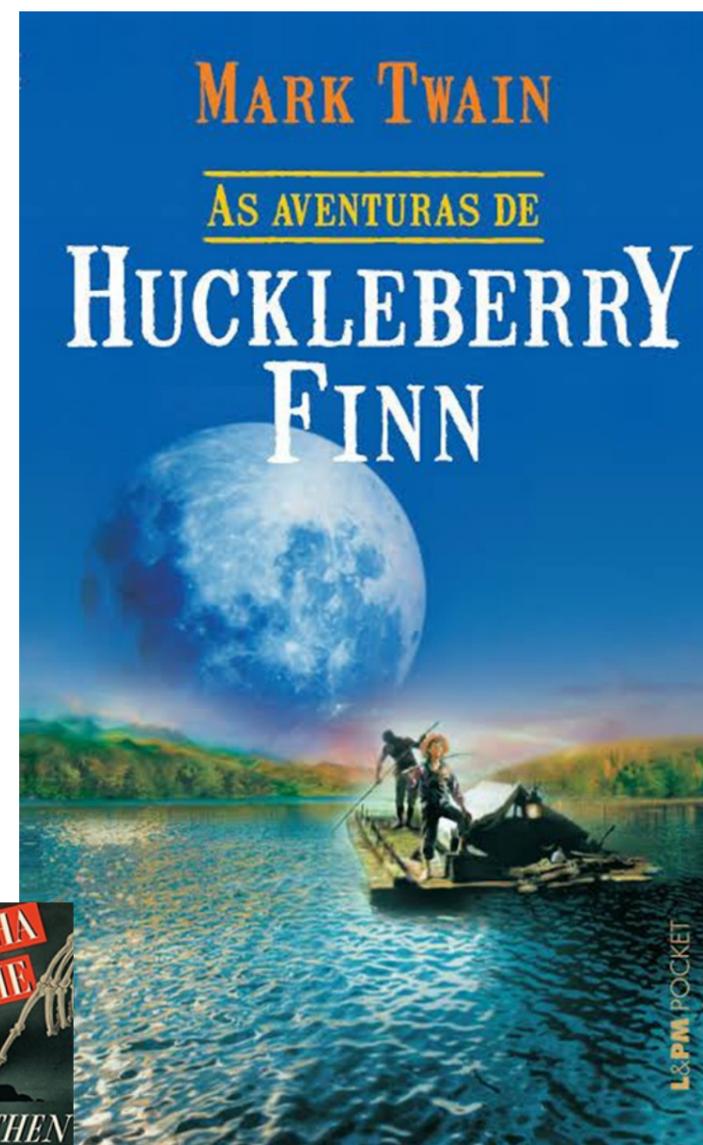
No Brasil, atualmente, o livro é vendido com o título "E não restou nenhum". Quase todos os países europeus também alteraram o título.

As três capas do melhor romance de Agatha Christie



Lembram-se do simpático elefantinho Dumbo da Disney? Numa das cenas ele sofre com o ataque de corvos. Os exageros, a zombaria, o linguajar, o charuto, tudo lembra o racismo. O líder da gangue tem o simpático nome de Jim. A alusão a Jim Crow é tão descarada que ao lançar seu streaming ano passado, os estúdios Disney retiraram a cena do filme disponibilizado online.

Mesmo um escritor intelectual como Mark Twain tem seus deslizes. Em Aventuras de Huckleberry Finn, quando os meninos Huck e Jim encontram os negros, a descrição dos traços dos ex-escravos beira ao escárnio.



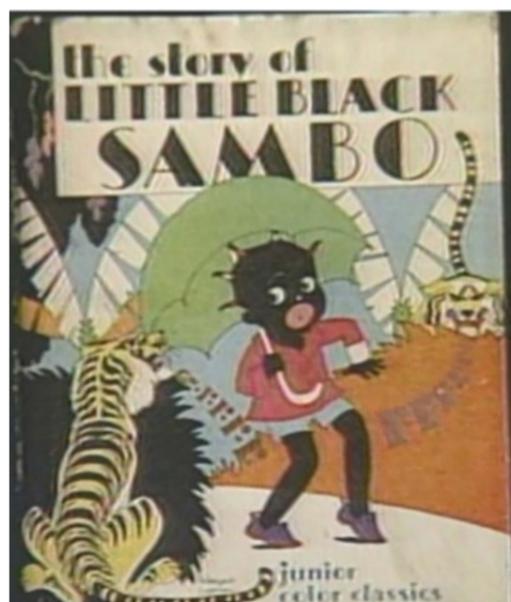
A liberdade ao escárnio, humilhação, pilhérias e zombarias aos afrodescendentes começa a ruir com a nova luta pelos direitos civis iniciadas nos Estados Unidos em 1955. Rosa Parks era costureira em Montgomery (Alabama). Os ônibus reservavam as primeiras filas de assentos para os brancos e as últimas para os negros. No centro, qualquer um podia se sentar, mas se um branco ficasse de pé, tinha preferência. Parks estava em um desses assentos, e quando em um ponto próximo de um teatro um bom número de brancos subiu ao ônibus, o motorista pediu que ela se levantasse. Ela respondeu: "Não". "Bem, então vou fazer com que a prendam", disse o motorista, James Blake. "Pode fazer isso", ela acrescentou, e acabou na cadeia. Aí começou o famoso boicote dos negros aos ônibus da cidade, um grande problema financeiro, porque eram os principais usuários. O boicote ganhou o país. Rosa uniu-se a Martin Luther King e levaram o conflito a Suprema Corte. Dez anos depois, as leis segregacionistas foram consideradas

inconstitucionais. A 14º emenda voltava ao seu original e entrava em vigor a "lei dos direitos civis". Negros americanos podem casar com brancos, podem frequentar universidades, frequentar teatros, parques, jogos, ter a igualdade formal da lei. O racismo estrutural continua firme, vide o brutal assas-



sinato de George Floyd.

Rosa Parks sendo presa. A zombaria contra Jim Crow durou quase 150 anos. As humilhações impostas aos afrodescendentes são o outro lado da alegoria criada pelo personagem. O racismo é parte da cultura norte-americana, está enraizado nas entranhas da Nação. Sorte nossa viver no Brasil, terra da dissimulação, em que negamos o preconceito e o racismo. Aqui temos o Carnaval, onde o negro vira rei e o senhor seu escravo.



Jim Crow ganhou uma companheira. Uma doméstica negra



gacionistas foram consideradas

DIZER SIM À HISTÓRIA: MARGARETH RAGO E AS MARCAS DA PANTERA

Varlei Couto - Doutorando em História pela UNICAMP - varrodrigo@hotmail.com

Fábio Gesueli - Doutorando em História pela UNICAMP - fabiogesueli@gmail.com

As marcas da pantera: percursos de uma historiadora (Intermeios, 2020) é o mais recente livro publicado pela historiadora Margareth Rago, que é professora titular-aposentada do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, onde continua atuando como colaboradora. O livro, que agora apresentamos aos leitores e leitoras, reúne uma série de textos produzidos por Rago entre os anos de 1993 e 2020.

Antes, porém, de tratarmos especificamente sobre o livro, vale aqui fazer uma breve explicação sobre o título. Para isso, é preciso trazer Michel Foucault (1926-1984) à cena. A autora teve contato com esse filósofo-historiador francês na década de 1970, quando cursava filosofia na Universidade de São Paulo. O encontro foi avassalador. Podemos afirmar que toda a sua produção historiográfica, desde seu primeiro livro, intitulado *O que é o taylorismo* (Brasiliense, 1984), publicado em co-autoria com Eduardo Moreira, até suas mais recentes

problematizações sobre o neoliberalismo, foi e tem sido marcada pela presença de Michel Foucault.

Mas e a pantera? A pantera é um animal misterioso, feroz e valente. Quando aparece, sua presença produz marcas permanentes. No ritual xamânico, é ligada à ideia de renascimento, simbolizando realidades alternativas e novas saídas. Na trajetória acadêmica de Margareth Rago a pantera simboliza Michel Foucault. Seu pensamento, sempre atento às questões do presente, possibilitou que a autora, a partir da década de 1980, pensasse diferentemente a História, trincando até então os sólidos cristais que estruturavam a operação historiográfica brasileira.

Feito este prólogo, falemos do livro, que está dividido em seis blocos temáticos que abordam os principais assuntos problematizados pela autora ao longo de seu percurso acadêmico e de vida. Todos eles, não nos esqueçamos, marcados pelo pensamento foucaultiano.

No primeiro bloco “Foucault e a História: deslocamentos e rupturas”, a autora discute o impacto que



CAROL GAMA, APPASSIONATA (1943)

Michel Foucault causou entre os historiadores, mostrando como suas análises alteraram radicalmente o fazer historiográfico brasileiro em três momentos distintos: a conceitualização de poder como positividade; a crítica à figura de sujeito, que emerge na Modernidade, sujeito agenciador da história; e os diferentes modos de subjetivação.

As análises de Foucault apontam para uma história genealógica, isto é, que recusa as quimeras da origem e a linha das continuidades. O historiador deve estar atento ao descontínuo, às paradas abruptas, aos choques múltiplos, entendendo o sujeito não como senhor da história, mas efeito de relações de poder e de saberes que os institui e os constitui. Obviamente, como explica Rago, Foucault não está negando as resistências ou a combatividade históricas. Não se trata disso: “seu problema é dissolver uma representação do homem como sujeito unitário consciente (...) para Foucault, somos efeitos mais do que produtores” (p. 24). É a pantera abrindo caminhos, suscitando o pensamento, descortinando novas saídas afinal, “se podemos refazer

nossas construções subjetivas, se nada é porque é em função de uma natureza primeira, de uma essência preexistente e oculta no fundo das coisas e do próprio eu, se somos culturalmente construídos e se tudo é histórico, então podemos ser outros e, socialmente, podemos criar novos mundos, novos imaginários e novas relações sociais” (p. 64).

A desconstrução das evidências e a implosão das essências, tidas por um longo tempo como naturais, é levada à cabo pela autora em “Gêneros e Feminismos”, segundo bloco do livro. Nele, Margareth Rago faz uma genealogia dos movimentos feministas e da entrada do conceito de gênero no Brasil, a partir da década de 1990. Num país estruturalmente machista e misógino ela questiona, por exemplo, a não valorização dos feminismos, mesmo diante da entrada maciça das mulheres na esfera pública, isto é, num contexto de “feminização da cultura” (p. 114).

Os feminismos, bem como a categoria de gênero, expõem as diferenças entre mulheres e homens como sendo clivagens biológicas, construídas em meio a um

pensamento binário e sexista que inferioriza e esvazia o feminino em leituras hierarquizadoras e excludentes. Nesse sentido, a autora mergulha na história a fim de “perceber como esta tradição de pensamento se constituiu historicamente” (p. 125) para, a partir disso, tentar demolir tal pensamento dando visibilidade histórica a sujeitos que ao longo da vida se posicionaram de maneira distinta e potente diante do mundo. Aqui ela convida o leitor a conhecer as experiências de vida de mulheres como Gabriela Leite, Amelinha Teles, Ivone Gebara, Criméia de Almeida, mulheres que colocaram em prática “a coragem feminina da verdade”, que em tempos sombrios enfrentaram o real como verdadeiras máquinas de guerra contra os conservadorismos, autoritarismos e até mesmo a morte, em tempos de ditadura militar.

No terceiro bloco, “Anarquismo e crítica do presente”, Rago traz à luz de suas análises a questão do movimento anarquista, anarcofeminista e a crítica do presente. A luz que a autora joga nesses movimentos e naquilo que ela denomina como o “aguçado instrumental

analítico” (p. 230) de cada uma dessas experiências históricas, nos possibilita um espaço de construção para novas práticas de liberdade e experiências de subjetivação. Os diálogos com a autora italiana e militante anarquista Luce Fabbri, as leituras e as entrevistas relacionadas ao grupo anarcofeminista espanhol *Mujeres Libres* e a análise do feminismo dentro da obra da anarquista brasileira e educadora libertária Maria Lacerda de Moura, revelam o potencial do feminismo e do anarquismo como um movimento crítico perante uma sociedade racista, misógina, homofóbica e classista. Uma análise dos caminhos políticos e éticos construídos a partir da memória desses movimentos e de suas integrantes, evidenciam as lutas em torno dos macro e micropoderes, dos governos totalitários e das problemáticas de gênero numa sociedade patriarcal. O reavivamento realizado nas memórias de Luce Fabbri, Federica Montseny, Lucía Sanchez Saornil, Mercedes Comaposada, Maria Lacerda de Moura e diversas outras mulheres



objetivam construir um movimento contra o apagamento de suas lutas.

A elaboração de um minucioso trabalho acerca da investigação da memória faz com que Rago demonstre a importância da história vista a partir de uma ótica que enfatiza os enfrentamentos aos jogos de poder, possibilitando, assim, uma preservação das memórias de resistência. A possibilidade de resgate dessas memórias ativa uma perspectiva que amplia as experiências positivas do passado, numa perspectiva não apenas de negatividade em relação às sujeições ao poder. A autora ratifica um compromisso

com criações inventivas de novas formas de existência.

Sabemos muito sobre os males da sociedade, suas histórias de guerra, terror e sangue, mas poucos sabemos sobre as histórias de alegria, paz e enfrentamento às banalidades da sujeição e do narcisismo. Os diálogos e as pesquisas realizadas por Rago constituem uma luta contra o esquecimento. A história pode ser um instrumento que, numa inspiração benjaminiana da compreensão dos processos históricos, preserva a memória que seria excluída pelos discursos dos dominantes, daqueles que, supostamente,

CINDY SHERMAN, UNTITLED #250
(1992)

colocam-se como os vencedores da história. Assim, pensarmos nossas próprias dimensões por um reavivar dessas mulheres e seus anarquismos, proporciona uma ampliação das consciências que temos sobre nós. Dessa forma, “a história estaria a serviço da memória” (RAGO, p. 190).

“Foucault, a sexualidade e a cidade” é o quarto bloco do livro, bloco esse que trata de uma dimensão capital no pensamento da autora. Sob as marcas da pantera, suas discussões sobre sexualidade, prazer, erotismo e prostituição são bem conhecidas. Entre a dessexualização ou a ressexualização da vida social para onde caminham o desejo e o prazer no contexto de um mundo globalizado, cada vez mais fluido e conectado com novas maneiras de experimentar o sexo e o prazer? Na modernidade, que lugar ocupa o erotismo na nova cartografia corporal da cidade? Atenta ao presente e às modificações no imaginário sexual, a autora, para diagnosticar uma “nova maneira de pensar a dimensão da subjetividade e da sexualidade” (p. 266), volta

ao passado para desemaranhar as teias discursivas da ciência médica e do discurso religioso que confinaram e patologizaram, por exemplo, o corpo da prostituta ou da africana Sarah Baartman (a *Vênus Hotentote*).

No quinto bloco, intitulado “Neoliberalismo, subjetividade e contracondutas”, Rago se atém ao movimento de análise da governamentalidade liberal e neoliberal iniciado por Foucault em seu curso *Nascimento da biopolítica*. Dentre a proliferação das artes de governar a partir da governamentalização do Estado, a perspectiva neoliberal almeja instituir um domínio das mais amplas instâncias do cotidiano, sujeitando mulheres e homens na integralidade de sua vida. A intenção dessa nova forma de racionalidade governamental e de seu governo das condutas baseia-se na estimulação de sujeitos que se tornem extremamente produtivos. O objetivo é que cada um, individualmente, aja de forma que sua ação propicie um “bem” para a instância do suposto “Mercado”. Na esteira de Foucault e suas formulações sobre as técnicas de governamentalidade

neoliberais, Rago mostra, por exemplo, como o “cartão de crédito do Bolsa Família” (p. 408) ser destinado às mulheres chefes do núcleo familiar, gera um reflexo na ideia de capital humano, um dos sustentáculos da racionalidade empresarial proposta pelo neoliberalismo. Não só na dimensão do capital humano os reflexos acontecem, mas também, na produção de subjetividades femininas e nas possibilidades de práticas de liberdade e novas formas de existência.

Um tema importante ao feminismo é fortemente capturado pela ótica de subjetivação neoliberal: a autonomia das mulheres. Com os avanços e direitos conquistados pelas lutas feministas nos últimos anos, a mulher passou a ser vista como um “novo sujeito feminino neoliberal”. Assim, essa possibilidade de “autonomia”, instrumentalizada por um viés do empresariamento, faz com que as mulheres, sendo também sujeitos de consumo, tenham demandas próprias que serão fornecidas por específicos nichos que contam com uma infinidade de opções para escolha de compra. Nesse sentido,

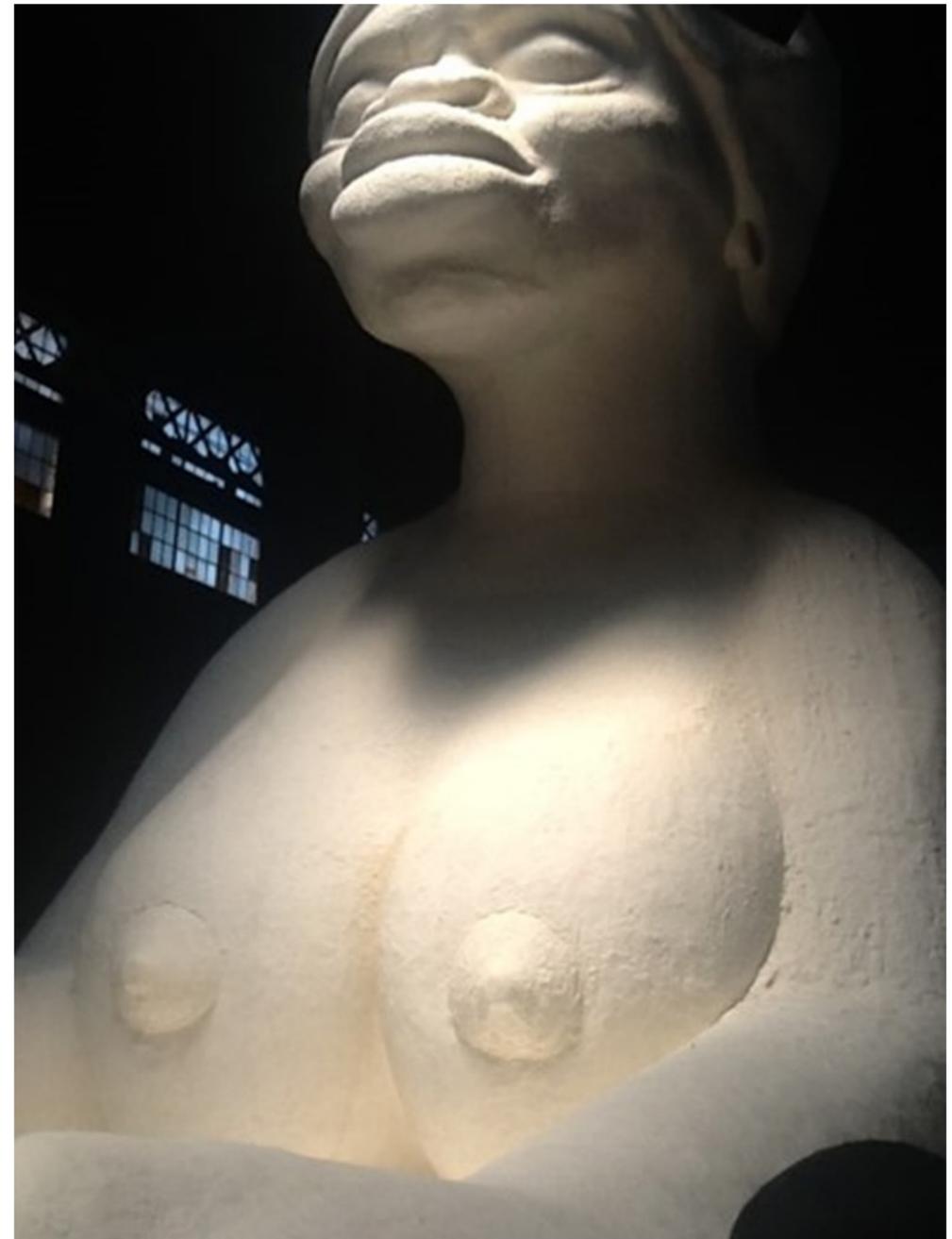
essa autonomia pode ser considerada falsa. A governamentalidade neoliberal e suas técnicas de poder faz com que “ao mesmo tempo em que o feminismo produzia uma revolução cultural [...] suas bandeiras eram apropriadas pela racionalidade neoliberal, acentuado a competição e indo na contramão dos ideais feministas da sociedade justa e solidária” (p. 417). Dessa forma, revela-se a importância das lutas feministas contra o modelo de governo econômico e de condutas compatíveis com a construção de um mundo filógeno que almeja maiores níveis de igualdade, sensibilidade e justiça. A crítica feminista abre possibilidade para que possamos “viver diferentemente o tempo”, objetivando práticas de experimentação e de emancipação que são construídas por novas vias políticas. Para Rago, devemos valorizar a amizade entre as mulheres, a noção de sororidade, os círculos de apoio femininos que resgatam, a partir do cuidado, àquelas marginalizadas pelo trabalho não remunerado, “[...] assim como a experiência ancestral de cooperação e solidariedade, de

vida comunitária, de proteção ao bem comum” (p. 426).

O último bloco de textos de *As marcas da pantera* carrega o título “A arte feminista e a crítica da cultura”. A partir das obras e análise de artistas feministas como Cindy Sherman, Kara Walker e Carol Rama, Rago percorre um trajeto que viabiliza uma face crítica à cultura e suas formulações acerca das mulheres e das dimensões do feminino. A produção irônica e pictórica encontrada nessas artistas dessubjetiva os padrões normativos da construção misógina da subjetividade feminina e suas representações artísticas e visuais. O repositório de nosso imaginário cultural é denunciado e desafiado pela produção da arte feminista, que atualiza as possibilidades de atuação em novas formas de dimensões políticas e éticas. Nas palavras de Rago, “a arte aparece como uma forma de crítica à cultura, de denúncia das formas de exclusão social e de confinamento e opressão das mulheres em determinadas identidades e papéis sociais”. (p. 418).

* * *

É uma tarefa impossível



KARA WALKER, FOTO POR MARINA RAGO (2014)



Edgard Leuenroth, Luce Fabbri, Bibi, Aeroporto de Congonhas, 1945

condensar em poucas páginas o pensamento de Margareth Rago, coligidos neste livro que procuramos apresentar. O que tentamos fazer foi dar sugestões de leitura, pistas mesmo a fim de inspirar o leitor a se aventurar pelo pensamento de uma historiadora que corta a golpes de espada o presente.

As marcas da pantera não é um livro que encerra ou finaliza um percurso. Muito pelo contrário, ele é como um barco localizado nos interstícios do oceano, onde a linha do horizonte, sem contornos, incita novos rumos, novas travessias, novos percursos. Sobre a metáfora do barco, Michel Foucault alertou que uma civilização sem barcos está sujeita a se desvanecer. Nela, a aventura cede lugar à espionagem e a beleza ensolarada dos corsários perde espaço para a truculência dos policiais. Nada mais atual!

Avisamos: é impossível sair incólume ao pensamento de Margareth Rago, que diz sim à história e à existência, sempre com um sorriso

ensolarado. Com ela aprendemos que por mais tarde que possa parecer ser, nunca é tarde demais para apostar num mundo filógino, anárquico, erótico e aberto, a si mesmo e ao outro. Ler Margareth Rago é como se colocar à deriva, num livro-barco que rasga a imensidão do pensamento. Esperamos que o leitor, assim como nós, também vibre e seja afetado diante dessa leitura e de seu des-obra-mento.

RAGO, Margareth. *As marcas da pantera: percursos de uma historiadora*. São Paulo: Intermeios, 2020. 516 p.



Olga, neta da Luce Fabbri e Margareth Rago



O DIA
QUE A TERRA
PAROU

#COVID

Ter forçosamente uma máscara no rosto tem mudado a forma como estamos vendo nossa casa, nosso bairro, a rua, os lugares e outras pessoas. “Como é essa sensação de olhar o mundo com uma máscara?”. Esta pergunta foi o que me instigou a começar a produzir a série fotográfica “De máscara”.

Joyce Cury é fotógrafa há 16 anos, realizadora audiovisual e professora de Produção Audiovisual na Fatec Jundiaí. Mestre em Imagem e Som pela UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da UFSCar, onde desenvolve uma pesquisa em torno das ações culturais das lojas Fotóptica entre os anos 1950 e 1990.

JOYCE CURY

SACOLÃO BELLA VISTA

Coronavírus:

Evite aglomerações

Prezados IDOSOS

Façam sua compra

Preferencialmente

das 7:00 às 9:00hs





EXTRAÇÃO
MUCADELA
PEDICO
1000
FÁCIL DE USAR

São Joaquim



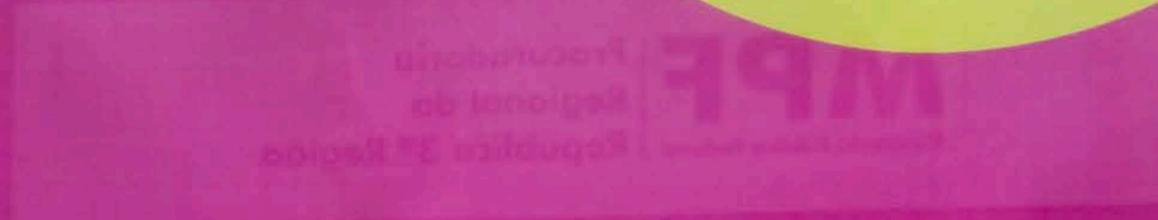
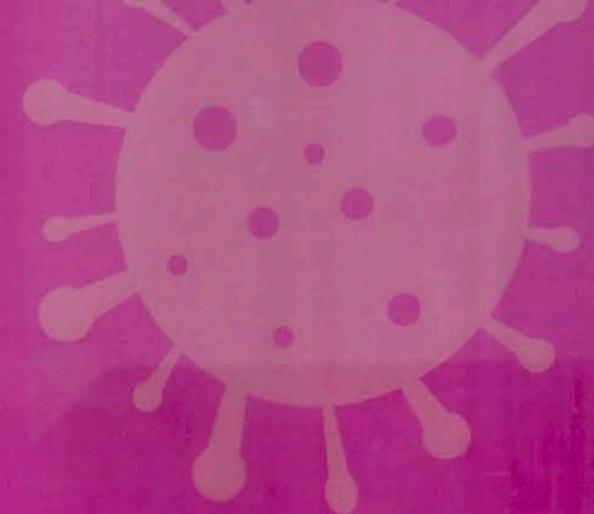
COMPRE
ONLINE

555

Mantença
Serviço de Limpeza

500





MANTENHA SUAS MÃOS LONGE DO NARIZ, BOCA E OLHOS.

Evite ao máximo tocar as mucosas e nos olhos;
Evite a contaminação.

71

71

Defenda
o
SUS





ALTERNÂNCIA, ANTENA PINEAL, UM DIÁLOGO SOBRE A EDUCAÇÃO PEDAGÓGICA ENTRE MOTIVOS COTIDIANOS

VITO ANTONIO ANTICO WIRGUES

Alternância, antena pineal, um diálogo sobre a educação pedagógica entre motivos cotidianos

Vito Antonio Antico Wirgues

A relação alternativa de movimentação do mundo pelos campos sociais faz-se pelo próprio movimento das especificidades coisificadas por uma coisa-mesma, o próprio campo social, pelo mesmo objeto teórico à procura em pesquisa do experimento de mundo, da poesia, da vida, do valor trabalho, do sangue nos olhos diante à existência. O que se pode, também, pela mesma coisa-atrás-de-coisa em expansão pedagógica contínua, no caricato fluxo sanguíneo do cotidiano.

Posso dizê-los a mesma coisa de duas outras formas: os movimentos alternativos que ecoam a sociedade são aforismos fractais de uma pedagogia textual dos deslocamentos da própria filosofia-cultural e cotidiana em atuação; ou, colocados de outro modo: a pedagogia está fora da escola e a escolarização se dá por meio das ruas em suas relações infinitas à quem se permite, de

contato corpóreo, à mesma. Ditamos a isso, o movimento social de uma sociedade – num sentido cosmogônico paradoxal entre o movimento da palavra e o presente de uma ambientação popular.

Todo movimento da palavra como código social constrói-se através da linguagem sensória de captação pineal reativo-variável ao mundo que à palavra contém, ou seja, toda palavra possui um mundo presente a partir de uma genealogia passada e uma arqueologia futura. Dialogia corporal com os sentidos poéticos, do eu-para-o-mundo. É mais ao trecho musical afetivo do compositor, Murica, em seu rap, do que o colóquio processual da produtividade retórica-escolar de um fordismo burocrático. Assim, oremos ao sentimento profano da melodia: “Alguém diz ao poeta que a intenção é mais que o texto, fiel, o coração é mais que o terço” (Música: Liberdade Perpétua).

E a propósito, sobre a questão autônoma da existência pedagógica e dos saberes de conhecimentos constantemente sumarizados, indicados, ocultados e esquematizados à função para a falta funcional de

um saber reprodutivo, fazemos-nos, em favor às individualidades, a atividade geradora de duas espécies pedagógicas em questão: o ignorante sapiente da turris eburnea, que nós atuamos – à farsa – o entendimento e a moral das palavras proferidas pelo mesmo – como quem diz sapientia à paciência –, e aqueles instruídos por uma semântica capacitada e produtora de um modelo conteudista da forma, sem – ou com; pois o problema aqui está justamente à possibilidade de brincar com as formatações cotidianas do conhecimento; assim, sem ou com... – o pensamento crítico-estético do meio em que se insere institucionalmente.

Deixo-lhe em extenso um móvel textual – que devemos, sempre que possamos, mudá-lo de cômodo – do autor, Ivan Illich, escrito para o livro, Sociedades sem Escolas, diante a manipulação das extensões de ensino e todos os arpejos institucionais querentes a isso:

“Hoje em dia uma boa planificação da instrução deveria ter três objetivos:

1. Todos os interessados em

aprender deviam ter, em cada época da sua vida, acesso a todos os meios de aprendizagem disponíveis.

2. Todos os que quisessem transmitir o seu saber deviam poder encontrar-se com outros que quisessem aprender alguma coisa.

3. Todos os que quisessem demonstrar publicamente o resultado do seu estudo deviam ter ocasião e oportunidade de o fazer. Um sistema como este exigiria verdadeiras garantias constitucionais para as oportunidades de formação. Aqueles que tivessem interesse em aprender não deviam ser obrigados a submeter-se a um plano fixo e rígido. Também não deviam ser vítimas da discriminação que provém de uma absoluta confiança nas qualificações escolares. Também não se deveria obrigar o público a manter, mediante um sistema de impostos (...), um aparato gigantesco de profissões, de Correntes do Pensamento Pedagógico Contemporâneo – Semana 8 1 educadores e de edifícios que, na realidade, não fazem mais do que limitar as oportunidades de aprender aos serviços que um professorado instalado julga conveniente levar ao mercado. A

introdução de uma carta de crédito da formação é algo de mais efetivo e humano. Todo o cidadão a recebe quando nasce. (...) A carta de crédito da formação seria a base para um intercâmbio de serviços civis de instrução. (...)

(...) A carta de crédito da formação garantiria a todo o cidadão um direito judicial de participar dos mesmos meios públicos durante o seu processo de formação.

Ivan Illich”

Para o autor, então, temos o uso do conhecimento-nascedouro o crédito do aprendizado, que não se esgota, simplesmente, ao uso metalinguístico da aplicação popular de qualquer pesquisa feita em bairros, casas, famílias e organizações pelas variadas camadas populacionais dos termos de ensino, ou seja, por qualquer pessoa que esteja desejada à aprender. Pois quando negamos a educação livre para a população, e falo dessa educação popular recitada de vivência nas ruas, estamos em negativa ao direito da voz, da fala e da capacidade cidadã da criação de palavras e linguagens.

Porém, o assunto se faz

agora, mais literatura que enunciação pedagógica:

Mário de Andrade, em seu texto, O Besouro e a Rosa, dá-nos algumas relações acidentais sobre a operativa educacional signico-simbólica de como o acaso pode ser desastroso quando ignorado ou tido como feito errôneo.

“Não acredito em bicho maligno mas besouro, não sei não. Olhe só o que sucedeu com a Rosa...”, moça inocente, à época, no dever cívico de casamento, não pensava nisso. Morava com duas “solteironas”, tias, Carlotinha e Dona Ana. Nada pensava ou falava de vizinhança a fora mais que os dentes, “Não tinha assunto, que que havia de fazer?”, a vida pacata, arrumava a casa e fazia outras coisas domésticas. Havia um moço, padeiro, João. Moço bom. Quis se casar com Rosa. Mas ela chorou de medo e não quis...

– Não! Dona Carlotinha, não! Como é que vai ser! Eu não quero largar da senhora!...

Até que se sucedeu besouro, na mesma noite do pedido de casamento. Antes de dormir.

“Essa noite muito quente,

quis dormir com a janela aberta. Rolava satisfeita o corpo nu dentro da camisola, e depois dormiu. Um besouro entrou. Zzz, zzz, zzzuuuuuummmm, pá! Rosa dormida estremeceu à sensação daquelas pernas metálicas no colo. Abriu os olhos na escuridão. O besouro passeava lentamente. Encontrou o orifício da camisola e avançava pelo vale ardente entre morros. Rosa imaginou uma mordida horrível no peito, sentou-se num pulo, comprimindo o colo. Com o movimento, o besouro se despegara da epiderme lisa e tombara na barriga dela, zzz tzzz... tz. Rosa soltou um grito agudíssimo. Caiu na cama se estorcendo. O bicho continuava descendo, tzz... Afinal se emaranhou tzz-tzz, estava preso. Rosa estirava as pernas com endurecimentos de ataque. Rolava. Caiu.”

Dona Ana retirou o inseto. Houve um comentário:

— Também por que você deixou janela aberta, Rosa...

Ali, Rosa mudara, como quem descobre o corpo, porém, ao defeito de quem também o vê pela regra ou dever moral; julga-se pelo comentário conciso em culpa de

alguma das tias, como se dissesse, “também, né, pediu!” .

À época, deveria se casar; não poderia morrer solteira, não gostaria, não deveria. E o seu pesadelo trama-se pelo destino à solteirice das tias. Decide-se casar com qualquer um, o primeiro que vê.

Pedro Mulatão.

Bêbado e Malandro.

Pois foi o que ocorreu, casou-se devido à epifania, à descoberta e ao dever moral.

De modo concreto, o besouro age claro à personificação do acidente, do erro, do absurdo mínimo que permeia a mudança na conjugação dos acidentes. Seja lá o que o besouro ressignifique à metalinguagem do leitor. À Rosa, o bicho torna-se o acidente pedagógico para o gatilho serial microscópico de mudanças em seu cotidiano, de sua linguagem corpórea acalorada aos desejos matutos do conhecimento de prazeres da carne.

O erro? A forma com que rosa lidou de frangalhos feito o destino.

“Rosa foi muito infeliz.”

Pedagogicamente, Rosa não soube lidar com a mudança, o novo, pelo excesso de bagagem

condicionada à seu modo existente e a sua inconsciência sobre os fatos que o levaram à resposta-besouro e a contra resposta ao casamento; casando-se.

Ao mesmo modo que dado o pensamento binário e sem linguagem da situação de Rosa – pela ausência dos meios potenciais com que podemos ser –, trama-se a característica pedagógica da educação sequencial sem conectivos cotidianos à linguagem dos cidadãos.

Para formar-se exemplo à corrente de alternativas sobre como a consciência de um acidente projetado agita-se em contato com outras maneiras de pensamento, existem dois nomes que se podem ao contato a possibilidade para novas maneiras de assistirmos o mundo.

Falo aqui, brevemente, da Biodança e da Somaterapia:

Os dois projetos tramitam-se por um mesmo deslocamento para as mudanças da vida, o corpo. Para a Biodança, Biodanza ou Psicodança, movimento concentrado no Chile, a resposta ativa e de linguagem não verbal para a retratação do fluxo dançarino de nossas mídias corporais, faz-se crucial para

a filosofia de cura do “aqui e agora” pelo não-dito, dessa linguagem ao tempo presente. Já a Somaterapia, serve-se da ética anarquista, por meio de recursos terapêuticos de grupo, para a identificação das neuroses originadas por intermédio do autoritarismo, do capitalismo e de todas as formas burocratizadas de poder e conhecimento.

Em outras palavras, voltamos ao início do texto, A relação alternativa de movimentação do mundo pelos campos sociais faz-se pelo próprio movimento das especificidades coisificadas por uma coisa-mesma, o próprio campo social, pelo mesmo objeto teórico à procura em pesquisa do experimento de mundo, da poesia, da vida, do valor trabalho, do sangue nos olhos diante à existência.

Ao que se poderia a poesia de um corpo-inovação – como dos projetos em biodança ao somaterápico feito em linha de outras complexidades e afetos – ou através de olhos-mil ao candeeiro aceso de verve caso de coiso o tanto de mundo mudo mundo, solto, a poesia de nova língua e o beijo na boca coral do frontispício piante do trago,

aqui, poesia pedagógica da fina flor processual; porque, aqui, é bom que a alegria do processo nunca se acabe; à pedagogia estar, vozamos de fora-escolar:

Turrís ebúrnea.

Que o poeta brutalista é o espeto do cão.

Seu lar esburacado de lapa abrupta. Acolá ele vira onça e cutuca o mundo com vara curta.

O mundo de dura crosta é de natural mudo,

e o poeta é o anjo da guarda do santo do pau oco

Abre os poros, pipoca as pálpebras, e, com a pá virada,

mija em leque no cururu malocado na cruz da encruzilhada.

Cachaças para capotar e enrascar-se em palpos de aranha.

GÊNESE DO CAPITALISMO EDITORIAL: INTERSEÇÕES ENTRE AS TRADIÇÕES DA ORALIDADE E DA ESCRITA

URBANO NOBRE NOJOSA

Resumo: A ambivalência entre a tradição da escrita e da oralidade, como projeto político de dominação, perdurou na história, desde os debates filosóficos clássicos até a contemporaneidade. A vocalidade despolariza essa ambivalência e aparece como mediação política de sistematizar o uso da voz na história. O lugar da voz como polifonia ou opinião pública própria da escrita tipográfica do romance e do jornal criou condições políticas e históricas para consolidar um poder simbólico, capaz de forjar a comunidade imaginada do Estado-nação. Também, as redes sociais contribuem para fomentar a democracia participativa no capitalismo tardio.

Palavras-Chave: Editorial. Escrita. Oralidade.

Abstract: The ambivalence between the written and spoken tradition, as a political project of domination, lasted in history, from the classics to the contemporary philosophical debates. The voicing depolarizes this ambivalence and appears as political mediation

to systematize the use of voice in history. The place of the voice as polyphony or own public opinion of typographic writing the novel and the newspaper created political and historical conditions to consolidate a symbolic power, able to forge the imagined community of the nation state. Also, social networks contribute to promoting participatory democracy in late capitalism.

Keywords: Editorial. Writing. Orality.

Resumen: La ambivalencia entre la tradición oral y escrito, como un proyecto político de dominación, se prolongó en la historia, desde los clásicos hasta los debates filosóficos contemporáneos. La sonoridad despolariza esta ambivalencia y aparece como la mediación política para sistematizar el uso de la voz en la historia. El lugar de la voz como la polifonía o la opinión pública propia de la escritura tipográfica la novela y el periódico creó las condiciones políticas e históricas para consolidar un poder simbólico, capaz de

forjar la comunidad imaginada de la nación-estado. Además, las redes sociales contribuyen a la promoción de la democracia participativa en el capitalismo tardío.

Palabras Clave: Editorial. Escribiendo. La oralidad.

A unidade da escrita clássica, que buscou a homogeneidade durante séculos, sofre um desvio de percurso desde a pluralidade das escritas modernas. Esse processo se inflaciona com a produção discursiva na sociedade contemporânea, que passa por uma ruptura conceitual. Ruptura conceitual que envolve o questionamento filosófico sobre a tradição da cultura da escrita, frente às experiências de narrativas digitais criadas para gerar informação nos suportes tecnológicos de comunicação – desde a Internet até o uso de celular como veículo de comunicação móvel.

Entre os debates filosóficos gregos sobre as distinções da oralidade e escrita, como meios de estender a memória, prolongar a reflexão e sistematizar o pensamento¹, temos um predomínio cultural em torno da escrita como documentação histórica da realidade. Além da tradição judaico-cristã que a valorizou como perpetuação das palavras divinas até meados da idade média.

Em defesa da oralidade,

Platão buscou na forma dialógica apresentar os debates filosóficos, pois seria mais coerente com seus princípios metodológicos – através da maiêutica, propiciar a alma criar conhecimento e consciência. Nesse aspecto, o diálogo exige a participação do outro (com sua alma) na discussão². O discurso oral exige uma mediação de interlocutores, que terá que expor suas idéias diretamente no debate. Para Platão, a escrita não trazia a alma de seu interlocutor, pois seria a mediação de idéias, que rompia um princípio de construir conhecimento através da ação dialógica do debate entre almas. Ao mesmo tempo, denunciava a escrita por ser “muda e falante demais”.³

Para Aristóteles, a preocupação era garantir uma autonomia do pensar para o “adestramento do intelecto, as disputas casuais e as ciências filosóficas”. Entretanto, isso só seria possível através de um tratado lógico, que propiciaria para o cidadão “encontrar um método de investigação graças ao qual possamos raciocinar, partindo de opiniões geralmente aceitas, sobre qualquer problema que nos seja proposto, e sejamos também

capazes, quando replicamos a um argumento, de evitar dizer alguma coisa que nos cause embaraços.” (ARISTÓTELES, 1973, p. 11)

Tanto as idéias de Platão como de Aristóteles se perpetuaram na contemporaneidade. A cultura da oralidade permite pensar uma sociabilidade em que as mediações sejam capazes de expor o jogo do simbólico, do poético, da presencialidade, do dialógico, de obras abertas, com autorias colaborativas, como contraponto à tradição da escrita que traçou um perfil em torno da lógica, da ciência, do controle, do autor e de obras fechadas.

Para Roland Barthes, em O grau zero da escrita, a escrita tem um caráter restritivo frente à linguagem oral, pois esse estranhamento frente a linguagem falada torna a escrita limitada como instrumento de comunicação, ao não possuir um caráter aberto que revelasse a intenção da linguagem⁴.

A escrita se expõe como simbólica, hermética, mediada, e “voltada ostensivamente para o lado de uma vertente secreta da linguagem”. Outra característica dessa relação entre a escrita e a fala é que,

segundo Barthes,

Em toda escrita, portanto se encontrará a ambigüidade de um objeto que é ao mesmo tempo linguagem e coerção: existe, no fundo da escrita, uma “circunstância” estranha à linguagem, há como que o olhar de uma intenção que já não é mais aquela da linguagem. Esse olhar pode muito bem ser uma paixão da linguagem, como na escrita literária; pode ser também a ameaça de uma penalidade, como nas escritas políticas: a escrita fica então encarregada de unir em um só traço a realidade dos atos e a idealidade dos fins. (BARTHES, 2004, p. 18)

O caráter ambíguo da escrita está nesse envolvimento de ser linguagem e ao mesmo tempo coerção, que em particular na escrita política surge uma situação estranha à linguagem, num aspecto de dimensioná-la com uma carência de comunicação, pois a escrita política torna

clara o discurso do poder, com intimidação e ostentação de glória da vitória.

Esse fato demonstra que há, como que o olhar de uma intenção, que já não é mais aquela da linguagem. A escrita é uma linguagem endurecida, que precisa ter o domínio de linguagem pela unicidade e defesa de seus signos⁵. Esse aspecto da unicidade articula o perfil político da escrita como um agenciamento, que se mantém a partir do seu uso, o privilégio da escrita já expõe uma forma de organização social, que transparece o valor cultural de instrumento de poder, pois o ato de escrever já delimita a opção pelo gênero e o discurso de redesenhar o mundo. O mundo também é resultante de processo da escrita.

Para Jacques Rancière, em Políticas da escrita, busca compreender como se articula a supradeterminação do conceito de escrita ao pensamento e a prática social, entender como se relaciona os modos de fazer, ser e dizer no jogo de construção de sentido e valores sociais, com a distribuição, atribuições, finalidades e circulação de sentido⁶. “A escrita é política

porque traça, e significa, uma re-divisão entre as posições dos corpos, sejam eles quais forem, e o poder da palavra soberana, porque opera uma re-divisão entre a ordem do discurso e a das condições”. (RANCIÈRE, 1995 p.8) Essa separação de ordem, revela uma divisão social entre o mundo do trabalho e da linguagem, que gera um estranhamento entre as práticas discursivas no cotidiano.

Essa transição da cultura da oralidade para escrita foi potencializada nos modernos sistemas de imprensa⁷, pós prensa de Gutenberg, como um sistema novo de fomentar a cultura da escrita. “A difusão da imprensa não foi tão rápida como se pensa. Foram necessários cem anos para que ela se tornasse de uso corrente. Antes disso, estamos em um período de “oralidade mista”: a escrita existe, mas o que conta é o que é dito, pronunciado pela voz e percebido pelo ouvido – a lei, na época, não é um texto escrito, mas a palavra do rei. Os arautos têm por função primeira levá-la à praça e anunciar de “viva voz” aquilo que o rei decidiu.” 103 (ZUMHOR, 2001, p. 103) Apesar

dessa situação de oralidade mista com a cultura da escrita, o que se configurou como projeto hegemônico foi a política da escrita, que entra num patamar de deslocamento do poder político circulante da esfera de poder da política de Estado e governabilidade para um processo de democratização do acesso da cultura nas línguas nacionais, pois:

Revendedores de toda a Europa reuniam-se em feiras de livros anuais para comercializar uma mercadoria em comum: o livro em latim, com potencial de leitura de Dublin a Moscou. Mas, a seguir a demanda por obras em vernáculo arruinou esse comércio sem fronteiras, compartimentando o comércio por produção “nacionalizada”, sobretudo no século XVII. (FISCHER, 2006, p.219)

Outro aspecto dessa articulação da tradição da escrita é a

triangulação entre obra⁸ autor e leitor em circuito de cultura emergente, em que desde os primeiros jornais no século XV, que circulavam as informações financeiras e oficiais, ou do cotidiano das esferas do poder, para a popularização dos panfletos criando uma produção em escala fabril, conforme Fischer⁹:

No século XVI, esses relatórios e panfletos, com diversos títulos diferentes, passaram a ser impressos em grande quantidade, em uma diversidade de formatos baratos de carregar. Vários governantes, bem como, mais tarde, tribunais civis, imprimiam decretos no formato de folhetos ou cartazes para circulação pública. (FISCHER, 2006, p. 224)

A articulação entre jornais, panfletos e livros de bolso¹⁰ sedimenta uma indústria da cultura tipográfica, capaz de transformar em produtos editoriais de “todos os gostos, a todos os gêneros de

espíritos”, que alimentavam um saber de caráter enciclopédico, racional e histórico da humanidade. Esse processo foi decisivo para sedimentar os alicerces da formação do Estado-nação. “Entenderemos melhor por que essa transformação foi tão importante para a gênese da comunidade imaginada da nação se considerarmos a estrutura básica de duas formas de criação imaginária que floresceram pela primeira vez na Europa durante o século XVIII: o romance e o jornal. Pois essas formas proporcionaram meios técnicos para “re-presentar” o tipo de comunidade imaginada correspondente à nação (ANDERSON, 2008, p. 55). Essa nação trouxe os códigos culturais que geraram o debate a partir da lógica cultural da formação política burguesa liberal, que para garantir seus direitos de classes emergentes, precisava ampliar o debate sobre os direitos naturais do homem, numa perspectiva política de um humanismo amplo e irrestrito:

Assim, um conhecimento geral dos direitos naturais do homem; a própria

opinião de que esses direitos são inalienáveis e imprescritíveis; um voto pronunciado a favor da liberdade de pensar e de escrever, pela liberdade do comércio e da indústria, pelo alívio do povo gemendo em quase todas as partes sob um regime de impostos tão absurdo quanto opressor. [...] O sentimento da humanidade, quer dizer, aquele de uma compaixão terna, ativa, por todos os males que afligem a espécie humana, aquele de um horror por tudo aquilo que, nas instituições públicas, nos atos de governo, nas ações privadas, acrescentava novas dores às dores inevitáveis da natureza; esse sentimento de transparência em todos os escritos, em todos os discursos, e sua influência feliz já tinha se manifestado nas leis e nas instituições públicas, até mesmo dos povos submetidos ao despotismo. (CONDORCET, 1993, p.157)

A atividade editorial de produção, comunicação, recepção, conservação e repetição entre os discursos dos jornais, panfletos e livros de bolso criaram uma diversidade de combinações de doxa (δόξα) sobre um sentimento de humanidade munido de direitos políticos e sociais.¹² Essa circulação editorial forjou uma situação de performance ininterrupta, que “se realiza por via sensorial, oral-auditiva, seja por inscrição oferecida à percepção visual, seja – mais raramente – por esses dois procedimentos conjuntamente. O número de combinações possíveis se eleva, e a problemática então se diversifica. Quando a comunicação e a recepção (assim como, de maneira excepcional, a produção) coincidem no tempo, temos uma situação de performance” (ZUMTHOR, 2001, p. 19). Esse estado de performance propiciou um momento de superação da dicotomia entre oralidade e escrita, pois na escrita gráfica tanto do jornal, panfleto e livro de bolso de romance a leitura acontecia de forma pública¹³, numa configuração de uma nova ágora, um espaço de debate de opiniões públicas,

capazes de mediar todas as vontades gerais da sociedade. Quando os leitores dos artigos dos jornais, panfleto e folhetins debatiam publicamente configurava a sua voz, por si só, lhe conferia uma autoridade, que assume o retrato de ser a voz da opinião pública, que não é mais a oralidade, mas uma vocalidade, a voz assume a cena da construção das autoridades de discurso. Por isso, “vocalidade é a historicidade de uma voz: seu uso.” (ZUMTHOR, 2001, p. 21)

A voz predominante nesse momento histórico paira sobre um sentimento de humanidade, configurando uma Teleonomia à humanidade, em que vai permear a filosofia política, para um princípio de pensar a doutrina da desigualdade e, por conseguinte, a gênese do poder político como poder que emana da própria humanidade, conforme Souza:

Deste ponto de vista, a Enciclopédia teve, no século XVIII, o papel de grande veículo difusor de pelo menos de dois grandes traços que

caracterizam a filosofia política moderna, a saber: a ruptura com a doutrina da desigualdade natural, segundo a qual à própria natureza destinou alguns homens ao comando e outros à obediência, na medida em que afirma a igualdade e a independência natural entre todos os homens, e a afirmação de que o poder político tem origem puramente humana, o que afasta o pensamento enciclopédista da tese do direito divino dos reis, que ainda tinha seus defensores no século das luzes. (SOUZA, 2006, p.13)

Essa concepção humanista transforma-se num projeto político pragmático da Revolução Francesa, em defesa de igualdade, liberdade e fraternidade, na constituição dos Direitos dos homens e do cidadão, como o indivíduo burguês, na universalização da razão, como informação e opinião, em mundo mundo de viés econômico, político e social em torno de uma lógica capitalista,

que de forma hegemônica determina a lógica do mundo contemporâneo. O projeto enciclopédista iluminista moldou o caráter da cultura moderna e do Estado-nação, pois

[...] Sem a imprensa, podem conquistar a Bastilha, mas não podem derrubar o Antigo Regime. Para somar o poder têm que tomar a palavra e difundir-la – através de jornais, almanaques, panfletos, cartazes, estampas, partituras de canções, papelaria, jogos de cartas, cartões de racionamento, papel-moeda, qualquer coisa que leve algo impresso e se imprima nas mentes de 26 milhões de franceses, muitos deles encurvados pela pobreza e pela opressão, muitos imersos em profunda ignorância, muitos incapazes de ler a declaração de seus direitos. Quando os revolucionários agarraram a alavanca da prensa e a fizeram baixar nos tipos travados na fôrma, enviaram um novo

fluxo de energia através do corpo político. A França voltou à vida, e a humanidade se assombrou. (DARTON; ROCHE, 1996, p.15)

Entretanto, “duzentos anos depois, o assombro dissipou. Fartos de manifestos, de boas intenções e do ciclo de revolução e reação, tendemos a tratar a grande explosão de 1789 como algo para ser deixado em paz nos manuais – uma curiosidade histórica.” (DARTON, 1989, p. 16) Esse arrefecimento parece estagnar-se diante de um mundo em movimento, desde Primavera Árabe, no mundo árabe, Occupy Wall St, nos Estados Unidos, e Los Indignados, na Espanha. Esses protestos são identificados como as primeiras grandes manifestações de ruas organizadas nas redes sociais, por exemplo: o Facebook. São manifestações de milhões de trabalhadores e da juventude frente a globalização do capitalismo tardio e a crise internacional.

No capitalismo contemporâneo, com as redes sociais, migramos para um processo de

globalização, em que o elo político se configura em uma concepção de democracia participativa. A descentralização de poder, com práticas de empoderamento, com a diminuição do Estado, como agente vertical de controle da vida social, para uma sociedade horizontal, cria a ilusão de uma ampliação do processo democrático e consolida a perspectiva de uma sociedade republicana democrática participativa.

Referências

ANDERSON, B. Comunidades imaginadas. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
BARTHES, R. O grau zero da escrita. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
CHARTIER, R. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
_____. Os desafios da escrita. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
CONDORCET. Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano. Campinas:

Editora UNICAMP, 1993.

DARTON, 1989.
DARTON, R.; ROCHE D. (Orgs.). Revolução impressa: a imprensa na França 1775. São Paulo: EDUSP, 1996.
DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil Platôs, Vol. 1. São Paulo: editora 34, 2006.
DIDEROT; D’ALEMBERT (Orgs.). Verbetes políticos da Enciclopédia. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
EISENSTEIN, E. A revolução da cultura impressa. São Paulo: Ática, 1998.
FISCHER, S. R. História da leitura. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
HIGOUNET, C. História concisa da escrita. São Paulo: Parábola, 2003.
LEVY, P. As tecnologias da inteligência. São Paulo: Editora 34, 1998.
OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2007.
RANCIÈRE, J. Políticas da escrita. São Paulo: editora 34, 1995.
_____. O mestre ignorante. Belo Horizonte: Autêntica,

2013.

SAMPSON, G. Sistemas de escrita. São Paulo: Ática, 1996.
SILVEIRA, R. A. T. Memória e escrita no Fedro de Platão. Cadernos de ata da ANPOF, São Paulo, 2001.
SOUZA, M. G. Aspecto do pensamento político. In: DIDEROT; D’ALEMBERT (Orgs.). Verbetes políticos da Enciclopédia. Editora UNESP, São Paulo, 2006.
WANDELLI, R. Leituras do hipertexto. Florianópolis: Editora UFSC, 2003.
ZUMTHOR, P. A letra e a voz: a literatura medieval. São Paulo: Companhia das letras, 2001.
_____. Escritura e nomadismo. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

NOTAS

1. Depois do que procede, devemos dizer para quantos e quais fins é útil este tratado (lógica). Esses fins são três: o adestramento do intelecto, as disputas casuais e as ciências filosóficas. (ARISTÓTELES, 1973, p.12)

2. Essa imersão da alma na discussão é necessária se o que se pretende é justamente alterar seu estado epistemológico ou o conjunto de suas crenças. Sem ela, torna-se impossível arrancá-la de seu estado de entorpecimento. De fato, nenhum discurso no qual a alma não se envolva pessoalmente pode pretender alcançar esse objetivo que demanda uma alteração de sua postura interior com respeito ao saber. Uma discussão sobre determinado assunto ou objeto que não seja uma crença da alma que discute, erra definitivamente o alvo pretendido pela Filosofia de Platão. (SILVEIRA, 2001)

3. O mythos do Fedro fixa a dramaturgia que continuou a ser representada nas mais diversas encenações e contextos. Nele, a escrita sofre a dupla crítica,

aparentemente contraditória, de ser ao mesmo tempo muda e falante demais. Ela é muda. Entendamos com isso que não há nenhuma voz presente para dar às palavras que ela arruma o tom da verdade delas, para recebê-las e fazê-las frutificar. A escrita está liberto do ato da palavra que dá um logos sua legitimidade, que o inscreve nos modos legítimos do falar e do ouvir, dos enunciadores e dos receptores autorizados. É por isso que ela é falante demais: a letra morta vai rolar de um lado para outro sem saber a quem se destina, a quem deve, ou não falar. Qualquer um pode, então, apoderar-se dela, dar a ela uma voz que não é mais “a dela”, construir com ela uma outra cena da fala, determinando uma outra divisão do sensível. (RANCIÈRE, 1995, p.8)

4. O que opõe a escrita à fala é que a primeira sempre simbólica, introvertida, voltada ostensivamente para o lado de uma vertente secreta da linguagem, ao passo que a segunda não é mais que uma duração de signos vazios de que apenas o movimento é significativo. Toda a fala se mantém nesse desgaste das palavras, nessa

espuma sempre arrastada para mais longe, e só existe fala quando a linguagem funciona com evidência como uma devoração que não retirasse senão a ponta móvel das palavras; a escrita, ao contrário, está sempre enraizada num mais além da linguagem, desenvolve-se como um germe e não como uma linha, manifesta uma essência, e ameaça com um segredo, é uma contra-comunicação, intimida. (BARTHES, 2004, p.18)

5. Na oposição sublinhada entre voz viva e a escrita morta, é preciso reconhecer uma oposição mais essencial entre dois modos de circulação dos enunciados: um enunciado acompanhado e um enunciado livre. O enunciado acompanhado – socorrido, explicado, conduzido, do ponto de partida ao ponto de destino do dono – é, como se sabe, a matriz de qualquer pedagogia. Mas ele é matriz na medida em que qualquer pedagogia é, ao mesmo tempo, uma sociologia – uma atualização do logos da comunidade enquanto partilha de logos – que supõe, ela própria, uma ontologia –, um logos do modo como o logos faz questão de ser.

(RANCIÈRE, 1995, p.9)

6. O conceito de escrita é político porque é o conceito de um ato sujeito a um desdobramento e a uma disjunção essenciais. Escrever é o ato que, aparentemente, não pode ser realizado sem significar, ao mesmo tempo, aquilo que realiza: uma relação da mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga; desse corpo com a alma que o anima e com os outros corpos com os quais ele forma uma comunidade; dessa comunidade com a sua própria alma. Na atenção apaixonada que as sociedades escolarizadas dão ao aprendizado da escrita e à posição correta do corpo do jovem aluno, mais ainda que a perfeição do que ele escreve, transparece um valor fundamental: antes de ser o exercício de uma competência, o ato de escrever é uma maneira de ocupar o sensível e de dar sentido a essa ocupação. Não é porque a escrita é o instrumento do poder ou a via real do saber, em primeiro lugar, que ela é coisa política. Ela é coisa política porque seu gesto pertence à constituição estética da comunidade e se presta, acima de tudo, a alegorizar essa constituição.

(RANCIÈRE, 1995, p.7)

7. Os livros manuscritos aparecem desde alta Idade Média. Mas são unicamente obras religiosas ou eruditas, escritas em latim. Os manuscritos mais antigos que contêm poesia francesa tem alguma coisa aleatória, frequentemente simples folhas de livros costuradas umas às outras sem motivo evidente. Será preciso esperar pelo século XIV para que encontremos ficção, romance, sob forma de livros propriamente ditos, em francês. (ZUMHOR, 2005, p. 108)

8. Para identificar e condenar aqueles que eram seus responsáveis, era necessário designá-los como autores. As primeiras ocorrências sistemáticas e ordenadas alfabeticamente de nomes de autores encontram-se nos Índices dos livros e autores proibidos, estabelecidos no século XVI pelas diferentes faculdades de teologia e pelo papado, e depois nas condenações dos parlamentos e nas censuras dos Estados. (CHARTIER, 1999, p.35)

9. Ao longo dos séculos XVI e XVII, a leitura rápida, oficial e educacional ainda representava enorme parcela da produção dos

impressores: cartazes, panfletos, jornais locais, documentos administrativos e judiciais, cartilhas, catecismos, texto para aula e livros cerimoniais para uso paroquial. Não obstante, cada vez mais os impressores observavam com que tipo de material a população local estava disposta a gastar seu suado dinheiro e optavam por imprimí-lo também. assim, criou-se o comércio de livros “populares” em oposição ao comércio de livros clericais, acadêmicos e administrativos. (FISCHER, 2006, p223-4)

10. Quase ao mesmo tempo surgiram os primeiros livros de bolso (brochuras), a famosa série “Bibliothèque bleue” da França. Na Troyes do início do século XVII, o impressor Nicolas Oudot produzia livros finos, de formato pequeno, empregado em fontes sobre papel barato encadernado em papel azul (daí o nome “Biblioteca azul”). Cada exemplar era vendido a uma ninharia. Dezenas de milhares foram comprados. De fato a idéia revelou-se tão bem sucedida, que no final do século, os sucessores de Oudot em Troyes invadiram Paris, aventurando-se até mesmo

no exterior. Em 1722, os acervos de Troyes armazenavam quarenta mil desses livros azuis finos, vendidos a apenas alguns centavos cada um, além de 2.576 resmas de folhas impressas suficientes para produzir 350 mil volumes in-oitavo de 48 páginas. (FISCHER, 2006, p. 224)

11. A arte da tipografia tinha se difundido em tantas partes; ela tinha de tal forma multiplicado os livros; soubera-se proporcioná-los tão bem a todos os graus de conhecimento, de aplicação e até mesmo de fortuna; eles tinham sido moldados com tanta habilidade a todos os gostos, a todos os gêneros de espíritos; eles apresentavam uma instrução tão fácil, frequentemente até mesmo tão agradável; eles tinham abertos tantas portas à verdade que se tornara quase impossível fechá-las todas; que não havia mais classe, profissão à qual se pudesse impedi-la de chegar. Agora, se bem que sempre restasse um número muito grande de homens condenados a uma ignorância voluntária ou forçada, o limite traçado entre a parte grosseira e a parte esclarecida do gênero humano tinha se apagado quase inteiramente, e uma gradação

insensível preenchia o espaço que separa os dois extremos, o gênio e a estupidez. (CONDORCET, 1993, p. 156)

12. Mostraremos como a impressão, multiplicando e difundindo as próprias obras destinadas a ser publicamente lidas ou recitadas, transmite-as a número de leitores incomparavelmente maior do que aquele dos auditores; como quase todas as decisões importantes, tomadas em assembleias numerosas, sendo determinadas segundo a instrução que seus membros recebem pelas leituras, disso resultaram, entre as regras da arte de persuadir entres antigos e entre os modernos, diferenças análogas àquela do efeito que ela deve produzir e do meio que ela emprega; como, enfim, nos gêneros em que, mesmo entre os antigos, estava-se limitado à leitura das obras, como a história ou a filosofia, a facilidade que a invenção da tipografia oferece de abandonar-se a mais desenvolvimentos e detalhes também influiu sobre essa mesma regras. (CONDORCET, 1993, p. 183)

13. Quem ensina sem emancipar, embrutece. E quem emancipa

não tem que se preocupar com o que o emancipado deve aprender. Ele aprenderá o que quiser, nada talvez. (RANCIERE, 2013, p. 37)

Novo Post

“NOVA” GUERRA FRIA E O VELHO MÉTODO DA MENTIRA

Ajit Singh

Originalmente publicado em Outras Palavras



DOWBOR.ORG